

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

**“Não tenho medo de dar opinião”: A mulher jornalista na editoria de política
em João Pessoa sob uma perspectiva de gênero**

CAMILA DE LIMA BEZERRA

JOÃO PESSOA – PB

2020

**“NÃO TENHO MEDO DE DAR OPINIÃO”: A MULHER
JORNALISTA NA EDITORIA DE POLÍTICA EM JOÃO PESSOA
SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Jornalismo, área de concentração em “Produção Jornalística”, linha de pesquisa “Processos, Práticas e Produtos.

Camila de Lima Bezerra

Orientadora: Glória de Lourdes Freire Rabay

JOÃO PESSOA – PB

DEZEMBRO – 2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B574n Bezerra, Camila de Lima.

"Não tenho medo de dar opinião" : a mulher jornalista na editoria de política em João Pessoa sob uma perspectiva de gênero / Camila de Lima Bezerra. - João Pessoa, 2020.

115 f. : il.

Orientação: Glória de Lourdes Freire Rabay.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCTA.

1. Jornalismo político. 2. Relações de gênero. 3. Mulheres e jornalismo. I. Rabay, Glória de Lourdes Freire. II. Título.

UFPB/BC

CDU 070:32(043)



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de 2021, às 15 horas, foi realizada, por videoconferência, através da plataforma Google Meet®, pelo endereço eletrônico <https://meet.google.com/xub-hoef-ecd>, em sessão pública, Banca de Defesa de Dissertação de Mestrado do(a) aluno(a) **CAMILA DE LIMA BEZERRA**, sob a matrícula **20181000994**, cuja pesquisa intitula-se “**Não tenho medo de dar opinião**”: A mulher jornalista na editoria de política em João Pessoa sob uma perspectiva de gênero”, para obtenção do título de Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba.

AVALIAÇÃO:

(X) Aprovado(a) () Reprovado(a) () Insuficiente

As observações sobre o trabalho acadêmico encontram-se no verso desta Ata.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profa. Dra. GLORIA DE LOURDES FREIRE RABAY
Presidente

Profa. Dra. ZULMIRA NOBREGA PIVA DE CARVALHO
Examinadora Interna

Profa. Dra. SANDRA RAQUEW DOS SANTOS AZEVEDO
Examinadora Externa ao Programa

Observação: A presidência da Comissão certifica a presença dos demais membros.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA | UFPB
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES | CCTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO | PPJ



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

OBSERVAÇÕES: (digitar aqui)

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profa. Dra. GLORIA DE LOURDES FREIRE RABAY
Presidente

Profa. Dra. ZULMIRA NOBREGA PIVA DE CARVALHO
Examinadora Interna

Profa. Dra. SANDRA RAQUEW DOS SANTOS AZEVEDO
Examinadora Externa ao Programa

Às minhas avós, Anália e Severina, que representam a força ancestral que me move.

AGRADECIMENTOS

À Deus, às entidades e forças do universo, que mantêm este mundo e nos dão estímulo a seguir em frente, diante da garantia de que teremos uma história que vale a pena construir. Tal qual damos um passo no escuro sem a certeza do que vamos encontrar adiante.

À Glória Rabay que, mais do que uma professora, educadora, mestra e orientadora, é um anjo de candura que não desistiu de mim e fez questão de, a todo momento, destacar que eu tenho potencial suficiente para o desafio de um mestrado.

À Universidade Federal da Paraíba, minha casa acadêmica e principal contribuidora em minha trajetória. Mesmo diante de adversidades que sofre, permanece forte e resiste, já que é construída pelos professores, alunos e funcionários, que não deixarão nenhum abalo interferir em sua estrutura.

Aos colegas de mestrado, que também foram importantes nesta trajetória compartilhando contribuições, experiências e a própria convivência.

Às teóricas, estudiosas, militantes, feministas, defensoras dos direitos humanos e todas as mulheres que vieram antes de mim e não desistiram quando se depararam com as pedras no caminho. Suas trajetórias ajudam muitas de nós, inclusive a mim, na busca por inspiração de continuar lutando até que todas estejam libertas dos seus respectivos grilhões. Tomando emprestadas as palavras da escritora e feminista Audre Lorde durante palestra: “eu não sou livre enquanto alguma mulher não o for, mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das minhas”.

Às mulheres jornalistas que aceitaram conceder entrevista e participar desta pesquisa, Cláudia Carvalho, Ívyna Souto, Rejane Negreiros, Sony Lacerda e Verônica Guerra. Suas experiências e vivências contribuem com a história do Jornalismo na Paraíba e são fundamentais para aprofundar o conhecimento do tema.

À minha família, representada aqui pela minha mãe, meu pai e minha irmã, que não poupam esforços para garantir apoio às minhas escolhas profissionais e acadêmicas.

Ao meu noivo, José Raoni, pelo afeto que construímos juntos, pela contribuição com a minha jornada e pelo companheirismo de todos os dias, mesmo que à distância.

Aos amigos que se fizeram presentes no decorrer de toda minha vida e me ajudaram, cada um de uma forma diferente, na busca pelo que há de melhor em mim.

RESUMO

O mundo público se consolidou desde a antiguidade grega apenas com a participação dos homens, assim a política se configurou ao longo da história como um espaço predominantemente masculino. Da mesma forma, o Jornalismo como espaço de visibilidade e publicidade foi durante muito tempo uma atividade restrita às mulheres. Neste sentido, o Jornalismo político ainda guarda fortemente essas marcas de exclusão. Este trabalho mostra os desafios enfrentados pelas mulheres que atuam no jornalismo político na Paraíba e os modos como a prática diária profissional se dá entre estratégias de permanência e rupturas. Através de longas entrevistas abertas, cinco profissionais falaram sobre os preconceitos enfrentados nas redações do Jornalismo Político paraibano. As narrativas foram estudadas através da análise de conteúdo. Os relatos de desrespeito, assédio sexual, discriminação na distribuição de pautas e fontes, vindos de colegas, chefes, fontes e até do público receptor foram comuns e mostram a necessidade e urgência deste debate na sociedade e em especial nas redações jornalísticas e nas universidades.

Palavras-chave: Jornalismo Político. Relações de Gênero. Mulheres e Jornalismo.

ABSTRACT

The public world was consolidated since ancient Greek only with the participation of men, so politics has been configured throughout history as a predominantly male space. Similarly, journalism as a space for visibility and advertising has long been an activity restricted to women. In this sense, political journalism still keeps these exclusion marks strongly. This work shows the challenges faced by women working in political journalism in Paraíba and the ways in which daily professional practice takes place between permanence and rupture strategies. Through long open interviews, five professionals spoke about the prejudices faced in the newsrooms of Paraíba political journalism. The narratives were studied through content analysis. Reports of disrespect, sexual harassment, discrimination in the distribution of guidelines and sources, coming from colleagues, bosses, sources and even the receiving public were common and show the need and urgency of this debate in society and especially in newsrooms and universities.

Keywords: Political journalism. Gender Relations. Women and Journalism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Jornalismo Político	17
1.2. Apanhado histórico do Jornalismo como profissão	22
1.3. Histórico e poderio da editoria de política no Jornalismo paraibano	25
2. PRESENÇA DA MULHER NO JORNALISMO SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO	31
2.1. O acesso ao trabalho remunerado pela via das educação, uma experiência também das jornalistas	35
2.2.A conquista do espaço público e o ingresso das mulheres no Jornalismo Político.	39
2.3. A divisão sexual do trabalho e o trabalho jornalístico	44
3. PERFIL DE CINCO MULHERES NO JORNALISMO POLÍTICO NA PARAÍBA	48
4. “VOCÊ TEM QUE SER DURONA, PORQUE SENÃO, ELES PASSAM POR CIMA” - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	68
4.1 Perfil das entrevistadas	68
4.1.1 “No Jornalismo, se você não casar logo, esqueça. Depois você não casa mais não” – Estado civil, formação de família e origem.	69
4.2 “Continuo aprendendo sempre que eu posso” - A formação acadêmica e profissional.	70
4.3 “O Jornalismo é uma cachaça”: o amor, o vício e a escolha pela profissão.	72
4.4. “Você é um robô, você é uma máquina e precisa absorver tudo” - Rotina no trabalho jornalístico	77
4.5 “Não preciso mais provar para ninguém que eu entendo do metiê” - jornalistas com carreiras consolidadas e com metas ainda a serem perseguidas	83
4.6 “Política é como novela, se você não acompanha os capítulos você não vai entender” - A experiência na área e o campo do Jornalismo Político.	88
4.7 “Eu saía de noite da minha casa, deixava meus filhos pequenos” - Além do trabalho jornalístico, a vida familiar e doméstica	94
4.8 “Os jornalistas, eles são muito competitivos” - A relação com os colegas de redação	96
4.9 “Foi uma questão de subestimar a minha capacidade” - Ser mulher no Jornalismo, ser trabalhadora	97
4.10 “Meu chefe uma vez me agarrou” – O assédio sexual na prática do Jornalismo	99
4.11 “Os homens falam alto e eles te atropelam” – O machismo discursivo no Jornalismo.	101
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	111

1. INTRODUÇÃO

A luta sufragista feminina no Brasil logrou êxito há mais de 80 anos. No entanto, a sua representatividade nos espaços de decisão e poder está longe da equidade apesar de, nas últimas décadas, as mulheres terem conquistado mais espaço dentro dos partidos políticos e até mesmo na disputa eleitoral em diversas instâncias do poder. Porém, apesar de uma mulher já ter chegado ao cargo mais alto da República, a presidência, como aconteceu com Dilma Rousseff, no ano de 2011, a representatividade feminina na política ainda é tímida e sua competência para liderança sempre colocada em dúvida .

A sub-representação das mulheres na vida pública e política é algo historicamente construído e reforçado pelas estruturas de poder existentes na sociedade. A imposição de papéis é estabelecida com o propósito de excluir as mulheres da discussão e enclausurá-las em estereótipos de gênero, fortalecendo as desigualdades. A pouca representatividade feminina em espaços políticos relega as mulheres a um universo de exclusão nas decisões e promoção de debates que lhes são importantes. Se não há mulheres com voz ativa ocupando e articulando o espaço público, seus anseios, necessidades e direitos pouco serão levados em conta ou lembrados. Luana Simões Pinheiro indica que a sub-representação feminina na vida política formal estaria relacionada, entre outros fatores,

a resistências e preconceitos presentes nas organizações partidárias, ao acesso seletivo aos recursos econômicos e sociais, aos papéis de gênero e à socialização diferenciada que, por meio da formação educacional e da cultura dominante, não favorece a preparação da mulher para a disputa política e para o poder (PINHEIRO, 2007, p.76).

Esta sub-representação feminina não se restringe somente à esfera política, mas abrange todos os espaços de poder na sociedade. O próprio Jornalismo, área que nos propomos a refletir, é um exemplo clássico de demonstrações de poder e falta de representatividade feminina quando o assunto chega aos cargos de liderança e chefia. Poucas são as mulheres que comandam veículos de comunicação e as editorias tidas como as mais nobres, como é o caso da que trata de política. Nos jornais impressos, em que existia uma hierarquização mais evidente de cargos em uma redação, as mulheres que ascendem aos cargos de liderança o fazem a duras custas. As mulheres jornalistas entrevistadas nesta pesquisa relatam as dificuldades que encontraram ao longo de suas carreiras e como precisaram sacrificar momentos de lazer, ao lado da família e amigos para se dedicar inteiramente à profissão. A jornalista Sony Lacerda, ao ser questionada sobre alguma doença

adquirida que pode ser relacionada à profissão de jornalista, detalhou como a rotina atribulada afetou sua vida.

A inquietação sobre a temática foi motivada principalmente pela atuação da própria pesquisadora na área de Jornalismo Político em João Pessoa. Desde 2013 atuou profissionalmente como jornalista. Apenas um mês depois de formada, foi convidada para uma entrevista de emprego em um site local, o ClickPB, passando por um teste e, sendo efetivada no cargo de repórter logo em seguida. Inexperiente com a prática jornalística em uma redação e ainda sem conseguir acompanhar o ritmo frenético que exige um portal de notícias, foi crescendo aos poucos na profissão e conseguindo se familiarizar com as fontes, as pautas e o próprio texto jornalístico. Ao longo dos anos convivi com diferentes colegas de trabalho que me ajudaram a aprender o ofício noticioso. Também tive alguns editores que me guiaram pelos caminhos tortuosos e, muitas vezes, nada fáceis do Jornalismo. Por se tratar de um portal de notícias locais, os repórteres que atuam no ClickPB atuam em todas as editorias possíveis do Jornalismo. Não há repórter especializado em determinada área específica, impondo ao/à jornalista que tem necessidade de entender de tudo um pouco para conseguir desempenhar bem o seu papel e não ser engolido/a pelas pautas. Apesar disso, a editoria de política é o carro chefe do Jornalismo local na Paraíba.

A editoria de política é a mais nobre do Jornalismo paraibano, possuindo espaço e tempo privilegiados nos veículos de comunicação. Por ser a editoria que possui maior visibilidade e que desperta mais interesse, conseqüentemente é também a que tem mais prestígio. Ainda impera a caça constante por furos e pela fidelização de fontes, fazendo com que, muitas vezes, a disputa e competitividade se torne mais acirrada entre os jornalistas, sejam de diferentes ou do mesmo veículo de comunicação. Não obstante, o convívio e a rotina compartilhada com outros jornalistas enriquece o currículo e o conhecimento na área, assim como amplia e potencializa a experiência. Quem aprende a lidar com essas situações, tem muito a ganhar e um amplo caminho a galgar.

Em 2019, fui alçada ao cargo de editora do mesmo portal onde iniciei minha carreira no Jornalismo. Sucedi uma editora que deixou o cargo após conseguir ingressar na carreira pública federal. Após alguns anos de convívio e, com a sua iminente saída da empresa, ela me indicou para o cargo de editora. Sendo assim, podemos considerar que atualmente vivo o auge da minha carreira jornalística, após conseguir o cargo mais alto em uma redação jornalística. Como editora, minha tarefa é organizar a redação, passar pautas para os repórteres e orientá-los a como executar o que lhes foi pedido, assim como instruir a aprimorar os textos.

Além disso, urge a necessidade de estreitar as relações com as fontes, para garantir boas informações que rendam excelentes pautas e resultem em matérias que coloquem em evidência o veículo de comunicação e o próprio jornalista que a construiu.

A minha relação com a política, no entanto, não apareceu somente após a graduação em Jornalismo feita na Universidade Federal da Paraíba. O encantamento e interesse pelas questões sobre política fazem parte da minha vida desde quando me lembro, seja por motivação partidária e incentivo paterno, seja pelas próprias intercorrências que surgem na vida. De certo que o maior evento político vivenciado até a minha adolescência foram as eleições, até pelo motivo de acontecer periodicamente e arregimentar os interesses da população. O pleito eleitoral é um marco tão grande na minha vida que coincide com eventos paralelos que me marcaram como dois momentos memoráveis: o primeiro, em 2002, durante o segundo turno, na primeira vez que Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do país. De uma forma ou de outra, Lula fez parte de toda a minha vida e cresci sabendo quem era ele. Quando ainda era bebê, para brincar comigo, as pessoas me perguntavam onde estava Lula, ao que eu apontava para um cartaz pregado na parede da casa onde morávamos. Pois bem, no segundo turno das Eleições de 2002, já ansiosa pelo pleito e figurando na torcida pelo petista, me surge uma crise de apendicite e precisei ficar internada todo o fim de semana. Minha ansiedade era para conseguir alta antes do término do dia para acompanhar a apuração e saber o resultado da eleição para Presidência da República, que teve Lula como vitorioso pela primeira vez.

Já o segundo momento marcante na minha vida que também engloba o pleito eleitoral aconteceu em 2008. Logo após o término do pleito municipal, no dia 5 de outubro de 2008, por volta das 23 horas, embarquei em um ônibus com destino à João Pessoa para iniciar o curso de Jornalismo na UFPB no dia seguinte, em 6 de outubro de 2008. Deixava não apenas a cidade de Catolé do Rocha naquela noite, mas sim todo o universo que eu conhecia como a palma da própria mão, para abraçar o desconhecido. Me despedi de namorado, pai, mãe, irmã, avós, tios e tias, primos e amigos em busca de encontrar a mim mesma, talvez. A verdade é que até hoje não sei se encontrei o que buscava porque saí sem expectativas, sem saber o que me esperava, nem o que queria encontrar.

Pois bem. Durante o curso de Jornalismo na UFPB consegui aprovação para um estágio na assessoria de imprensa do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado da Paraíba (Sindifisco-PB). Apesar de a temática principal do Sindicato ser a área econômica, os assuntos políticos também se mostraram como pauta principal, inclusive em razão das

negociações salariais. Tanto que, no ano de 2011, quando eu estagiava no Sindifisco, os auditores fiscais iniciaram uma greve por tempo indeterminado reivindicando, entre outras pautas, o cumprimento da Lei do Subsídio do Fisco. O movimento paredista teve duração de 44 dias, uma experiência memorável para uma jovem estudante de Jornalismo. Pouco depois, deixei o Sindifisco-PB para iniciar estágio no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB). Novamente, as estruturas políticas se fazem presentes na minha trajetória, mas desta feita, por uma nova perspectiva, a do Poder Judiciário. Durante esta época, experienciei sessões e julgamentos, convivi mais de perto com jornalistas que cobriam os entreveros eleitorais na esfera judicial, comecei a compreender pelo lado de dentro o jogo político e seus pormenores, conheci advogados, juristas e desembargadores e até mesmo auxiliiei a organização de Eleições Municipais, no ano de 2012. Além disso, a minha experiência acadêmica também segue ao encontro do Jornalismo Político, uma vez que o tema sempre se pautou como centro de intensos debates em sala de aula e permeou diversos trabalhos feitos para as disciplinas durante a graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. A influência dos assuntos políticos também esteve presente na escolha do tema para o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), orientado pela professora Glória Rabay, que permanece em minha caminhada acadêmica ao orientar este trabalho de Dissertação. Na época do exame final para obter a graduação, em 2013, apresentei como trabalho final um perfil jornalístico sobre a trajetória da então prefeita da cidade de Pombal, Pollyana Dutra. A baixa representatividade feminina em cargos do Poder Executivo, principalmente em cidades menores do interior do estado, sempre despertaram minha atenção e resolvi pautar esta temática pela perspectiva da construção de um perfil jornalístico, buscando conhecer mais a fundo esta mulher que havia rompido as barreiras do silenciamento feminino na política e conseguido se eleger como prefeita. Para conseguir executar o Trabalho de Conclusão de Curso fui até a cidade de Pombal, no Sertão da Paraíba, e entrevistei a própria prefeita, que me recebeu em uma unidade de saúde mantida por sua gestão. Também colhi entrevistas com alguns vereadores da cidade acerca de suas relações com Pollyana e as percepções sobre o seu papel no exercício do cargo.

Apesar de não perseguir uma carreira no Jornalismo Político, as circunstâncias sempre o colocaram no meu caminho. Mesmo sem uma busca obsessiva, a política faz parte da minha vida e me sinto satisfeita em conhecer mais a fundo os seus pormenores. Esta incursão em minha trajetória pessoal aqui posta ajuda a compreender melhor a relação da pesquisadora

com o tema pesquisado e a justificativa da proposta de utilização da pesquisa-ação como metodologia.

O Jornalismo Político tem se mostrado ao longo do tempo como um dos vieses mais importantes da comunicação na Paraíba. Em todo o estado, a população sempre se mostra interessada nos fatos que compõem a política local e no modo como eles são representados. No entanto, historicamente, a própria política na Paraíba sempre foi tratada como “assunto de homem”.

O mundo político atravessa um período de crise em relação à representatividade junto aos cidadãos. O Jornalismo, por sua vez, também passa já há algum tempo por momentos de instabilidade tendo tanto a sua função quanto o seu espaço na sociedade questionados. A maior parte das informações veiculadas no Jornalismo Político surge a partir de colunistas, sendo que estes são ligados geralmente a grandes meios de comunicação. É possível até mesmo que façam parte de grupos menores, mas em ambos os casos, existe uma ligação entre estes produtores de conteúdo e os grupos políticos locais. A premissa deste trabalho baseia-se, portanto, na seguinte questão: para entender melhor o Jornalismo Político, é importante conhecer quem o faz.

Não apenas na Paraíba, mas em vários lugares do Brasil e do mundo é possível perceber que a mulher é vista em segundo plano no campo político. No Jornalismo Político, então, as mulheres enfrentam ainda mais desvantagens, já que esta editoria é considerada uma das mais nobres e importantes da mídia e historicamente esses lugares de maior prestígio são reservados aos homens.

Até meados do século XX, as atividades da mulher (branca de classe média) estavam concentradas no trabalho doméstico não remunerado, ou quando podiam ter uma empregada doméstica, geralmente uma mulher negra, em outras artes do lar e cuidados com a família. A sua entrada no mercado de trabalho e sua qualificação profissional universitária, ocorrida no Brasil em meados da década de 1970, permitiram que ela começasse a ocupar algum espaço também no âmbito político, não é por acaso que é na década de 1980 que o debate sobre a participação política da mulher vai ganhar notoriedade.

É neste contexto de expansão da universidade brasileira que ocorre a implantação do curso superior em Comunicação Social e a profissionalização dos jornalistas. Ressaltando que a instituição, em 1969, durante a ditadura militar, do diploma universitário como pré-requisito para atuação nas redações de Jornalismo representou um grande estímulo para a

criação destes cursos e resultou num significativo crescimento dos cursos universitários para formação de jornalistas.

Na mesma época, a participação de mulheres nas universidades, buscando aprimoramento profissional, ampliou-se. Com o processo seletivo através de concurso público (vestibular), e a crescente expansão feminina no ambiente acadêmico, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho do Jornalismo tornou-se viável, mesmo em um ambiente composto majoritariamente por homens e que até hoje não realiza seus processos de seleção de forma transparente.

Na Paraíba, a graduação em Jornalismo, como uma das habilitações do curso de Comunicação Social, criado em 1977, deu início a tomada das redações pelas mulheres, a exemplo do que ocorria em outros estados do país. Assim, nos anos 1980, quando foi intensificada a profissionalização dos jornalistas, também foi intensificada a presença feminina nas redações.

Mas a entrada e permanência das mulheres nas redações não ocorreram sem conflitos e preconceitos contra elas, muitos estudos mostram as várias maneiras como se manifesta o machismo no campo do Jornalismo. Seleções com pré requisitos discriminatórios, baixos salários, assédio moral e sexual, distribuição de pautas com critérios de gênero, empecilhos para a ascensão na carreira, silenciamento e interrupção em reuniões decisivas, ambientes hostis e machistas com circulação de comentários e piadas de cunho sexual entre outras facetas que serão discutidas adiante.

É neste ambiente, já marcado por uma cultura masculina onde se reservam as editorias mais promissoras para aqueles com maior influência e poder que estudamos a atuação das mulheres no campo do Jornalismo Político, área de prestígio dominada pelos homens no Jornalismo paraibano. Nos interessa saber como as mulheres que atuam neste campo tão marcado pelas relações de poder relatam sua experiência. Como o gênero tem definido as relações de poder no Jornalismo Político local? Que estratégias as mulheres utilizam para se firmar no campo? As profissionais relatam experiências de discriminação de gênero?

Para responder às questões de pesquisa definimos a entrevista em profundidade como técnica de coleta de dados a ser usada. Essa ferramenta, tal como usada para compreender uma experiência pessoal, se aproxima do que nas ciências humanas é chamado de História de Vida, um método que permite compreender através de narrativas pessoais subjetivas, um

contexto coletivo. Uma vez que cada um/a de nós está diretamente influenciado/a pelo meio social do qual faz parte. Sendo estas narrativas ao mesmo tempo individuais e coletivas, já que sempre sob influência do ambiente social (QUEIROZ, 1988, p. 39).

O que quero dizer é que as histórias contadas pelas mulheres, nas entrevistas, apesar que retratarem uma experiência única como mulheres jornalistas atuando no campo do Jornalismo Político na Paraíba, atravessam a dimensão individual e se conectam a um sujeito coletivo por uma gama de influências (QUEIROZ, 1988). Em diversos momentos, eu como pesquisadora e também jornalista da editoria de política me vi nas vivências relatadas, remexi em dores, me espelhei e reconheci sentimentos de impotência, fragilidade e raiva, mas também de força e resiliência, todos presentes também na minha história.

A opção pela entrevista semiestruturada aconteceu devido à sua própria natureza, observando que a sua utilização abre possibilidades de expansão do diálogo a partir das respostas dadas aos questionamentos básicos já elaborados previamente. Além disso, as próprias respostas das entrevistadas tendem a ser mais espontâneas, tendo em vista que não é necessário preencher um questionário com questões pré-estabelecidas.

Para Triviños, a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). O autor avalia que este método permite a presença consciente e atuante do/a pesquisador/a durante o processo de coleta de informações.

A ideia inicial era fazer entrevistas presenciais, como até recentemente aconteciam a maioria das entrevistas nas quais se desejava uma maior profundidade sobre os temas tratados. No entanto, o advento da pandemia de COVID-19, ou pandemia de novo coronavírus, além da necessidade de imposição de isolamento social e quarentena, obrigaram a outras estratégias e todas as entrevistas aconteceram online, sendo uma através do Skype e quatro através do Zoom, ferramentas de rede social que permitem comunicação através da internet por meio de conexão de som, imagem e mensagens instantâneas.

A partir de um roteiro norteador foram entrevistadas cinco mulheres jornalistas que atuavam na editoria de política, na cidade de João Pessoa no ano em curso em alguns dos principais veículos de comunicação no estado, considerando ainda a sua inserção em várias esferas, como rádio, televisão, jornal impresso e sites ou blogs disponíveis na internet.

As entrevistas tiveram duração variada entre 47 minutos e pouco mais de duas horas, considerando o roteiro de perguntas aberto, as características de cada uma das entrevistadas e

disposição para o diálogo. A entrevista mais curta foi feita com a jornalista Cláudia Carvalho, tendo duração total de 47 minutos. Já a entrevista mais longa durou pouco mais de duas horas e foi feita com Verônica Guerra. Ressalto que nenhuma das entrevistadas solicitou anonimato, apesar de ter sido oferecida esta possibilidade, por isto os nomes das entrevistadas foram mantidos.

A partir dos relatos das jornalistas, capturados através de entrevistas conduzidas a partir de ferramentas disponibilizadas para promover o diálogo com áudio e vídeo de forma online feitas com base em questionários semiestruturados, buscou-se material para referenciar o gênero como influência em suas relações de trabalho. A percepção de seu papel no Jornalismo Político também foi investigada, assim como o processo a que esta mulher precisa se submeter para conciliar vida profissional e pessoal. Portanto, o contato com estas profissionais serviram para analisar as relações existentes entre sua atuação como jornalista política e as questões de gênero.

Além da entrevista considerei a análise bibliográfica e a observação participante, já que não pude me separar de mim e passei a observar meu ambiente de trabalho, a editoria de política, de forma mais atenta às questões que estava pesquisando, como parte das estratégias metodológicas adotadas. Assim as opções teórico-metodológicas que guiaram esta pesquisa se fundamentam numa perspectiva de uma produção de conhecimento que se compromete com a busca de uma sociedade mais justa.

As entrevistas, transcritas tal como foram gravadas, foram observadas por meio da análise de conteúdo com foco no viés jornalístico e gênero, perpassando pelos modos de fazer jornalístico e a percepção dessas profissionais sobre a esfera da qual fazem parte. Bardin (2011) considera que a análise de conteúdo remete a um conjunto de técnicas para possibilitar a análise das comunicações. A intenção do método é extrair informações, quer sejam quantitativas ou não, que possibilitem a dedução de uma interpretação do conteúdo a partir das mensagens analisadas. A autora ainda classifica que devem ser utilizados “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 2011, p.47).

Esta dissertação foi dividida em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, discuti a respeito do Jornalismo Político, considerando o seu contexto histórico e as questões que permeiam a construção dos textos jornalísticos, assim como os fatos que permitem ao jornalista a sua adequação à editoria. Além disso, também é iniciado o debate sobre o Jornalismo Político na Paraíba e a importância do tema para os veículos de comunicação que existem no estado. No capítulo

seguinte, o debate está centrado no modo como as relações de gênero cristalizadas na sociedade têm influenciado no modo como as mulheres jornalistas têm exercido sua profissão. No capítulo três apresento minhas interlocutoras através de mini-perfis construídos após entrevistas feitas a elas e analiso como as experiências profissionais no Jornalismo Político relatadas refletem as desigualdades de oportunidades ainda vivenciadas pelas mulheres neste campo. Por fim, seguem as considerações finais que puderam ser apreendidas neste trabalho e as referências bibliográficas.

1.1 Jornalismo Político

É seguro e razoável dizer que a política permeia todos os campos e aspectos da vida em sociedade. Conforme já ensinou Aristóteles, o homem é um animal político, levando em consideração que encontra na família o início do processo de socialização e possibilidade de manutenção de sua vida, porém, está na Pólis a sua realização plena, quando se vê em contato com a justiça através do cumprimento das leis. Desta forma, tudo o que fazemos é uma ação política, tendo em vista que convivemos em sociedade e existe a necessidade de agir sobre os outros, possibilitando a existência de relações de poder. Com o Jornalismo não é diferente. A política habita em todas as suas esferas e editorias, já que está presente não só na rotina do trabalho jornalístico, como também nas pautas e nas relações da empresa, que estão fora da redação, mas refletem diretamente no trabalho dos jornalistas. Em algumas épocas a influência política se torna mais perceptível do que em outras, porém, sempre está presente. Franklin Martins (2005) observa que, dentre as fases pelas quais passou o Jornalismo Político, desde a partidarização dos veículos e a entrega de notícias unicamente, até a sua fase atual, que seria mais voltada para a interpretação dos fatos. “Na maioria dos casos, não basta apenas dar a notícia, ou seja, transmitir a informação factual mais recente. É necessário qualificá-la, relacioná-la com outros fatos, explicar suas causas e avaliar suas possíveis consequências (MARTINS, 2005, p.21)”.

O Jornalismo Político volta os olhos e busca dar visibilidade a alguns temas principais, como a campanha eleitoral, que proporciona a escolha de representantes, mas também uma disputa entre os concorrentes no campo de quem fez mais, quem tem as melhores propostas e quais adesões se mostram de maior qualidade para agregar apoios. Além disso, os mecanismos de controle das ações dos governantes se tornaram uma das pautas preferidas do Jornalismo Político, que vem exercer o papel de fiscalizador, atuando em conjunto com os órgãos de regulação, tais quais os Ministérios Públicos, sem esquecer das denúncias

provenientes dos próprios cidadãos e das investigações dos jornalistas, que têm acesso a mecanismos que possibilitam transparência dos gastos públicos e moderação das despesas.

Como explica Nabantino Ramos (1970), “a seção de Política registra as atividades desse gênero no âmbito federal, estadual e municipal, acompanhando de perto a marcha dos acontecimentos, a vida partidária, o trabalho dos corpos legislativos e os atos da administração pública que tenham implicações políticas” (RAMOS, 1970, p.188-189). Aprofundando a temática, o manual de jornalismo escrito por Beltrão (1969) detalha os pormenores da editoria política e exemplifica como ela entra no cotidiano dos consumidores da notícia. De acordo com o autor, a pauta política no Jornalismo consegue abranger e interessar todas as classes sociais e se faz importante para toda a população devido à possibilidade de interferência em suas vidas. Beltrão ainda explica que o Jornalismo Político tem diversos campos de atuação e pode explorar organismos oficiais, eleitorais, partidários e administrativos.

A reportagem política – a que está indissolúvelmente ligada a ação administrativa do poder público – é considerada como um serviço de orientação e informação fundamental para a imprensa, desde que diz respeito aos interesses transcendentais do Estado. Ao contrário dos demais setores, que se dirigem a um público mais ou menos limitado, o da informação político-administrativa interessa tanto aos políticos e homens de governo como às classes produtoras e trabalhadoras, aos profissionais liberais, aos intelectuais e artistas, aos universitários, enfim a todos os homens e mulheres cujo sistema de vida depende, naturalmente, das linhas traçadas pela política do Governo (Beltrão, 1969, p. 293-294).

A dimensão política permeia de tal forma as atividades sociais que, por incontáveis vezes, ultrapassa os limites da editoria própria e chega até os demais cadernos. O jornalista, portanto, em algum momento terá que lidar com as especificidades da política em seu trabalho, desde acompanhar como funciona o raciocínio dos agentes políticos, gestores e estudiosos do assunto até precisar transitar por todos os locais de acordo com os temas e interesses ligados a determinado assunto. Para todos os lados que olham, os jornalistas percebem a dominação dos aspectos políticos, principalmente quando se dão conta da linha editorial do veículo de comunicação no qual trabalham. Manter um conhecimento e contextualização amplo sobre os acontecimentos políticos no país e no mundo é essencial para os jornalistas, uma vez que os assuntos se entrelaçam e estão intimamente relacionados, mesmo estando em editorias diferentes. A editoria de Economia, por exemplo, tem como um de seus temas a cotação de moedas e variação de preços de gêneros alimentícios e outros que fazem parte do cotidiano doméstico. Os números são frios, exatos e falam por si mesmos, no

entanto a análise da conjuntura política e de eventos específicos neste universo ajudam a explicar, entender e até mesmo prever as flutuações cambiais e variações dos preços, fazendo com que os jornalistas especializados voltem os olhos também para a pauta de política, para que assim nada lhes escape. A editoria de Tecnologia, por outro lado, tem como foco principal os lançamentos de produtos e inovações tecnológicas. Porém, o jornalista não pode fechar os olhos para as demais pautas e editorias que existem e precisa saber traçar as pontes entre elas. Neste caso específico podemos citar as discussões sobre a implantação da tecnologia 5G, em que a questão política basicamente sequestrou o debate, já que o Governo de Jair Bolsonaro quer vetar a participação da empresa chinesa Huawei Technologies no leilão por questões ideológicas, enquanto os empresários da área são contrários, prezando pela qualidade do produto entregue e preço de competitividade. O clima de instabilidade política no governo brasileiro, portanto, influencia as negociações pela nova tecnologia que, quanto mais atrasa para chegar, mais contraria os empresários do setor, fazendo com que o Brasil tenha que lidar com mais um atraso promovido pela falta de incompatibilidade e de boas relações do governo.

Conforme observa José Marques de Melo (2008), a necessidade de uma editoria dedicada ao Jornalismo Político delimitada espacialmente nos veículos de comunicação tem maior ocorrência em sociedades com uma democracia representativa ainda em fase de sedimentação, enquanto que nas sociedades com democracia consolidada esta editoria sequer existe. No caso do Brasil, percebemos que, 30 anos após o fim do período de ditadura cívico-militar, instaurada em 1964, ainda não se percebe uma democracia totalmente consolidada, tendo em vista as constantes ameaças que lhe são feitas, além do clima de instabilidade política, econômica e social.

Na medida em que a sociedade adquire maior complexidade, o jornalismo deixa de gravitar exclusivamente em torno da órbita política, correspondendo a outras demandas sociais. A prevalência dos temas econômicos e o crescente interesse pelas questões culturais, bem como a massificação dos esportes acabam por gerar aspirações informativas diferenciadas (MARQUES DE MELO, 2008, p.91).

O papel do jornalista como mediador demanda uma visão ampla e interpretação do tema analisado de forma mais vasta, o que transpõe a simples transmissão do fato político tal qual ele se apresenta. A experiência no trabalho ajuda o jornalista a buscar e captar informações, assim como a traçar significados e entender os nexos que existem entre fatos que podem parecer distintos, permitindo a quem convive na editoria de Política, uma capacidade maior de interpretação e de formar uma opinião sobre determinados assuntos. Entendido isso,

também é importante ressaltar a responsabilidade do jornalista em relação à informação que ele dá e a forma como isso acontece, tendo em vista o poder de transformação que pode proporcionar.

Ao se considerar mercado e sociedade civil, a estrutura política tradicional não dá conta da produção simbólica coletiva. O profissional que dá significados a tudo isso, ao narrar o que se passa à sua volta, não pode se ater às versões dominantes (direito divino) nem se constituir em tribuno (direito liberal) de determinadas motivações político-econômicas. Seu lugar é, acima de tudo, o da inquietude da viagem: o repórter se empenha no muito perguntar, muito ouvir e observar, muito pesquisar e estudar na batalha conflitiva dos sentidos. Toda a narrativa que se constrói a partir da experiência contemporânea representará simbolicamente um delicado tecido em que as tensões das microestruturas de poder e estruturas intermediárias de decisão procuram de alguma forma fazer valer seus interesses, suas competências e ideologias, sobretudo sua visão de mundo, frente a macroestrutura – essa sim representada pelos três poderes e pelas forças econômicas. Quem senão o repórter vai se entranhar nesse cipó? (MEDINA, 2006, p.30)

Para compreender o contexto atual do Jornalismo e suas formas de produção, faz-se necessário aprofundar a discussão sobre a sua gênese e entender o que permeia essa área do conhecimento. Apesar de ser caracterizado pela sua prática, os estudiosos do Jornalismo têm desenvolvido uma fundamentação teórica para que o conhecimento sobre ele seja aprofundado. Os debates levantados com base nas características do Jornalismo, as mais específicas que sejam, permitem que sejam explorados diversos pontos de vista possibilitando formas mais amplas de conhecer a fundo o Jornalismo.

A prática jornalística se antepõe à sua teorização, considerando que as primeiras experiências com notícias aconteceram antes mesmo da institucionalização da imprensa. Os primeiros jornais diários teriam começado a circular ainda na Alemanha do Século XVII. “Foi justamente o impacto do jornal diário no cenário europeu que motivou a primeira incursão universitária no terreno jornalístico, convertendo-o em objeto de reflexão intelectual” (MARQUES DE MELO, 2004, p. 74). Conforme observa TRAQUINA (2005), enquanto os acadêmicos se detêm num exame reflexivo, com objetivo de construir ou verificar teorias, os jornalistas são pragmáticos. “O Jornalismo é uma atividade prática, continuamente confrontada com ‘horas de fechamento’ e o imperativo de responder à importância atribuída ao valor do imediatismo. Não há tempo para pensar porque é preciso agir” (TRAQUINA, 2005, p. 44).

Desde seu início, o fazer jornalístico tem como característica a mutação, percebendo-se no decorrer do tempo, várias modificações, como por exemplo, em sua estrutura, prática, modo de circulação e a forma como é tratado, tanto pelos empregadores quanto pelos empregados. A presença constante da adoção de tecnologias conforme elas vão sendo incorporadas, seja a tipografia, a aquisição de gravadores, a chegada do computador até a possibilidade de unir todas as ferramentas em apenas um *smartphone*, faz com que o Jornalismo adquira a característica de sempre estar se modernizando. Os jornalistas, por sua vez, precisam se manter acompanhando as mudanças e dominando as respectivas novidades para se manterem “vivos” no mercado e antenados com a profissão.

Estes jornalistas, os profissionais da notícia, como são classificados, vivem sob uma pressão constante, seja psicológica ou até mesmo física, para acompanhar o ritmo frenético que o mercado impõe. Por vezes, estas condições de trabalho surtem efeitos extremos e prejudiciais até mesmo para a saúde do trabalhador. Para entender como as notícias são feitas, quais são as condições de trabalho às quais o jornalista está submetido e em que sentido isso influencia no seu produto final, é importante ir direto à fonte e entender todo o processo social e histórico envolvido. Particularmente nas últimas décadas, o campo jornalístico se percebeu afetado pela própria revolução digital e a própria globalização, reflexos das mudanças estruturais no sistema capitalista.

Além dessas características intrínsecas ao mercado de trabalho específico da categoria, em 2017 o profissional se deparou com uma reforma trabalhista, proposta pelo então presidente Michel Temer, e que implantou mudanças estruturais na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) principalmente no âmbito do trabalhador. Dentre estas mudanças, podemos destacar a permissão para terceirização irrestrita de trabalhadores, fazendo com que as relações trabalhistas fiquem cada vez mais frágeis, já que o proletariado nem sempre poderá contar com a segurança de uma carteira de trabalho assinada. Também foi instituído o fim da obrigatoriedade na contribuição sindical, provocando uma crise de representatividade das categorias pelos sindicatos classistas, evidenciando a característica de perda de engajamento sindical e aumento no descrédito, como vem sendo percebido nos últimos anos. Desde 2016, o Brasil vivencia um clima de insegurança e incertezas em sua base democrática, rememorando o Golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, quando as classes políticas se uniram para derrubar uma mulher legitimamente eleita como representante do povo, mas que recusava se submeter aos conchavos dos parlamentares. O clima de descredibilidade na política que cresceu de tal forma a tomar conta de grande parte do país culminou em 2018

com a eleição de um representante da extrema-direita sem projetos concretos de projeção econômica e desenvolvimento social.

A ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República também soa como uma latente ameaça ao campo jornalístico, não somente em razão de sua tendência à censura dos meios de comunicação e dos jornalistas, mas também devido às suas propostas que dizem respeito à legislação. Essas propostas de caráter neoliberal postas em prática são feitas com o objetivo de simplificar a vida do empresariado e livrá-lo dos compromissos trabalhistas. No entanto, o que pode ser observado na prática é a fragilização da relação entre o empregado e o patrão, a ampliação da insegurança quanto à estabilidade por parte do trabalhador e até mesmo o aumento da tensão e estranhamento de classes, tendo em vista a falta de diálogo e as imposições estabelecidas para manter o cenário.

Para acompanhar e entender mais a fundo as características do trabalho jornalístico e compreender o trajeto até este momento histórico que vivemos, faz-se necessária uma contextualização remontando alguns dos principais fatos que perpassam pela história do próprio Jornalismo e de quem o faz, o jornalista. Observar mais atentamente e com precisão o exercício da função do jornalista e parte de suas rotinas ajuda a captar os pontos de vista necessários.

1.2. Apanhado histórico do Jornalismo como profissão

No Brasil, a imprensa se estabelece justamente com a chegada da Corte Real vinda de Portugal, ainda em 1808. Foi neste ano que o país recebeu seus primeiros equipamentos de impressão tipográficas e a Imprensa Régia se instalou, possibilitando as primeiras impressões de materiais jornalísticos. Antes disso, o Brasil Colônia vivia uma época de censura estabelecida pela Corte, que entendia os materiais tipográficos como uma ameaça ao sistema de governo, um perigo para a monarquia nas mãos de possíveis revolucionários. Portanto, as publicações feitas no Brasil só poderiam ser manuscritas ou, senão, impressas no exterior para dificultar a proliferação de ideias com potencial de provocar tribulações no alto escalão do poder da época. Foi neste contexto que surgiu a primeira publicação jornalística brasileira. Produzido na Inglaterra e enviado para o Brasil de forma clandestina, o jornal *Correio Braziliense* (1808) é considerado pioneiro em publicações jornalísticas do país. Existe ainda uma controvérsia sobre o pioneirismo em relação ao jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808), que era editado e impresso no Brasil através da Imprensa Régia. Ocorre que, sob o manto da

censura, a Gazeta acabou se tornando o meio de comunicação da Corte, já que transmitia sua visão de mundo e não apresentava críticas à realidade local, enquanto que o Correio se apresentava com alto teor crítico e informativo, além de ter editorias bem definidas (SODRÉ, 1999).

Mesmo sob a censura real, o desenvolvimento econômico e intelectual nos grandes centros brasileiros foi alavancado, principalmente com a abertura dos portos, instalação de indústrias e abertura de centros de ensino. Esse desenvolvimento fez com que a sociedade sentisse a necessidade de consumir bens imateriais, como os livros e jornais. Aumentando a demanda, a produção também foi ampliada e se espalhou pelo país todo.

Ainda na época do Império começam a circular as primeiras publicações que tinham como foco a mulher, tanto no que diz respeito ao público-alvo, como também em relação à produção de conteúdo, como destaca a pesquisa de Dulcília Buitoni (2009). No Século XIX, mais especificamente no ano de 1827, surgiu O Espelho Diamantino, que trazia no seu subtítulo a informação de que era “dedicado às senhoras brasileiras”. Esta publicação é considerada pioneira na categoria, mesmo em uma época que o índice de letramento do público-alvo era ínfimo e a acessibilidade ao material era difícil. O Jornal das Senhoras, surgido no ano de 1852, convidava todas as senhoras “dotadas de inteligência” a fazer parte da publicação e apresentar suas criações literárias, tudo sob a égide do anonimato.

Já em 1862 foi lançada a revista Belo Sexo, no Rio de Janeiro. A publicação era feita por mulheres com ensino secundário que já assinavam suas obras, rasgando a cortina do anonimato. Com o passar do tempo, as publicações, que antes eram dedicadas a explorar temas voltados para os cuidados com o lar, os filhos e a família, atividades domésticas e beleza, foram se modificando. Uma lógica emancipacionista e conteúdos considerados até então inapropriados para “mulheres de família”, como vida afetiva, sexo e trabalho fora de casa foram sendo introduzidos nas publicações.

A partir das décadas seguintes, o Jornalismo brasileiro já começou a ser mais incisivo na cobertura e no olhar crítico de temas que geraram respaldo na sociedade, como o fim da escravidão, a independência da Coroa Portuguesa, implantação de uma República e até mesmo o voto feminino. Tais assuntos, que buscavam mudanças efetivas nos âmbitos social e político, tomaram repercussão em razão do apelo que produziam em uma colônia fragilizada.

A real consolidação do Jornalismo brasileiro acontece entre o fim do Século XIX até a terceira década do Século XX. A modernização das máquinas possibilita o aumento nas tiragens e na periodicidade dos impressos. Ao mesmo tempo, com a demanda crescente, acontece uma readequação na forma de trabalhar, deixando de ser artesanal e passando a ser

mais industrializada, seguindo as tendências identificadas na época (BUITONI, 2009). O tom panfletário e opinativo, que era preponderante até então, dá espaço a um estilo informativo, seguindo a linha norte-americana, com a priorização do lead em notícias e reportagens e a adoção da pirâmide invertida¹ para construção das matérias.

Até a década de 1950, o Jornalismo impresso era predominante, porém, o rádio, que surgiu em 1922, começou a modificar o cenário. Apesar dessa preliminar disputa por audiência entre os veículos de comunicação, a partir de 1950, quando aparece a televisão, o Jornalismo passou por uma intensa modificação em seus modos de atuação e produção, além de distribuição do conteúdo, que agora eram ampliados. Os avanços tecnológicos com a popularização do computador no final dos anos 1990 e início de 2000 proporcionam ainda hoje mudanças nas rotinas de produção, transportando ainda o Jornalismo para o universo digital e online.

Por todo esse percalço histórico, um personagem se faz presente. O jornalista acompanhou de perto tanto as evoluções quanto as decadências e mutações de tecnologias, costumes, veículos de comunicação e modos de produção. A própria formação do jornalista foi sendo modificada ao longo do tempo, tendo em vista as transformações sociais e tecnológicas, as exigências sociais por qualidade no produto jornalístico e a institucionalização do curso superior em Jornalismo. A criação do curso superior logo gerou uma disputa entre profissionais antigos formados no “batente” e os jovens formados nos bancos das universidades, mas principalmente entre os proprietários das empresas de comunicação e os organismos de classe dos jornalistas em torno da exigência do diploma para o exercício profissional, que já foi obrigatório. Mas deixou de ser, em 2009, quando o Superior Tribunal Federal decidiu pelo fim da exigência do diploma em Jornalismo para o exercício profissional, contrariando o entendimento da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) na ocasião, que acreditava na precarização das relações de trabalho com prejuízo para a categoria.

Com a criação dos cursos de Jornalismo, aos poucos, a profissão deixou de ser ocupada por pessoas letradas ou intelectuais com instruções diversificadas que se destacavam em suas áreas e passou a contar com uma profissionalização específica voltada para a prática jornalística. A implantação dos cursos superiores em Jornalismo alavancou a

¹ A pirâmide invertida é uma técnica de estruturação do conteúdo nas matérias jornalísticas teorizada por Edwin L. Shuman em seu livro *Practical Journalism* (Salaverria, Ramón, 2005, p. 109). Esse modelo prioriza uma forma mais direta de noticiar, elencando primeiro os fatos mais importantes, com o lead e suas perguntas básicas: o quê, quem, onde, como, quando e por quê. Enquanto que, no decorrer do texto, são detalhados os pormenores do acontecimento e informações complementares.

profissionalização dos jornalistas através do ambiente acadêmico. O acúmulo de conhecimento teórico e prático é o que geralmente vai estabelecer o sucesso do profissional no nicho onde atua.

A demanda pela criação de cursos superiores para o ensino do Jornalismo surgiu ainda no início do Século XX, mas foi somente no período pós-guerra que a formação profissional na área de comunicação foi implantada, conforme os estudos de José Marques de Melo (2004). O primeiro curso superior foi instalado em São Paulo no ano de 1947. No ano seguinte, em 1948, surge o primeiro curso no Rio de Janeiro. Logo após, na década de 50, os cursos começaram a se espalhar em outras regiões, como o interior do Sudeste, o Sul e o Nordeste. Nos anos de 1960, o número de cursos superiores no Brasil chegou a triplicar, começando também a divisão das áreas de comunicação, não somente restritas ao Jornalismo, mas abarcando publicidade e propaganda, rádio e televisão, cinema e relações públicas.

1.3. Histórico e poderio da editoria de política no Jornalismo paraibano

Ainda no período imperial, na então província da Parahyba do Norte, há registros do surgimento da imprensa local. A primeira publicação de um periódico paraibano data de 1818, intitulada como “O Português”. No entanto, existe uma polêmica historiográfica que aponta que não há um consenso acerca de seu pioneirismo devido à ausência de provas materiais ou referências diretas à sua existência. Por este motivo, outra publicação é considerada como um marco para a imprensa paraibana. A “Gazetta do Governo da Parahyba do Norte” foi lançada no ano de 1826 e, como o próprio nome diz, atuava como uma publicação vinculada ao governo. O presidente da província na época, Alexandre Francisco de Seixas Machado, foi o fundador do periódico que funcionava como um porta-voz de seu governo e trazia em suas páginas conteúdo noticioso dando prioridade a temas relacionados à política (ARAÚJO; SOUZA, 2018).

Desde essa época a imprensa paraibana apresenta um debruçamento especial sobre os assuntos que permeiam a política, tanto local quanto nacional. De acordo com o ponto de vista manifestado por Horácio de Almeida (1978), “os jornais da Paraíba, ao longo do período imperial, eram mais políticos que noticiosos. Paupérrimos de notícias. O maior espaço reservava-se para os editoriais maçudos ou artigos de colaboração, geralmente ataviados de metáforas e perífrases” (1978, p.199).

Era comum ainda que os periódicos apresentassem um posicionamento político específico, o que já era reconhecido por seus leitores. Por vezes, este posicionamento ou vinculação político-partidária era explicitado de forma textual. A capa do *Jornal da Parahyba*, por exemplo, exibia a informação de que a publicação seria um “Órgão do Partido Conservador”. Estas vinculações político-partidárias, por vezes, influenciavam todos os assuntos e textos publicados no jornal, mesmo os temas que não necessariamente exigiam este tipo de tratamento. Como também era priorizado o debate e a propagação de opiniões dos próprios jornalistas ou articulistas, os periódicos acabaram se tornando palcos para intensas discussões políticas.

A percepção de um Jornalismo enviesado e com pontos de vista bem marcados por determinado partidarismo era uma prática comum em todo o Brasil desde a sua fundação. O próprio Jornalismo nasce a partir da necessidade de dar vazão à expressão ideológica. Ainda durante a implantação do Jornalismo durante a monarquia, percebe-se a imposição aos meios de comunicação em expor as posições que lhe são interessantes. Desde a chegada dos portugueses, o Brasil é um país marcado por disputas, que perpassam a questão territorial, a política econômica, a educação, e, claro, o projeto político ideológico propriamente dito. Os meios de comunicação são, portanto, uma ferramenta de extrema importância para a disseminação de ideais e de posicionamentos, o que costumava acontecer bastante, ocupando páginas e páginas de jornais impressos com artigos de opinião e editoriais. A partir de 1970, com a redemocratização pós ditadura cívico-militar, o Jornalismo brasileiro passa a assumir um novo papel, cravado na mediação social.

Por volta do Século XIX foi criado o termo “Quarto Poder” para adjetivar o fazer jornalístico (MAINENTI, 2014). Segundo os registros, um parlamentar inglês teria sido quem conclamou os jornalistas presentes a assumir uma responsabilidade imposta para vigiar os três poderes, quais sejam o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, assim como para manter os cidadãos informados sobre todos os acontecimentos na sociedade com implicações em suas próprias vidas.

Em 1828, de acordo com Daniel Boorstein (1971: 124), surgiu a expressão “quarto poder”, em referência à imprensa. Um deputado do parlamento inglês, McCaulay, apontou para a galeria onde estavam sentados os jornalistas e gritou: “Fourth Estate!” (Quarto Poder). Nelson Traquina (2005: 46) afirma que McCaulay fazia menção ao quarto état (termo francês também usado em referência a poder), tendo como quadro de referência os três états da Revolução Francesa: clero, nobreza e troisième état – que engloba a burguesia e o povo. No novo enquadramento da democracia, com o princípio de “poder controla poder”, a imprensa seria o “quarto” poder em

relação aos outros três: executivo, legislativo e judiciário. (MAINENTI, 2014, p.49)

Por muito tempo este termo mistificou a profissão e permitiu uma posição intocável aos profissionais do ramo. No entanto, esta forma de enxergar o Jornalismo também começou a ser questionada em razão exatamente dos interesses, por vezes conflitantes, dos profissionais e dos detentores dos meios de produção. A discussão passa a abranger não somente o modo de fazer jornalístico, mas também as motivações intrínsecas a ele.

A democracia representativa a que estamos acostumados, apesar de destacar o cidadão como responsável pelas escolhas dos representantes, ao mesmo tempo o afasta do poder político, uma vez que sua voz só ecoa no momento do pleito eleitoral. Depois que os representantes são definidos, tomam para si a legitimidade da soberania popular. Apesar de ser uma forma legítima de exercício do poder político, por vezes não há reflexão aprofundada acerca da escolha de um real representante e os motivos para a conquista do voto podem ser discutíveis, fatos que acabam destoando do objetivo principal e possibilitando um posterior distanciamento entre representantes e quem deveria se sentir representado. Desta forma, o jornalista passa a atuar como real mediador e fiscalizador, fazendo as vezes de representante das camadas populares, já que consegue ter acesso imediato àqueles que estão no poder.

Corroborando para a cobrança do papel de mediador social no campo jornalístico o conceito de ubiquidade, comumente aplicado no webjornalismo que, na era digital, já abrange toda a atividade do jornalista, seja em que veículo ele atue. De acordo com Pavlik (2014), a definição de ubiquidade diz respeito à presença da mídia em muitos lugares ou, até mesmo em todos eles, principalmente quando ela acontece de forma simultânea. É assim que a mídia é vista frequentemente, já que as equipes que trabalham nos veículos de comunicação conseguem executar uma ampla cobertura dos assuntos que mais repercutem na sociedade.

John Pavlik (2014) aponta que a ubiquidade proporciona pelo menos quatro consequências para o Jornalismo no século XXI, tais quais: a emergência do Jornalismo cidadão; o crescimento de novas formas narrativas geolocalizadas e imersivas; o crescimento do Big Data e do Jornalismo orientado por dados; e o declínio da privacidade e sua substituição por uma sociedade da vigilância global.

A internet móvel com tecnologia ubíqua está, em muitos sentidos, alimentando a concretização da aldeia global de Marshall McLuhan (1964). O jornalismo tem a oportunidade de se juntar a esta aldeia global de forma significativa. Notícias acontecem em toda a parte. No entanto, na era da mídia analógica, parecia ser impossível e certamente impraticável para os jornalistas ou para as organizações de mídia estarem em todo e o lugar o

tempo todo para cobrir os acontecimentos. na era digital, esta situação está mudando. Com a banda larga ubíqua, especialmente com a tecnologia wireless, a conectividade móvel está redefinindo os preceitos básicos do jornalismo e da mídia (PAVLIK,2014, p.164).

Vale ressaltar que a partir deste contexto histórico, ainda resvala na Paraíba o fato de que a editoria de política é a que mais se destaca nos meios de comunicação, seja pelo poderio econômico que é capaz de atrair, seja por questões de interesse da própria população que busca com mais vigor os assuntos neste âmbito. A alta concentração midiática e o domínio de restritas famílias sob os meios de comunicação com maior alcance também são fatores que contribuem para a valorização da pauta política no Jornalismo local, tendo em vista os interesses particulares dos donos das empresas. Por vezes, a cobertura política é mais focada em registrar picuinhas e a corrida eleitoral, que são considerados os fatores que despertam mais curiosidade no público, garantindo maior vendagem ou acesso.

Toda pauta jornalística pode ser classificada e enxergada como política, já que aborda os temas postos na sociedade. Desde uma rua sem calçamento, com problemas de esgoto, até um cidadão sem conseguir atendimento médico necessário, ou ainda as medidas adequadas para tratamento e manejo do lixo, tudo tem um viés político por trazer à tona o exercício de poder que nem sempre é visível a ‘olhos nus’. Feito esse contraponto, é interessante observar que a editoria de política se ocupa, principalmente, de assuntos relacionados diretamente à vida de homens públicos e aos fatos acontecidos na arena política, onde transitam pessoas incumbidas de cargos públicos. Além disso, a editoria de política costuma abordar também a dinamicidade das relações entre partidos, homens públicos, instituições e sociedade. Novamente percebe-se a função do Jornalismo como mediador e fiscalizador, prestando um serviço à sociedade e publicizando os pormenores da arena política, desde que sejam fatos do interesse da direção do veículo de comunicação, que também vai indicar a forma de abordagem a ser adotada.

Em 1972, Maxwell McCombs e Donald Shaw desenvolveram a Teoria do Agendamento ou Agenda-Setting e voltaram as atenções para a influência que os temas pautados pela mídia possuem sobre a política, de forma geral, e aos cidadãos, mais particularmente no que diz respeito aos eleitores. Os estudiosos transformaram em hipótese uma afirmação de Bernard Cohen que ressalta que a imprensa não possui muito êxito em ditar o que as pessoas têm que pensar, mas sim sobre o que elas precisam refletir. Sendo assim, fica ainda mais explícita a influência dos veículos de comunicação no debate público, estimulando

o debate mais atento à esfera política, trazendo para a rotina jornalística pautas quentes e até mesmo assuntos não-factuais, buscando sempre a repercussão, o que promove alargamento da audiência e popularidade do meio de comunicação portador da mensagem.

Os veículos de comunicação na Paraíba evidenciam o panorama bipolarizado que persiste na política eleitoral local, a depender das alianças formalizadas e dos empresários que comandam a mídia e a linha editorial. Por vezes, a tendência de apoio em alguns veículos é feita de forma mais velada e, em outros casos, fica mais perceptível o cenário de respaldo a uma das pontas da polarização.

Ainda falando sobre as características da cobertura política na mídia paraibana, é preciso destacar o prestígio que esta editoria impõe sobre as outras, já que é um dos principais detentores de capital social e econômico nos meios de comunicação do estado. Os profissionais que cobrem esta editoria são os mais requisitados e, a depender da sua rede de conexões, os que recebem mais destaque. A visão que se tem, portanto, é a de um Jornalismo subordinado à esfera política na Paraíba, seja pelo fato de ser a editoria mais requisitada pelos leitores ou em razão da dependência econômica.

Como analisa Emanuel Barreto (2006), todo o trajeto feito durante o processo jornalístico diz respeito ao encadeamento de uma série de fatores, que envolvem inclusive a relação entre fonte e jornalista. Quando se trata de Jornalismo e política, centenas de outros fatores também são considerados importantes para a análise, como os interesses de divulgação do assunto pela fonte, a apuração jornalística e como a relação entre fonte e jornalista pode influenciar o tratamento dado à notícia.

Todo o processo noticioso está envolto em implicações sócio-político-profissional-econômicas diversas e complexas. Toda essa teia que se estabelece entre jornal/jornalismo e poder agrega interesses de parte a parte, além de preocupações mercadológicas, já que a notícia é um produto (BARRETO, 2006, p. 13)

Já Timothy Cook (2011) destaca também o fato de que “a notícia é o resultado de negociações recorrentes entre fontes e jornalistas, cujos resultados diários beneficiam apenas certas alocações de valores” (COOK, 2011, p. 206). O excesso de trabalho e a escassez de tempo também influencia no produto final executado pelo jornalista, principalmente quando são analisados os pormenores da notícia. “A dependência jornalística de rotinas significa que a maioria dos repórteres está em melhor posição para encontrar apenas algumas fontes e recolher apenas algumas notícias e está, portanto, mais inclinada a criar certos tipos de

histórias” (COOK, 2011, p. 207). Esses são alguns dos fatores preponderantes que influenciam as rotinas de produção e de trabalho dos jornalistas, já bastante teorizadas e discutidas pela comunidade acadêmica. É importante observar também estas questões que, por vezes, permanecem escondidas nas redações para entender mais profundamente o que segue implícito à produção jornalística.

2. PRESENÇA DA MULHER NO JORNALISMO SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

A trajetória da mulher na sociedade é permeada por constantes tentativas de inserção em ambientes que por muitas vezes lhes foram negados. Ainda no Século XXI, frente a tantos avanços no que diz respeito a direitos sociais conquistados e garantidos, não são poucas as vezes em que são impostas restrições devido a condição feminina. Atitudes simples e, em alguns casos, inconscientes, como é o caso da escolha da cor azul para meninos e da cor-de-rosa para meninas -, até opções profissionais, que influíram por toda a vida - compelindo mulheres a buscarem atividades voltadas para os cuidados com os outros, como a enfermagem, e distanciando-as de espaços de poder, decisões e força bruta - podem ser estipuladas de acordo com o que se convencionou como sendo específico de um gênero ou de outro.

O conceito de gênero é fundamental para este trabalho. Embora seja uma palavra muito conhecida e debatida na atualidade, algumas estudiosas do tema consideram que o conceito é “de difícil compreensão e tem se tornado praticamente sinônimo de *sexo*, na linguagem comum e até mesmo acadêmica” (CARVALHO, RABAY, 2015, p.119). Introduzido no Brasil na década de 1980, o conceito começa a se popularizar entre as acadêmicas na década seguinte e no últimos dez anos, se popularizou de forma equivocada em função dos opositores do conceito que veem numa chamada “ideologia de gênero” um perigo para a destruição da família e da “ordem natural das coisas”, tais como a superioridade masculina.

Foi justamente a noção da inexistência de um comportamento “natural”, que não fosse socialmente imposto que impulsionou as acadêmicas feministas a pensar sobre as determinações sociais da subordinação feminina e perceberam que

Essa subordinação é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente. Isto é fundamental, pois a ideia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. Portanto, alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria possível mudar o espaço social por elas ocupado (PISCITELLI, 2004, p.44).

O entusiasmo das acadêmicas influenciou no movimento feminista que percebeu na “desnaturalização” e na desbiologização da subordinação um forte instrumento para suas reivindicações, já que a opressão das mulheres decorria de um processo sócio cultural ela poderia também ser transformada pela sociedade e pela cultura. “O conceito de gênero diz

respeito aos significados socialmente construídos do feminino/masculino e as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres, [...] constituindo o que chamamos assimetrias e hierarquias de gênero. (RABAY: SILVA, 2019, p.201)

É neste sentido que empregamos o conceito de gênero, e mesmo quando usamos o termo mulher, compreendemos que sua condição não decorre de uma condição ditada pela natureza, nem faz parte que alguma “essência” feminina. Sua dedicação às tarefas domésticas e aos cuidados com familiares, particularmente com os filhos, são decorrentes de um processo histórico que naturalizou certos comportamentos e o lugar subalterno ocupado ainda hoje por elas.

Estas limitações acabam determinando desigualdades que resultam na submissão feminina e impedem a conquista de isonomia e liberdade. O tolhimento do potencial das pessoas de acordo com o padrão de gênero que se convencionou como correto faz com que percamos grandes mentes que se viram proibidas de pensar e ir além do que gostariam. As barreiras que se erguem devido ao gênero, à raça, à classe social e tantos outros estratos simbolizam na maioria dos casos, reais impedimentos. Poucos são os que conseguem derrubar os tijolos dos muros impostos e construir um caminho fora do eixo. Estas exceções, apesar de terem conseguido sobrepassar o obstáculo inicial ainda assim continuam sendo alvos da vigilância devido, justamente, à ruptura de estereótipos que agora vivenciam.

Ressalta-se que é o sistema patriarcal, como forma de organização das relações sociais, que dita os comportamentos aceitáveis ou condenáveis de acordo com o gênero, conforme construção histórica. Este sistema de dominação e violência que se interpõe às relações interpessoais e, até mesmo, à personalidade dos sujeitos é o responsável pela fundação da estrutura da sociedade e perpassa toda a sua organização, desde a produção e consumo, a cultura, leis e política. O patriarcado acabou se firmando como base da sociedade, alcançando uma autoridade e poder admitidos de forma institucional. O imaginário e as formas de conviver em sociedade acabaram sendo invadidos pelo sistema patriarcal de uma forma tão profunda que é difícil distinguir suas raízes e descobrir todos os meandros em que ele se encontra. Ainda assim, a principal forma com que o patriarcalismo se apresenta é a da dominação do homem sobre a mulher.

O poder natural dos homens como ‘indivíduos’ abarca todos os aspectos da vida civil. A sociedade civil (como um todo) é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública; de fato, o direito patriarcal dos homens é o principal suporte estrutural unindo as duas esferas em um todo social (PATEMAN, 1993, p. 167).

Apesar disso, Castells (1999) chama atenção para o fato de que a família formatada com base no sistema patriarcal vem sendo contestada por fatores específicos, tais quais: a conscientização da mulher e sua inserção no mercado de trabalho, que acabaram modificando partes da estrutura que a mantém. As modificações na estrutura familiar começam a partir da década de 1960 e, segundo ele, “as forças propulsoras desses processos são o crescimento de uma economia informal global, mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie e o impulso poderoso promovido pelas lutas da mulher e por um movimento feminista multifacetado” (CASTELLS, 1999, p.170). Segundo o autor, apesar de o feminismo ser um movimento diverso, tem como principal objetivo redefinir a identidade da mulher, seja buscando a igualdade com os homens ou a especificidade da mulher, tornando-se um contraponto ao patriarcado e seu principal opositor. “Existe, portanto, uma essência comum subjacente à diversidade do feminismo: o esforço histórico, individual ou coletivo, formal ou informal, no sentido de redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo” (CASTELLS, 1999, p.211).

Em contraponto a essa posição, está a avaliação de Pateman, que considera não haver espaço para se falar em declínio do patriarcalismo. A autora evidencia um patriarcado moderno, contratual, com mudanças em suas configurações, mas mantendo as premissas do pensamento tradicional. Segundo Pateman:

(...) as feministas utilizam o termo ‘patriarcado’ em muitos sentidos. Algumas argumentam que os problemas com o conceito são tão grandes que ele deveria ser abandonado. Seguir tal caminho representaria, na minha maneira de entender, a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singularizara a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política (PATEMAN, 1993, p.39).

Ao mesmo tempo em que o feminismo se impõe como um movimento de embate ao patriarcalismo, grupos fundamentalistas, muitos deles com base em religiões e pensamentos totalitários, buscam justamente retomar a ordem que havia sido estabelecida pelo sistema patriarcal, defendendo regras mais rígidas e a submissão aos homens chefes de família. Apesar da intenção dos fundamentalistas, o avanço das mulheres como chefes de família e provedoras de seus lares é perceptível e alcançou um alto número. Em todo o Brasil, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase metade dos domicílios são chefiados por mulheres. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(Ipea), apontam que o percentual de lares comandados por mulheres no Brasil passou de 25% em 1995 para 45% em 2018. Um aumento considerável que tem como principal explicação a participação dessas mulheres no mercado de trabalho. Embora isso não possa ser considerado um avanço no campo dos direitos e vantagens femininas, pelo contrário, já que o abandono masculino, geralmente, resulta na ampliação na jornada de trabalho das mulheres e no empobrecimento de suas famílias, mas demonstra a possibilidade de se viver longe de seu julgo e opressão.

Por outro lado, um dos entraves que ainda persiste na relação entre a mulher e o trabalho é a equiparação salarial. A publicação do IBGE: Estatísticas de Gênero. Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil (2018), destaca que em relação aos rendimentos médios do trabalho, as mulheres recebem cerca de três quartos ($\frac{3}{4}$) do que os homens ganham, segundo o indicador Rendimentos Médios do Trabalho (CMIG 13) - Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero - CMIG ²(Minimum Set of Gender Indicators - MSGI). Um dos motivos que podem auxiliar na explicação deste dado é o fato de que dentre os postos de trabalho ocupados por mulheres, a maior proporção é de empregos em tempo parcial, sendo que 28,2 % de mulheres e 14,1 % de homens trabalharam em período de até 30 horas, de acordo com o indicador proporção de ocupados em trabalho por tempo parcial, por sexo (CMIG 14).

Em meio a esses percalços é que se percebe que aquelas que ultrapassam as barreiras previamente estabelecidas pela sociedade necessitam trabalhar em dobro para conseguir algum reconhecimento por seu esforço. Mais do que isso, lhes é imposta a obrigatoriedade em se destacar entre tantos medianos como forma de justificar a sua presença “deslocada” em um lugar que não lhe pertence historicamente. Observando por um viés histórico, o espaço determinado à mulher seria o de se concentrar somente nas atribuições domésticas no seu cotidiano. Enquanto o provedor da casa era o patriarca, a mulher devia-lhe obediência, submissão e zelo a ele mesmo, ao lar e aos descendentes.

Contudo, o universo do trabalho nunca foi alheio às mulheres das camadas sociais diretamente ocupadas com a produção de bens e serviços. A atividade laboral das mulheres de camadas menos privilegiadas no período pré-capitalista acontece de forma subsidiária.

² “O Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero - CMIG (Minimum Set of Gender Indicators - MSGI) foi proposto em 2013 pela Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission) como resultado de um esforço de sistematização de informações relevantes destinadas à mensuração da igualdade de gênero e empoderamento feminino. Desde então, tem desempenhado papel de guia para os países na produção de estatísticas de gênero, fornecendo, igualmente, um quadro de comparabilidade internacional”. (IBGE, 2018)

Mesmo participando do sistema produtivo, a mulher permanece sendo considerada inferior ao homem sob os aspectos jurídico, social e político (SAFFIOTI, 2013). Se nas economias feudais e de burgo, o emprego da força de trabalho feminina já encontrava adversidades, com o advento do capitalismo segue apresentando barreiras e alijando a mulher do sistema de produção. “A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher” (SAFFIOTI, 2013, p.66).

As imposições históricas e culturais feitas às mulheres pela sociedade acabam tolhendo as suas possibilidades e restringindo as suas próprias capacidades. Sem ao menos poder ter a possibilidade de arriscar um caminho diferente na busca por realização profissional, não há estímulo e muitas vezes sobram conflitos para o efetivo enveredamento por caminhos novos. Sendo assim, a negativa da inserção no mercado de trabalho à mulher acabou baseando-se em empecilhos impostos historicamente. Mesmo perante as tentativas de desvencilhamento, alguns resquícios destas imposições ainda se prevalecem.

2.1. O acesso ao trabalho remunerado pela via das educação, uma experiência também das jornalistas

A história do acesso feminino à educação se “caracteriza pela exclusão e inclusão progressiva, porém segregada: escolas ou classes separadas, ramos do ensino ou áreas curriculares distintas, restrição a certas matérias representadas como extensão do trabalho reprodutivo, doméstico”, afirmam Carvalho e Rabay (2013, p. 12). Foi ao longo do século XIX que, no Brasil, se deu a inclusão das meninas nas escolas, mas esse processo foi marcado, pela segregação, que reservava para as meninas saberes ‘próprios’ ao seu gênero, como as prendas domésticas e o cuidado dos infantes, quando muito a literatura romântica e um pouco de arte para torna-las atraentes ao matrimônio, e por outro lado, interditava ou desestimulava o acesso a outros conhecimentos mais pertinentes aos meninos, como as ciências e a matemática(*op. cit.* p.12).

Essa educação marcada por concepções de gênero retardou a entrada das mulheres no ensino superior. Quando em 1881, um Decreto Imperial, impediu a interdição formal delas às faculdades, foram poucas as mulheres que ingressaram, já que a maioria delas fazia o curso normal, que não as habilitava para o curso universitário, não achava apropriado ao seu gênero o convívio acadêmico ou recaiam sobre elas interdições de outra natureza que não legais.

Foi apenas na década de 1970, do século seguinte, com a expansão universitária promovida pelos militares no poder, que aconteceu uma entrada massiva das mulheres brasileira no ensino superior. Neste momento, também se vivia no país a experiência conhecida como “milagre econômico”, que ampliou as oportunidades de emprego formal, inclusive para as mulheres, estimulando o acesso à formação universitária.

Deste modo, os únicos empecilhos a barrar o acesso feminino à educação e ao mercado de trabalho eram de caráter simbólico, não havendo instrumentos legais impeditivos, o que resultou num aumento extraordinário do acesso das mulheres aos cursos superiores, entre eles o Jornalismo.

No Brasil, a expansão da entrada das mulheres no mercado de trabalho jornalístico ‘coincidiu’, como mencionado na introdução deste trabalho, com a profissionalização do jornalista decorrente da obrigatoriedade do diploma universitário para o exercício profissional, instituído nos fins da década de 1960, durante a ditadura militar. A obrigatoriedade do diploma estimulou a criação dos cursos superiores na área cujo acesso ocorria através de seleções públicas e, conseqüentemente, a abertura de oportunidades profissionais para as mulheres no Jornalismo.

A presença feminina nas redações foi ampliada significativamente devido à obrigatoriedade da formação universitária para o exercício profissional, como observa em sua tese de doutorado a professora Paula Melani Rocha (2004). Na década de 1980, efetivamente, as redações dos meios de comunicação contavam com a participação das mulheres, mas ela eram em média 40% dos profissionais atuantes. Mesmo ainda sendo um ambiente composto tradicionalmente por homens brancos, a participação feminina no mercado jornalístico foi sendo aprofundada. De acordo com Roselí Figaro (2014) a participação feminina alterou o perfil do jornalista desde os anos de 1990 e hoje pode se observar uma feminização do Jornalismo.

As jovens, com nível superior, a maioria absoluta com diploma em Jornalismo, chegaram às redações para ficar. Num primeiro momento, enfrentaram o preconceito de uma parcela machista que chegava a afirmar que os problemas na qualidade do Jornalismo deviam-se à maior presença feminina.

“Outra alteração no perfil do jornalista, que vem ocorrendo desde os anos de 1990, é a feminização do profissional. As jovens, com nível superior, a maioria absoluta com diploma em jornalismo, chegaram às redações para ficar. Num primeiro momento, enfrentaram o preconceito de uma parcela

machista que chegava a afirmar que os problemas na qualidade do jornalismo deviam-se à maior presença feminina” (FIGARO, 2014, p. 32).

Hoje elas ocupam diversas funções, inclusive, de chefias e diretorias, embora ainda não majoritárias. Essa mudança está relacionada com o número maior de mulheres nos cursos, mas também com o crescimento da participação da mulher brasileira no cenário do mercado de trabalho (FÍGARO, 2014, p. 32-33).

Uma das mais recentes pesquisas de levantamento de dados em relação aos profissionais do Jornalismo, que traçou o perfil dos jornalistas brasileiros (BERGAMO; MICK; LIMA, 2012), constatou que a categoria é formada majoritariamente por mulheres brancas, solteiras com até 30 anos. O gênero feminino equivale a 64% do total de jornalistas brasileiros enquanto os homens constituem os 36% restantes. Embora representem a maioria na profissão, as mulheres jornalistas, mais jovens, ganhavam menos que os homens. A pesquisa “perfil profissional do Jornalismo brasileiro”, de Bergamo, Mick e Lima (2012), apontou que elas eram maioria em todas as faixas salariais de até cinco salários mínimos enquanto a minoria representava as faixas superiores a cinco salários mínimos.

Ana Carolina Temer e Ana Morais (2018, p.15) afirmam que “apesar de serem maioria na profissão, continuam sendo minoria no sentido sociológico, subjugadas pelos privilégios conferidos aos homens”. As autoras destacam que “discriminação sofrida pelas mulheres em atuação no Jornalismo não se limita às disparidades salariais e às dificuldades de ascensão e/ou ocupação de postos mais cobiçados”. No rol das dificuldades enfrentadas pelas mulheres jornalistas em levantamento feito pela Gênero e Número e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, em 2017, aparece o assédio moral e sexual, a exclusão de pautas, o silenciamento e a interrupção persistente de sua fala, além da dupla jornada de trabalho que obriga as mulheres a conciliar as obrigações nas redações com o acúmulo das tarefas domésticas reduzindo o tempo de descanso, estudo e lazer.

O relatório da pesquisa “Mulheres no Jornalismo Brasileiro” (GÊNERO E NÚMERO; ABRAJI. 2017) aponta que as entrevistadas enxergam equilíbrio na proporção de homens e mulheres empregados nos veículos em que atuam. Enquanto 40,8% acreditam que existe uma proporcionalidade de empregados de ambos os gêneros, 34% percebem mais mulheres do que homens e 24,2% enxergam mais homens do que mulheres dentre seus colegas.

Em relação aos cargos de liderança, como editores, diretores e coordenadores, elas observam uma desproporção a favor dos homens. 65,4% das entrevistadas na pesquisa dizem que há mais homens do que mulheres nos cargos de poder, enquanto que 19,4% acreditam em

uma proporção igual de homens e mulheres nestes cargos e somente outras 15% percebem mais mulheres do que homens nos cargos de liderança.

Outro resultado apontado nesta pesquisa diz respeito à composição do quadro de editores nos veículos de mídia. Nas áreas de Política/País, Internacional, Cultura, Cidade e Ciência, existe um relativo equilíbrio de homens e mulheres atuando como editores. Já as áreas de Esportes, Educação e Tecnologia, a presença de homens é majoritária ocupando cargos de editoria. O setor de Economia apresenta um desequilíbrio expressivo em favor das mulheres, no que diz respeito à quantidade de editores. Outras áreas como as de Gastronomia, Turismo, Moda, e Estilo de vida, possuem proporcionalmente mais editoras mulheres do que homens, o que pode exemplificar a continuidade de estereótipos de gênero. Apesar disso, percebe-se também a presença marcante das mulheres em áreas consideradas como típicas dos homens.

Os resultados destas pesquisas comprovam o que pode ser observado de forma empírica no ambiente de trabalho dos jornalistas, seja nas redações, seja nas pautas externas, em coletivas de imprensa ou cobertura de eventos. Assim como outras profissões, o Jornalismo é permeado por questões relativas a gênero, considerando que sua força de trabalho é composta tanto por homens quanto por mulheres. Apesar de os direitos sociais terem avançado e, teoricamente, reparado desigualdades, o peso histórico dos costumes ainda impõe certos desafios à equiparação entre os trabalhadores, seja no tratamento trabalhista, na rotina entre os colegas de trabalho, na relação com as fontes ou no que diz respeito à ascensão profissional. É impossível negar que a força de trabalho da mulher é tão valorosa quanto a do homem, e da mesma forma afirmar que a valorização de ambos os profissionais pode ser equiparada. Por vezes, é necessário olhar nas entrelinhas para ter consciência sobre onde está a raiz do problema.

Ressaltamos que apesar das mulheres brancas de classe média terem entrado em massa no mercado de trabalho remunerado, no Brasil, apenas na década de 1970, - as mulheres pretas e pobres sempre participaram da força de trabalho produtivo e externo ao núcleo familiar, seja nas lavouras, nas fábricas ou no trabalho doméstico para terceiros, nem sempre recompensado monetariamente.

Da mesma forma, também não significa que anteriormente as mulheres brancas não tivessem participado do labor jornalístico, ainda que de forma não remunerada e por vezes anônima.

Quando os primeiros jornais brasileiros foram publicados, no início do século XIX, grande parte da população e, portanto, das mulheres, era analfabeta. O mundo das letras era totalmente distante da maior parte dos cidadãos. A prática da leitura e a busca pelo conhecimento basicamente não eram estimulados, assim como as escolas eram deficitárias e de difícil acesso.

A sociedade brasileira era majoritariamente rural, a maior parte da população era escravizada, e apenas os filhos varões dos grandes proprietários de terra frequentavam instituições educacionais. As mulheres e os menos abastados livres tinham acesso apenas a uma educação rudimentar, básica para adquirir leitura e realizar operações matemáticas para fins comerciais.

Mesmo em tal cenário, de acordo com Duarte (2003, p. 4), “ em meados do século XIX começam a surgir os primeiros jornais dirigidos por mulheres”. O Jornal das Senhoras passou a circular em 1852 e era editado no Rio de Janeiro pela argentina Joana Paula Manso de Noronha. Esta publicação e outras posterior, começaram a propagar a possibilidade de conquista de direitos pelas mulheres, inclusive o voto, o que já representava uma ruptura no padrão que era imposto.

Apesar destas publicações serem dirigidas às para mulheres, trazendo para o debate assuntos do interesse delas na época, muitas tinham os textos escritos por homens. Os temas destas primeiras publicações femininas, em sua maioria, voltavam-se para os cuidados com o lar, com os filhos e com o marido, noções de moda europeia e comportamento, além dos folhetins com temas românticos. A maior parte dos conteúdos corroboravam o estereótipo de gênero difundido em nossa a sociedade à época estimulando, assim, a manutenção do papel feminino enquanto mãe e dona de casa. A difusão de um padrão comportamental serve como um estímulo para a sua continuidade e evita questionamentos “inadequados” sobre a sua motivação.

Quando as mulheres efetivamente passaram a produzir conteúdos a serem publicados, elas o fizeram utilizando pseudônimos para dificultar a identificação, já que até mesmo trabalhar era mal visto na época para pessoas mais abastadas e, conseqüentemente, letradas. Nesta época, o comportamento exigido para as mulheres era de total recato e submissão ao lar e aos desejos do marido. Fugir de quaisquer destas esferas significava um desvio de conduta e uma mancha na reputação não somente da mulher, mas também de toda a sua família.

A perspectiva jornalística utilizada por essas publicações atrelava-se, majoritariamente, à esfera da vida privada. Apesar do desejo predominante no meio feminino na época permanecer refém da constituição de uma família feliz e bem sucedida, os assuntos referentes à emancipação feminina foram gradualmente introduzidos, colaborando, assim, com a sua difusão. A imprensa feminista, já nesta época, desempenhou um importante papel de propagação dos ideais emancipatórios defendidos pelo movimento de mulheres trazendo para a discussão tanto o debate sobre o voto feminino, o direito à educação e ao trabalho remunerado, quanto o direito ao divórcio.

2.2.A conquista do espaço público e o ingresso das mulheres no Jornalismo Político

Já na antiguidade grega estavam definidos os lugares de ação para homens e mulheres, da mesma forma que estava estabelecido quem era cidadão, podia usufruir da liberdade e atuar na ágora influenciando decisões políticas, e a quem cabia apenas obedecer às decisões das assembleias e viver confinado no espaço privado sob o julgo masculino. Lugar das mulheres, crianças e escravos, o espaço privado se configurou como lugar de servidão aos interesses e determinações dos homens, e nas palavras de Arendt (1989), lugar de isolamento e privação do essencial da vida: a participação política.

Viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação ‘objetiva’ decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privacidade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer e, portanto, é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros (ARENDDT, 1989, p. 68).

Carole Pateman, em sua obra *O Contrato Sexual* (1993), evidencia que o homem sente-se mais à vontade ocupando o espaço público, notório por ser centrado no indivíduo e com características que privilegiam a independência e razão. Enquanto que, à mulher foi imposto o espaço privado, restrito à intimidade, ao lar, à esfera doméstica e à família.

Pateman, na obra citada, afirma que falta apresentar uma metade da história. Ela considera que, cabendo ao contrato social a reivindicação sobre a legitimidade de um governo

estatal, funcionaria o contrato sexual como uma forma de impor e manter o poder dos homens sobre as mulheres.

O contrato original é um pacto sexual-social, mas a história do contrato sexual tem sido sufocada. As versões tradicionais da teoria do contrato social não examinam toda a história e os teóricos contemporâneos do contrato não dão nenhuma indicação que metade do acordo está faltando. A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado, porém, essa história trata o direito político enquanto direito patriarcal ou instância do sexual – o poder que os homens exercem sobre as mulheres. A metade perdida da história conta como uma forma caracteristicamente moderna de patriarcado se estabelece. A nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal (PATEMAN, 1993, p. 15-16).

A crítica feita por Carole Pateman mostra que todos os teóricos clássicos do contrato, com exceção de Thomas Hobbes, sustentaram que tanto as capacidades quanto os atributos têm variação de acordo com o sexo. Aos homens caberia a participação no contrato social, pois é deles a capacidade para isso. Observando estes fatores, a autora expõe a importância de falar sobre o contrato sexual, pois seria uma forma de entender a diferença entre os sexos como fator determinante de entendimento da sociedade civil.

Os dois domínios contrários na sociedade civil, justamente o espaço público e o espaço privado, acabam aprisionando os diferentes sexos em nichos específicos. A única esfera que possui atenção e prestígio, sendo tratada como de interesse público, é restrita aos homens, enquanto que no que diz respeito à esfera do espaço privado, pertencente às mulheres, não há sequer um consenso sobre ela pertencer ao mundo da sociedade civil ou não. A mulher seria considerada inapta para as relações públicas livres, segundo os estudos citados por Pateman (1993). O encaixe das mulheres somente na esfera privada e inadequação à esfera pública faz com que elas acabem sendo excluídas do contrato social. Além disso, o patriarcalismo acaba agindo também como forma de controle dos homens sobre as mulheres, existindo não apenas no espaço privado, mas sobrepassando para o público, segundo a análise de Pateman (1993).

Apesar de permanecerem excluídas do contrato social, as mulheres são consideradas capazes quanto ao contrato de casamento, estabelecendo um paradoxo com o fato de que elas são consideradas aptas e, ao mesmo tempo, inaptas em relação à capacidade de contratar. A estudiosa constata ainda um grande problema que acometeu o feminismo emancipacionista no século XIX. Para ela, enquanto o movimento lutava pela inserção da mulher na esfera pública da sociedade civil, faltou a efetividade de um questionamento e de uma crítica mais incisiva

em relação à separação rígida dos espaços público e privado. Faltou, para Pateman (1993), uma crítica sobre o feminino ser incumbido do espaço privado. Esta omissão provocou inúmeros problemas que até agora não foram confrontados e exauridos como deveriam.

Frente a estas problemáticas levantadas por Carole Pateman (1993), a inserção das mulheres no espaço público por mérito do feminismo emancipacionista aconteceu de forma gradativa. Os processos diferiam em cada país onde as ideias chegavam e, em muitos lugares, a demora foi maior. No entanto, com o passar do tempo, a ampla maioria das mulheres em todo o mundo já possui direitos sociais de acesso ao espaço público garantidos.

Vale ressaltar ainda que o fato de as mulheres passarem a não permanecer restritas somente à esfera privada e começarem a fazer parte também do espaço público, adquirindo capital político, como explica Pierre Bourdieu na obra *O Poder Simbólico* (1989), não significa que elas conseguiram efetivamente fazer parte e se inserir no espaço que pertencia originalmente aos homens. Segundo define o sociólogo,

o capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras opções de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem. (BOURDIEU, 1989, p. 187-188)

O acúmulo de capital político seria um dos fatores responsáveis por possibilitar a inserção no espaço público. O reconhecimento social adquirido nos locais de atuação profissional, a participação em partidos ou organizações sociais, a rede de relações familiares, além dos relacionamentos interpessoais acabam influenciando a aceitação ou impedimento de algumas pessoas em determinados segmentos da esfera pública.

Importante destacar ainda que os direitos políticos da mulher foram reconhecidos no Brasil a menos de 90 anos e ainda engatinham, a persistência do preconceito e das “regras do jogo” político elaboradas para perpetuar quem já se encontra nos círculos de poder ocupando cargos eletivos (Bourdieu, 1989). A política, assim como o trabalho e os negócios, está no espaço público, o que a identifica como devendo ser apoderada pelos homens. Já às mulheres, cabe o espaço privado, resumindo-se aos cuidados com seus lares e famílias.

Estas questões de pertencimento aos espaços abrem brechas para as desigualdades e a criação de estereótipos e preconceitos determinando, de tal modo, os locais em que podem figurar os homens e as mulheres, apesar de a legislação em vigor assegurar os direitos iguais.

A atribuição de papéis específicos para homens e mulheres no que diz respeito à vida em sociedade contribuiu para o menosprezo e desqualificação do trabalho feminino. A falta

de reconhecimento de que a mulher possui autoridade e capacidade para cumprir um papel no espaço público gera no imaginário feminino uma sensação de inferioridade e reforça em muitas mulheres a impressão de não possuírem um lugar de pertencimento em espaços de decisão e representação política.

Nas últimas décadas, desde os anos 80, a esfera pública tem passado por um processo de democratização, possibilitando uma abertura para a participação de mulheres neste espaço. No entanto, o espaço privado permanece resistindo a um processo de democratização, característica que impede a efetivação de uma parceria em busca da igualdade. Flávia Piovesan (2011) destaca o fato de que

nas últimas três décadas, no entanto, testemunha-se a crescente democratização do domínio público, com a significativa participação de mulheres, ainda remanescendo o desafio de democratizar o domínio privado – o que não só permitiria o maior envolvimento de homens na vivência familiar com um grande ganho aos filhos (as), mas também a maior participação política de mulheres, culminando na parceria entre homens e mulheres na gestão pública, em igualdade e complementariedade, propiciando um enriquecimento mútuo a partir de suas diferenças (PIOVESAN, 2011, p. 84).

Neste sentido, a elite política brasileira permanece sendo tipicamente composta por homens, brancos e representantes das elites econômicas. Miguel (2014,p.16) em 2014, chegou ao cálculo de nove homens para cada mulher no Congresso Nacional no início do século XXI. “As minorias étnicas tendem a estar severamente sub-representadas, assim como as minorias sexuais. E o mesmo ocorre com a classe trabalhadora” (2014, p.16).

Como bem destaca Lúcia Avelar (2001, p.48), as desigualdades relacionadas a gênero ainda são bastante nítidas no que diz respeito à participação de homens e mulheres em sociedade. “Assim como a cidadania universal é verdadeiramente um mito, também o ativismo e a participação igual para todos também o são. Na prática e na teoria, participação [ainda] refere-se àquela do mundo masculino, de classe média alta, da população branca”.

Ainda sobre o contexto histórico das restrições da participação política da mulher, Maria Moraes (1985) ressalta que a falta de prática no tocante a condutas democráticas pode ter prejudicado todo o processo de inserção feminina no espaço como público.

Falar da participação política da mulher exige, previamente, alguns lembretes no tocante às condições históricas desta participação. Afinal, trata-se de um processo de constituição da cidadania para amplas camadas da população, numa república que já viveu demasiado tempo sob a tutela das forças armadas e de oligarquias retrógradas [...] nesse sentido, pode-se dizer

que os últimos anos foram de instituição de uma prática política, vale dizer, é uma ‘prática instituinte’, de novas relações de poder e não uma ‘prática instituída’. (MORAES, 1985, p. 51)

De toda forma, tem-se visto nas últimas eleições um crescimento no percentual de mulheres eleitas. Nas eleições de 2018, para o Congresso Nacional foram eleitas 77 deputadas federais, atingindo pela primeira vez na história do país a cifra de 15% das cadeiras da Casa, e representando um aumento de 50% em relação à legislatura anterior que tinha apenas 51 mulheres. Apesar de ser um aumento considerável, este percentual ainda deixa o Brasil muito abaixo da média de outros países latino-americanos quanto ao número de mulheres parlamentares.

A ausência de representação das mulheres nas instâncias de poder ainda está longe de ser superada, mas as lutas feministas por “democratizar a democracia” (Santos, 2002) interferem no todo social, não apenas no campo político. E em todos ambientes, inclusive os privados, mudanças estão acontecendo e abalando os alicerces do poder estabelecido. Esperamos vê-lo ruir.

A ausência das mulheres no Jornalismo, até a instituição do ensino superior, pode ser considerada um dos aspectos desta divisão social dos espaços pertinentes a cada gênero, uma vez que a matéria prima do Jornalismo diz respeito ao espaço público. Tendo origem situada na Antiguidade Clássica, ou na Idade Moderna, a prática jornalística se interessa sobretudo pelos acontecimentos públicos, espaço restrito às mulheres até recentemente. Foi preciso mostrar-se academicamente apta para adentrar nas redações, exigência não pertinente ao ingresso masculino no campo. Neste sentido, a conquista de espaço no Jornalismo também se refere a uma conquista de atuação no espaço público, não apenas porque se trata de uma trabalho remunerado fora do ambiente doméstico, mas porque é próprio do fazer jornalístico lidar com o mundo público. A entrada das mulheres no Jornalismo, como já foi mencionado, transferiu do mundo privado sua cultura. E lá, nas redações, também foram impostas divisões sexuais no trabalho reservando editorias “próprias” para elas ou restringindo sua participação em outras, consideradas mais adequadas aos homens.

A editoria de política esteve por muito tempo reservado aos homens. Considerado um “assunto masculino”, a política se configurou até recentemente como um lugar interdito às mulheres e de difícil acesso para as jornalistas. É sabido que a cobertura de eventos políticos apresenta-se como uma oportunidade de ascensão na carreira através de visibilidade ou de “extras” monetários em assessorias, daí as disputas serem mais acirradas por reportagens e

‘furos’, tornando o ambiente predominantemente masculino quando se trata dos expoentes do Jornalismo político.

2.3. A divisão sexual do trabalho e o trabalho jornalístico

A histórica separação da sociedade em espaço público e privado resultou também na Divisão Sexual do Trabalho, distribuindo e atribuindo para os homens o que foi considerado trabalho produtivo -, aquele que gera valor de mercado, e para as mulheres o trabalho reprodutivo, sem valor de mercado apenas de uso- pois não é mercadoria, mas sem o qual o trabalhador não consegue voltar ao ambiente laboral, ou seja para manter a classe trabalhadora em condições de produção é preciso que ela esteja, cuidada, alimentada, limpa, descansada e que se reproduza biologicamente para cumprir com a renovação da força de trabalho. Cuidar, alimentar, limpar, educar, tarefas imprescindíveis à manutenção social, está a cargo quase que exclusivo das mulheres, realizadas sem reconhecimento social e sem gasto remunerativo.

A socióloga Heleieth Saffioti, em seu livro “A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade” (2013), observa que a pouca divisão do trabalho doméstico influencia na manutenção da exploração trabalhista.

O trabalho não pago que ela desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho tanto masculina quanto feminina, ‘diminuindo, para as empresas capitalistas, o ônus do salário mínimo de subsistência cujo capital deve pagar pelo emprego da força de trabalho’ (SAFFIOTI, 2013, p.74).

A participação efetiva e plena da mulher na esfera pública da sociedade ainda é cercada por impedimentos e crenças provenientes de uma sociedade patriarcal que a vê como um mero ser destinado a cuidar da casa, do marido e dos filhos. Mesmo escapando da bolha e atuando na esfera pública com um trabalho remunerado, os cuidados domésticos e o zelo com o núcleo familiar ainda são tidos como “obrigação” da mulher.

O suplemento Outras Formas de Trabalho, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em abril de 2019, com base em dados de 2018, comprova que as mulheres gastam quase que o dobro do tempo em tarefas domésticas em comparação com os homens. Alarmante também é o fato de que este cenário se perpetua há décadas, evidenciando a problemática história da situação. Segundo os dados, as mulheres dedicam, em média, 21,3 horas por semana aos

afazeres domésticos e cuidados com pessoas, enquanto que os homens gastam 10,9 horas por semana desempenhando as mesmas tarefas. Mesmo quando a mulher possui compromissos com um trabalho remunerado, a situação não apresenta modificações consistentes. Nestes casos, mesmo trabalhando fora, a mulher ainda dedica 8,2 horas a mais por semana com os afazeres domésticos em comparação com o homem também com trabalho remunerado. Já quando são consideradas as pessoas desempregadas, as mulheres gastam, em média, 11,8 horas a mais por semana do que os homens com os serviços domésticos e cuidados com outras pessoas. Os dados revelam ainda que dos sete afazeres domésticos pesquisados, a mulher é maioria em seis. A presença masculina só foi maior na tarefa “fazer pequenos reparos no domicílio”, apresentando 59,2% de incidência entre os homens e 30,6% entre as mulheres. Já a tarefa que apresentou maior diferença entre os gêneros foi “cozinhar”, uma tarefa cotidiana, realizada várias vezes ao dia, com incidência de 95,5% para as mulheres e 60,8% entre os homens.

As atividades domésticas ainda recaem fortemente sobre a mulher, e ela acumula jornadas de trabalho pesadas no esforço de balancear a profissão-família e na tentativa de acompanhar as mudanças tecnológicas. [...] O esposo e companheiros participam muito pouco das atividades domésticas, o que evidencia indícios flagrantes da naturalização e da divisão sexual de papéis, existindo algo relacionado, acima de tudo, com a imagem de que as mulheres ainda são os principais agentes da criação dos filhos e das tarefas domésticas (CRUZ, 2012, p. 170).

Esta tomada para si, por parte da mulher, da incumbência em determinados papéis e responsabilidades, como o trabalho doméstico não remunerado, pode muito bem estar relacionada à perpetuação do contrato sexual definido por Carole Pateman (1993). Ela delimita que o contrato sexual diferencia-se do contrato social em razão das questões de pertencimento e dominação. Enquanto que o contrato social é visto por Pateman como “uma história de liberdade” (1993, p.16), o contrato sexual trata de “uma história de sujeição” (1993, p.16). A observação da pesquisadora ainda delimita que a liberdade diz respeito ao homem enquanto a sujeição cabe à mulher, que é submissa aos direitos patriarcais definidos pelo contrato. Por esta razão, Pateman considera que a liberdade civil “é um atributo masculino e depende do direito patriarcal” (1993, p.17).

Nestes aspectos apontados, as mulheres jornalistas não se diferenciam das demais trabalhadoras. Assim como elas, grande parte acaba se responsabilizando pelos afazeres domésticos e cuidados com familiares. A dupla jornada e, por vezes tripla, destas trabalhadoras, influencia nos seus modos de produção e no produto final de seu trabalho. Os

salários defasados, as precárias condições de trabalho e os poucos recursos disponíveis se tornam empecilhos para que a mulher exerça sua profissão com plenitude.

Assim como as outras categorias da classe trabalhadora, as mulheres jornalistas também são submetidas a situações tensas, ficando sujeitas inclusive à violência de gênero. A pesquisa “Mulheres no Jornalismo Brasileiro” (ABRAJI, GÊNERO E NÚMERO, 2017) detectou que, dentre as entrevistadas, 86,4% admitiram já ter passado por pelo menos uma situação de discriminação de gênero durante o trabalho. Somente 13,6% não identificaram a vivência de nenhuma situação de discriminação por gênero no seu trabalho. A distribuição de tarefas no ambiente de trabalho conforme o gênero do jornalista foi a situação mais vivenciada pelas entrevistadas dentre as que foram listadas na pesquisa.

Também na pesquisa foi verificada a incidência de violência psicológica contra as mulheres jornalistas em seu ambiente de trabalho. 83,6% das entrevistadas confirmaram que já sofreram pelo menos um dos oito tipos de violência psicológica listados na consulta feita. A maior incidência nas respostas das mulheres jornalistas é a prática de abuso de poder ou autoridade, intimidação verbal, escrita ou física e insultos verbais. Além destes tipos de situações tensas vivenciadas no ambiente de trabalho, a pesquisa também investigou a ocorrência de assédios. Das 477 mulheres entrevistadas, 70,4% admitiram já terem recebido cantadas que as deixaram desconfortáveis no exercício da profissão. Sobre esta questão, 70,2% das respondentes revelaram que já presenciaram ou que tomaram conhecimento de uma colega sendo assediada no ambiente de trabalho.

Como explicita Hirata (2002),

A divisão sexual do trabalho é sempre indissociável das relações entre homens e mulheres, que são relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas e antagônicas [...] de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo construídas socialmente. (HIRATA, 2002, p. 281)

O debate sobre a divisão sexual do trabalho observa que a estrutura de desigualdade entre os sexos na sociedade é sustentada e promovida justamente pelas situações deterioradas com que a mulher se depara no mercado de trabalho. As diferenças biológicas entre homens e mulheres são incorporadas como naturais para fazer com que os espaços destinados aos sexos sejam predeterminados e escolhidos conforme o desejo do capital.

Conhecer mais de perto o ambiente que as mulheres jornalistas que atuam na editoria de política frequentam durante o expediente é uma preocupação da pesquisa para entender quais são as suas condições de produção e se desempenham com plenitude o seu trabalho.

Faz-se importante, além de conhecer quem são e como atuam as mulheres jornalistas no estado da Paraíba, ter a noção mais bem delimitada sobre os empecilhos que geralmente encontram na sua rotina de produção. A precarização do trabalho vivenciada diariamente por essas profissionais implica na deterioração das relações dentro e fora do ambiente de trabalho.

3. PERFIL DE CINCO MULHERES NO JORNALISMO POLÍTICO NA PARAÍBA

Este trabalho buscou compreender como as mulheres que atuam neste campo tão marcado pelas relações de poder relatam sua experiência, e responder as seguintes questões norteadoras: Como o gênero tem definido as relações de poder no Jornalismo Político local? Que estratégias as mulheres utilizam para se firmar no campo? As profissionais relatam experiências de discriminação de gênero? Para responder essas questões entrevistei as jornalistas Cláudia Carvalho, Ívyna Souto, Verônica Guerra, Rejane Negreiros e Sony Lacerda, tendo como base um roteiro aberto e buscando compreender suas experiências pessoais no campo do Jornalismo Político.

Antes de analisar as falas das jornalistas, cujas categorias foram traçadas a partir de um roteiro semiestruturado que incorporou outras questões provocadas pelas próprias entrevistadas, por isso as categorias de análise também partiram das ‘revelações’ trazidas pelas interlocutoras deste trabalho, apresento um breve perfil destas mulheres (por ordem alfabética), para melhor contextualizar essas profissionais no campo do Jornalismo Político. Lembrando que as entrevistas foram transcritas mantendo o máximo de fidelidade ao conteúdo e a forma, buscando captar a percepção dessas profissionais sobre a esfera da qual fazem parte. Nenhuma das entrevistadas pediu anonimato.

Cláudia Carvalho³
Uma ‘viciada’ em Jornalismo



Figura 1 Jornalista Cláudia Carvalho. Foto: redes sociais

Desde jovem a sua voz potente proporcionou uma presença destacada no rádio, ainda como locutora. Mais da metade da vida de Cláudia Carvalho foram vividos no ofício junto a veículos de comunicação. Aos 45 anos de idade, já se foram mais de 20 trabalhando com carteira assinada em rádios, sites, televisão, jornal impresso e assessorias de imprensa em órgãos governamentais.

“E daí eu já estava... Como dizem que o Jornalismo é uma cachaça, eu já estava viciada nisso”, comentou Cláudia sobre a época em que se percebeu realmente atuando em rádios, na profissão com a qual tanto se identificava. Ela ainda contou que ficou deslumbrada quando começou a trabalhar, mesmo já tendo certeza do que queria seguir fazendo na vida.

Sua paixão era o Jornalismo, não exatamente o Jornalismo Político, cuja experiência aconteceu quase por imposição de um emprego específico. Quando a jornalista foi trabalhar na WSCOM, que era rádio e site, percebeu que iria precisar se envolver profundamente com

³ Perfil elaborado a partir de entrevista cedida à autora no dia 19 de maio de 2020, através da plataforma Zoom.

os assuntos políticos, já que era o forte do veículo, seu novo local de trabalho. “Começou porque eu precisava entender para poder trabalhar. E, depois, eu vi que não tinha muita gente que fizesse trabalhos com política. As oportunidades foram aparecendo a partir daí”.

Transitando principalmente no Jornalismo Político, Cláudia tem experiência em vários veículos de comunicação e considera isso um diferencial: “eu jogo em qualquer posição, no que me botar eu vou”. Além destas passagens por várias mídias servirem para o currículo, a jornalista entende que isso a ajudou a nunca ficar desempregada.

Desde a adolescência ela já tinha certeza de que queria atuar na área de comunicação, mas a escolha pela carreira no Jornalismo aconteceu ainda durante a adolescência, quando começou a fazer cursos na área, principalmente relacionando a sua paixão pelo rádio, nesta ocasião começou a ver de perto como funcionava, ficou deslumbrada e se apaixonou perdidamente pela profissão. “Quando meu pai me perguntou por que eu ia fazer Jornalismo, eu disse que achava que não serviria para outra coisa. É isso que eu gosto de fazer e acho que sei fazer”, recordou.

A jornalista assegura que mantém uma relação de muito afeto pelo Jornalismo, ao mesmo tempo que sente frustração pelo cenário atual da profissão, diante de ataques, que a jornalista considera como um verdadeiro bombardeio por todos os lados. Ainda assim, Cláudia mantém uma perspectiva sobre a profissão animadora e as memórias lhe são aprazíveis, talvez pela certeza que sempre teve sobre o que deveria seguir fazendo na vida.

Cláudia começou sua carreira no rádio, como locutora e apresentadora de programas na Rádio Cabo Branco FM. Foi o meio de comunicação com o qual ela sempre sonhou em trabalhar. Ainda no início da carreira, a jornalista atuou como repórter no jornal impresso O Norte. Ela também trabalhou com a edição do WSCOM, o primeiro site da Paraíba, durante a época de sua fundação.

Após isso, acumulou experiências em quase todos os veículos de comunicação da cidade, além de alguns órgãos públicos, atuando como assessora de imprensa, produtora, repórter, editora, comentarista, apresentadora e entrevistadora. Atualmente, além do cargo na Câmara de Vereadores, Cláudia apresenta um programa de rádio pela manhã na Jovem Pan e grava podcasts do programa. Já na TV Tambaú, ela aparece três vezes por semana no Tambaú Notícias, fazendo comentários políticos. Além disso, ela tem um site, o ParlamentoPB. Nesta plataforma, a jornalista atua como editora e coordena a equipe que trabalha na atualização das matérias e postagens. Uma rotina intensa e imersa no mundo das notícias que começa às 5 horas e, geralmente, não tem hora para terminar mas que ela tenta encerrar o próprio expediente por volta das 20 horas, e, quando consegue, já pode celebrar uma pequena vitória

depois de um dia tão corrido e com pouco tempo de sobra. Possivelmente o fato de gostar tanto do que faz, leva a jornalista a uma entrega total à profissão. Sua rotina é de atenção constante e aplicação intensa ao que faz, chegando a ultrapassar facilmente 12 horas diárias de trabalho.

Essa rotina causticante se dá, principalmente, em razão do acúmulo de empregos, o que acabou virando uma necessidade devido à remuneração não atender a todas as expectativas e necessidades. Cláudia já chegou a precisar se equilibrar entre quatro empregos ao mesmo tempo, como detalhou em entrevista. Como é possível de imaginar, não sobra muito tempo para que a jornalista diversifique a rotina e se entregue a outros prazeres além do trabalho. No entanto, ela considera que tem o suficiente e não tem o lazer afetado pela rotina.

Vivendo sozinha com seus dois gatos, Cláudia diz que concilia bem a rotina e os afazeres domésticos, que são poucos. Ela lembra ainda que ao longo da vida precisou fazer algumas escolhas e abandonou algumas coisas para conseguir se dedicar completamente à profissão. Mesmo assim, não considera que tenha abdicado de coisas grandiosas assim, mas de pequenos ‘luxos’, como ela mesma diz, referindo-se a aulas de natação à tarde que foram deixadas de lado por falta de tempo.

As exigências constantes e excessivas da profissão e a pouca sensação de reconhecimento e valorização do serviço acabam fazendo com que apareçam muitas dúvidas em relação ao seguimento da carreira. Cláudia conta que já teve dúvidas e pensou em desistir da profissão citando esses fatores como os principais motivadores. “Chega um ponto que fica extenuado mentalmente”, lamenta a jornalista, arrematando que depois desistiu da ideia e seguiu na carreira. Porém, é perceptível que a fadiga permanece como um incômodo da rotina da jornalista, tanto que a sua meta profissional é trabalhar menos. Não apenas uma meta, mas um grande desafio, principalmente para quem se enxerga como uma pessoa ‘viciada’ na ‘cachaça do Jornalismo’. A reabilitação pode ser difícil e talvez dolorosa, mas quem, incansavelmente, espalhou as sementes aguardando germinação, conseguirá desfrutar da boa colheita e de um descanso de boas glórias.

Ívyna Souto⁴
Sem medo de dar opinião



Figura 2 Jornalista Ívyna Souto. Foto: redes sociais

Ívyna Souto, de 33 anos de idade, sempre se percebeu obstinada a perseguir uma carreira jornalística. Aprendeu a apreciar as ondas sonoras transmitidas pelo rádio ainda na infância ao lado de seu avô materno. A menina falava que seria professora, mas o avô sentenciou: “você vai ser jornalista, vai trabalhar com comunicação que eu quero lhe ouvir no rádio”. Pronto! É isso mesmo. Comecei a levar a sério o que meu avô me disse”. Levou tão a sério a profecia do avô que ele pôde escutá-la no rádio ainda em vida.

Ao longo da carreira, acumulou experiência em sites e em emissoras de rádio, conseguindo focar bastante no Jornalismo Político. “Eu não tenho medo de dar opinião”, é assim que Ívyna define a sua relação com o Jornalismo. Ela acredita que conhecer mais profundamente o assunto a partir da vivência como jornalista, ajudou no seu desenvolvimento profissional. “A gente vai ficando à vontade para dar opinião política com o tempo. À medida que a gente vai acompanhando”, considera.

⁴ Perfil elaborado a partir de entrevista cedida à autora no dia 18 de maio de 2020, através da plataforma Zoom.

Apesar de sempre ter gostado de se envolver com assuntos políticos, a inserção de Ívyna na editoria aconteceu de forma gradativa, como ela mesma explicou em entrevista. Aos poucos, devido à cobertura cotidiana dos fatos no Estado, sendo a pauta política a que contém mais relevância, ela foi entrando no jogo e começando a entender os pormenores.

A jornalista que é natural de Campina Grande, mas passou sua infância em Soledade e depois migrou com sua família para Santa Rita, Região Metropolitana de João Pessoa, enxerga a prática do Jornalismo como uma missão, mais ainda durante a pandemia do novo coronavírus, quando a informação precisa, emitida por quem tem compromisso é ainda mais valiosa. “Na minha concepção não é possível ser jornalista só pelo dinheiro. A relação com o Jornalismo é muito maior, é de gostar mesmo, é de fazer por amor. O dinheiro é bom porque paga as contas e os boletos chegam, mas não é só isso”, comentou Ívyna.

No início de sua vida acadêmica, quando teve que optar entre os cursos de Comunicação Social, com habilitação em Radialismo, ou Direito, Ívyna não teve dúvidas em seguir pelo caminho da comunicação, assim como não se arrepende até hoje da escolha.

Ela entende que possui uma carreira consolidada no Jornalismo Político, sua principal área de atuação atualmente. Para a jornalista, algo que lhe é muito caro e difícil de encontrar é a honestidade. “Tem gente que faz e diz qualquer coisa, desde que receba algum dinheiro para aquilo e utiliza o espaço que tem nos sites, nos meios onde trabalha para se beneficiar financeiramente com aquilo, para dar espaço para pessoas que não teriam espaço normalmente”, critica.

Além desse entrave, Ívyna cita duas problemáticas presentes na rotina da mulher jornalista que lida com a editoria de política: o gênero e a questão geracional. Em sua vivência, ela percebe um tratamento diferente entre os colegas de trabalho, entre os superiores e até mesmo com os entrevistados quando, por exemplo, “vez por outra, já aconteceu em todo esse tempo de..., sei lá, trabalhando com homem, o homem tem nome e eu sou a menina. ‘Ah, ela é a jornalista’; ‘Ah, a moça que tá aí’”.

Sobre a questão geracional, a jornalista também cita um exemplo de como acontecem situações constrangedoras durante o exercício profissional. “Na comunicação, como eu falei, a questão de vaidade.... Tem muito disso. Os homens vão ficando mais velhos e eles acham que estão certos em tudo”, declarou, citando ainda que poucos sabem ser contrariados diante do que falam, ainda mais quando se veem confrontados por uma mulher jovem.

A experiência profissional de Ívyna começou no site ClickPB, onde ficou por três anos. Logo após esse período, passou por vários veículos de comunicação e acumulou experiências em rádios, sites e blogs, nas funções de redatora, apresentadora, repórter e

editora, além de comentarista. Com grande experiência em sites de notícia, Ívyna cobriu várias editorias já que, como ela explicou na entrevista, nos sites o jornalista acaba fazendo cobertura de todos os assuntos, pois as equipes são reduzidas e as pautas são as mais diversas possíveis, sempre buscando a repercussão do tema que estiver com tendência de crescimento.

No ano de 2015 surgiu uma vaga de emprego para produção na Rádio Tabajara. Ívyna se candidatou para a vaga, foi entrevistada e, uma semana depois, contratada para o trabalho, que mantém até hoje. Além desses trabalhos em veículos de comunicação, a jornalista também já atuou como assessora de imprensa e assessora parlamentar. Apesar de sempre ter se envolvido com pautas de Jornalismo Político, Ívyna conta que foi somente na Rádio Tabajara que se envolveu de forma mais profunda com a editoria, já que o seu programa, o Fala, Paraíba, tem a temática política como base.. Na Rádio Tabajara, a jornalista já atuou como produtora e editora do Fala, Paraíba, e como editora e apresentadora do Jornal Estadual, que acompanha as ações do Governo do Estado. Ívyna também foi produtora e chegou a apresentar algumas edições do Tabajara em Revista, focado nos temas culturais, mas em 2019 ela retornou para o programa Fala, Paraíba como âncora, atuando na bancada e comentando os diversos assuntos de política local, nacional e até internacional.

É certo que a carreira jornalística, apesar de ser prazerosa para quem a exerce, por vezes exige alguns sacrifícios. Ívyna considera que nunca precisou escolher entre Jornalismo e outra coisa em sua vida, apesar de recordar viagens que precisou cancelar por não conseguir folga, por exemplo. Ela ainda cita que “sempre consegui dividir horários e coisas. E o fato de não ter filhos, por exemplo, ajuda a trabalhar, mas é uma opção não ter filhos”.

A rotina da jornalista é sempre lotada de afazeres, começando o dia logo cedo, por volta das 5 horas. Agora, sem acumular trabalho em vários veículos de comunicação, a jornalista conseguiu até mesmo um turno vago em seu cotidiano. Porém, como a inquietude lhe persegue, ela busca preenchê-lo com outros afazeres, como estudos e lazer.

Muito ativa e com a intenção de preencher todos os espaços livres na agenda, Ívyna não pensa em descansar. Dentre as suas metas profissionais estão conseguir executar um projeto de podcast, e prosseguir na carreira acadêmica com um mestrado. Sempre buscando a reflexão sobre si mesma e a profissão que exerce, Ívyna segue segura e determinada em sua carreira jornalística, procurando se aprimorar e avançar pelo que considera um caminho mais próximo do que lhe apetece. Sem medo de se expressar, a jovem jornalista sente a necessidade de imprimir a sua marca e mostrar quem realmente é, custe o que custar.

Rejane Negreiros⁵
Com o Jornalismo no sangue



Figura 3 Jornalista Rejane Negreiros. Foto: redes sociais

A sede insaciável pelo Jornalismo pode ultrapassar fronteiras geográficas, limites territoriais e até mesmo gerações. No caso da jornalista Rejane Negreiros, a busca pela satisfação profissional se estende por alguns desses pontos. Rejane acredita que “trouxe no sangue a paixão que eu tenho pela comunicação”, já que seu pai atuava como jornalista.

⁵ Perfil elaborado a partir de entrevista cedida à autora no dia 18 de maio de 2020, através da plataforma Skype

Apesar de seu pai ter falecido quando ela tinha apenas dez anos, ela sente que herdou o gosto pela comunicação dele, mesmo sem ter conseguido beber diretamente da fonte de inspiração. Rejane conta que seu pai, mesmo sem ter passado por uma faculdade, trabalhou no Jornal da Paraíba por vários anos e teve dois jornais no interior do estado, o Tribuna Puxinanãense e a Gazeta do Sertão.

Foi perseguindo a ‘genética’ que Rejane acabou tomando para si o sonho de se enxergar como jornalista e se aprofundando na área, após ingressar no curso de Comunicação Social na Universidade Federal da Paraíba e iniciar propriamente o exercício da profissão, através de estágios e dos empregos por onde passou. Quanto mais se percebia mergulhando de cabeça no universo jornalístico, mais crescia a vontade de estar submersa nesse oceano que lhe era tão novo. Essa incursão pelo Jornalismo, ainda no início da carreira, a permitiu passear por várias editorias, começando por esportes e passando por cultura. Até que calhou de conhecer mais a fundo a editoria de política, por força do destino e coincidência da destinação de pautas.

Rejane foi escalada para cobrir as sessões da Assembleia Legislativa da Paraíba, que haviam mudado de horário e passaram a acontecer durante seu expediente. A mudança na cobertura editorial se tornou um desafio para Rejane, que decidiu enfrentar a situação e provar a si mesma do que era capaz. Aos poucos, a jornalista foi criando intimidade com o universo da política e a cobertura diária dos fatos. Bem no início, ela pensava que estava enganando o seu telespectador, porque entendia pouco do assunto, mas recebia o retorno de que as pessoas estavam aprendendo política com ela. A sua percepção que ela tinha de si mesma como uma impostora, logo foi botada abaixo, já que os superiores notaram a afinidade de Rejane com a editoria de política e desenvolveram um quadro sobre o assunto comandado pela jornalista para ser exibido no telejornal Bom Dia Paraíba.

A TV Cabo Branco foi a sua primeira casa, ainda como estagiária. Quando se formou no curso de Jornalismo, foi efetivada e permaneceu por mais dez anos atuando como repórter de rua, comentarista e comandando a bancada de telejornais.

Como a sede insaciável pelo Jornalismo continuava existindo, Rejane percebeu que era o momento de explorar novos cenários e aceitou um convite de emprego na cidade de Manaus, capital do Amazonas. Na TV A Crítica, Rejane Negreiros comandou um programa com foco no Jornalismo Político, além de trabalhar também em direção e apresentação de telejornal. No Norte do Brasil, Rejane permaneceu por três anos, quando entendeu que era hora de voltar para a Paraíba. Começou a trabalhar na TV Correio como repórter de rua e editora adjunta do telejornal da noite. Pouco depois, assumiu a chefia e a apresentação do

Jornal da Correio e permaneceu na emissora por dois anos. Depois de alguns convites, decidiu migrar para a TV Manaíra, para trabalhar tanto na televisão quanto na rádio BandNews, onde permanece há cinco anos.

Na televisão, Rejane apresenta e edita um programa especializado em Jornalismo Político, com apenas 20 minutos diários, o que a jornalista vê como um desafio, “porque você pega dentro de uma Paraíba que respira política, em 20 minutos apenas é bem complicado. Principalmente para fazer análise, mais complicado ainda. Mas a gente vai tentando”. Já na rádio, o espaço é maior, o programa em que ela atua como analista e comentarista de política possui duas horas de duração. A jornalista, que nunca havia trabalhado com rádio, percebeu-se encantada com o novo universo de possibilidades na profissão, um novo canal para aprofundar o debate e abrir o leque das discussões, com todos os temas possíveis.

Todas essas incursões, sob o ponto de vista de Rejane, foram possíveis devido ao respeito e amor que ela tem pela profissão. Esse compromisso que a jornalista persegue, de exercer sua profissão com responsabilidade, a permitiu penetrar fundo na editoria e ficar lotada de trabalho. A jornalista considera que já viveu um ritmo alucinante, quando “não tinha tempo de pensar, eu só tinha tempo de executar”. Com vários empregos e funções em um dia só, Rejane mal tinha tempo para si mesma. Além dos programas de televisão e rádio, a jornalista dava aulas em uma faculdade e tinha um blog no site OP9, site do Sistema Opinião. Ela confessa que acumulou tantos empregos por ser workholic, mas quando conseguiu se desfazer de algumas das funções, sentiu mais alívio. “Seria até bom ganhar mais. Mas hoje eu priorizo a saúde, mental, meu bem estar físico”, comenta. Ela destaca ainda que a profissão exige muito e remunera mal os profissionais, mas que agora concilia bem os trabalhos que tem.

A rotina intensa e o ritmo frenético da profissão já levou Rejane a pensar em desistir de trabalhar em redação e começar a empreender, talvez montando um canal para tecer as suas análises de forma mais tranquila, respeitando o seu próprio tempo. Porém, acabou mudando de ideia ou somente deixando-a para amadurecer mais para a frente.

Para se dedicar inteiramente à profissão, a jornalista recorda que precisou abdicar de diversas ocasiões em família, festas, comemorações, além dos próprios estudos, por falta de tempo. Quando ela percebia que o trabalho excessivo estava sufocando todos os outros pontos importantes da sua vida, Rejane decidia mudar de emprego e até de estado. Foi o que seu principal motivador da mudança para Manaus, como detalhou em entrevista. Depois de voltar para a Paraíba e começar a trabalhar na TV Correio, novamente ela percebeu que estava sendo muito consumida pelo trabalho, sem tempo para si mesma, nem para o filho ou marido, e

decidiu mudar novamente de empresa, em busca de mais qualidade de vida. “Sim, eu abdiquei de algumas coisas, tomei algumas decisões equivocadas no início, priorizei a carreira, a carreira. E depois eu vi que o que faz a gente feliz é a nossa base, o nosso suporte. A família vem em primeiro lugar, a saúde vem em primeiro lugar. E aí eu abdiquei também de outras coisas profissionais por isso”.

Além de dedicação extrema, o Jornalismo também acaba impondo que as profissionais busquem métodos para se proteger das ameaças que aparecem, por muitas vezes, em razão de seu gênero. A própria Rejane Negreiros comenta que por diversas vezes precisou se impor para não ser “engolida” por algum entrevistado ou colega de profissão. Ela acha que muitas vezes pode até ser considerada chata, por insistir em algo que considera importante, o respeito aos profissionais. “Na hora de brigar pelo local de fala, eu brigo mesmo. Por mim e por outras”.

Mesmo sendo uma profissão cheia de percalços e dificuldades pelo caminho, a jornalista não parece ter intenção de se desligar totalmente. Ela acredita que não permanecerá mais por muito tempo fazendo o que faz agora na TV. “Olha, todo mundo diz que TV tem tempo, né?! E eu já estou envelhecendo, há muito tempo no vídeo, que 30 anos de vídeo”, comentou em entrevista, dizendo ainda que pretende atuar mais como comentarista, com aparições programadas ao invés de presença fixa na apresentação. Isso significa que ainda há muito gás a ser consumido na profissão. O Jornalismo só pode ser explicado como uma forte paixão, mas mais do que isso, também se percebe como compromisso de informar. Essa sede que não passa se assemelha a um vício na perseguição pela boa qualidade do serviço prestado, assim como demonstra Rejane Negreiros, que resgatou o Jornalismo em sua genética e o perseguiu em várias emissoras e até mesmo em outro estado.

Sony Lacerda⁶

Respirando Jornalismo e transpirando informação



Figura 4 Jornalista Sony Lacerda. Foto: redes sociais

Uma vida dedicada integralmente ao fazer jornalístico é repleta de aprendizados, mas também marcada por muitas renúncias e sacrifícios. A dedicação excessiva para conseguir fazer um trabalho primoroso e bem avaliado por todos, desde quem vai receber o produto final até as fontes necessárias para obter as informações, passando até mesmo o dono da empresa, por vezes proporciona um sentimento prazeroso enquanto que, ao mesmo tempo ou posteriormente, também pode trazer frustração para o profissional. Não é incomum ter acesso a relatos de entrega total ao Jornalismo em um nível tão extremo até chegar ao ponto em que a vida social e familiar do profissional são massacradas. A jornalista paraibana Sony Lacerda é uma profissional que costuma exigir de si mesma até, praticamente, chegar à exaustão. “O Jornalismo eu diria que, até o início do ano, era a minha vida inteira. A minha vida inteira, quando eu digo, 24 horas”, analisa ela em entrevista. Ainda assim, o amor pela profissão é o que a mantém há 25 anos no ofício, mesmo em diferentes funções, mas sempre relacionando o trabalho à informação.

⁶ Perfil elaborado a partir de entrevista cedida à autora no dia 16 de outubro de 2020, através da plataforma Zoom

A rotina estafante a que Sony se refere é a do jornal impresso, que demandava uma atenção excessiva dela, já que ela era a editora-geral do Correio da Paraíba até o seu fechamento, no mês de abril. A sua vivência no veículo foi tão intensa, que ela sabe até mesmo as melhores tintas para o papel de jornal e o funcionamento completo da gráfica. Não se contam nos dedos os seus fins de semana dedicados ao fechamento do jornal e noites em claro para garantir as diagramações das páginas. “O jornal impresso, as pessoas pensam que não, mas é uma escravidão no sentido que você tem que se dedicar 24 horas. Porque, como o jornal tem 24 horas pra sair, você tem que trabalhar aquela informação 24 horas”, explica a jornalista.

Essa rotina sempre cheia de trabalho e com escassez de descanso já levou Sony a pensar em desistir da profissão. Ela diz que se arrependeu um pouco de ter perdido várias oportunidades e momentos de sua própria vida, mas em compensação, aprendeu bastante e isso simboliza uma recompensa para a sua carreira. Depois de ter saído do jornal impresso, a sua rotina foi aliviada e ela até consegue respirar mais um pouco sem se ver sufocada pelas folhas, capas, colunas, editorias, fontes, chapéus, títulos, fotos, artes e todos os pormenores da diagramação.

Sony Lacerda atuou em três sistemas de comunicação durante sua carreira, como ela mesma explica, que foram o Sistema Correio, o Sistema Paraíba e o jornal A União, do Governo do Estado da Paraíba. Apesar de considerar que passou por poucos veículos, as funções dentro deles foram diversas e mudaram bastante durante os 25 anos de carreira. Quando estava prestes a se formar no curso de Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba, Sony começou a trabalhar no Correio da Paraíba no cargo de assistente administrativa. Ela recebeu a dica da vaga através de colegas e pensou que seria mais fácil conseguir um emprego no Jornalismo depois que estivesse já dentro do veículo de comunicação. Quando o seu chefe direto não estava na redação, ela aproveitava e acompanhava mais de perto os experientes repórteres que atuavam no Jornal Correio da Paraíba, com as clássicas pautas das editorias de Política e Cidades. Acompanhando de perto a feitura jornalística é como ela realmente aprendeu a colocar em prática no dia-a-dia os ensinamentos teóricos da sala de aula. “Os meninos chegavam da rua e eu sentava, puxava um banquinho, e ia ver como eles faziam a matéria, como era aquela construção”, conta ela animada. Um ano depois de formada, Sony continuava como secretária e sua mãe lhe deu um ultimato: ou ela começava a trabalhar como repórter, ou teria que retornar para casa, na cidade de Patos, Sertão do Estado. Ao contar sua história para a nova editora do jornal, Lena

Guimarães, conseguiu uma oportunidade e finalmente trabalhar como repórter, com a condição de que ainda ficasse mais um tempo trabalhando como assistente, já que a chefe era nova no cargo e precisava de um auxílio. Após o período acordado, Sony finalmente conseguiu realizar seu objetivo de trabalhar como repórter, dando a resposta que sua mãe havia exigido.

Em 2001, Sony saiu do Correio da Paraíba para atuar no Jornal da Paraíba, que era focado em Campina Grande, mas tinha um projeto de estadualização para toda a Paraíba. A jornalista tinha tido experiência mais voltada para a editoria de Cidades e Cotidiano, mas um ano depois de chegar ao Jornal da Paraíba, foi chamada para assumir o posto de editora de Política. Para se familiarizar com o assunto e conseguir aumentar a confiança em si mesma, Sony estudou bastante e ‘devorou’ todo o material que havia sido publicado no caderno de Política. Ela passou um ano no cargo como interina e voltou em 2006 de forma efetiva, ficando até 2009, quando foi demitida.

Sony diz que quando deixou o Correio da Paraíba, a sua chefe, Lena Guimarães ficou chateada e as duas não se falaram mais por quase cinco anos. Porém, quando Sony foi demitida, Lena estava ocupando o cargo de Secretária de Comunicação da Paraíba no governo de José Maranhão e a convidou para trabalhar como repórter especial da pasta. Neste trabalho a jornalista diz que conseguiu experiências muito boas, como conhecer cada uma das 223 cidades do Estado da Paraíba e conviver com diversos prefeitos, cabos eleitorais e pessoas diferentes da rotina da redação. Com o fim do governo de José Maranhão, a jornalista retornou para o jornal Correio da Paraíba, desta vez, na editoria de Política. Um ano mais tarde, em 2012, Sony assumiu a coordenação de política do Sistema Correio inteiro. “Todas as decisões da empresa, com relação à política, passavam por mim e eu demandava aos veículos”, explica.

Depois que o jornal impresso fechou, a jornalista continuou atuando nas rádios e no Portal Correio. Além disso, Sony Lacerda colocou no ar seu blog, que era um projeto pessoal bem antigo e só agora, depois de um espaço a mais na sua rotina, conseguiu ganhar vida. Agora, com a rotina menos exaustiva, já que a “escravidão” proporcionada pela dedicação ao jornal impresso já não existe mais, Sony busca novos ares e valoriza o seu tempo com mais liberdade e menos encarceramento. A jornalista, continua sedenta para aproveitar a vida, mas não esquece dos sacrifícios que precisou fazer em nome de sua carreira. “Não tem aquela história assim que o povo fala, que você tem que plantar uma árvore, ter um filho, não tem um negocinho assim? Então eu disse: é o seguinte, hoje eu tive que abrir mão do filho”, falou em tom pesaroso durante entrevista. Ela ainda destaca que já pensou muitas vezes em como seria

sua vida com uma criança pequena “e eu disse: meu Deus do céu. Eu iria estar com esse inocente pra cima e pra baixo, porque minha mãe não mora aqui, assim, eu já cheguei a sonhar que eu estava uma vez na redação na minha sala lá no jornal, dia de sábado, eu precisava ir e lá ia eu com um menino, aqueles berços portáteis, armava e botava o menino lá dentro. E quando eu penso nessa situação, eu digo assim: meu Deus, não dá”. Mesmo assim, ela ainda guarda o desejo muito ressentido de ter um filho e ressalta que grande parte das coisas e momentos que foram perdidos poderiam ter sido trabalhados de uma forma melhor, principalmente as do seu trato pessoal.

Verônica Guerra⁷

Um jornalista ‘durona’, para não se passar por cima



Figura 5 Jornalista Verônica Guerra. Foto: redes sociais

O rádio sempre ligado na cozinha transmitia os noticiários do dia, a televisão sintonizada no noticiário da noite, um jornal impresso sempre à mão e uma ida semanal à biblioteca pública para escolha de um livro para ler na semana são as lembranças mais marcantes da infância de Verônica Guerra, jornalista de longa data e com passagens pelos principais veículos de comunicação da Paraíba durante sua carreira. Esses hábitos construídos no decorrer da vida por sua família, principalmente mãe e avós, são a principal explicação que Verônica encontra como propulsores de sua carreira como profissional de comunicação, o incentivo inicial. “Quando eu me peguei, eu tinha muita facilidade em escrever e gostava muito de ler. E sempre me comuniquei muito, falava demais, gostava de aparecer, gostava de, se tivesse uma festa, eu gostava de cantar, de conversar, de recitar. Eu acho que juntou uma

⁷ Perfil elaborado a partir de entrevista cedida à autora no dia 10 de agosto de 2020, através da plataforma Zoom

coisa com a outra e eu acabei fazendo Jornalismo. Pelo menos eu acho que foi isso”, completou.

A jornalista, que nasceu em João Pessoa, onde sempre viveu, fincou sua carreira na capital paraibana. Ainda enquanto cursava Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba, começou a escrever para a revista do Fisco do Estado. Nesta época, Verônica se inteirou bastante sobre um projeto de Zona de Processamento de Exportação, que acabou não vingando. Porém, a experiência com o tema, que relaciona tanto as editorias de economia quanto política, devido às articulações, ajudou a jornalista a começar a ingressar nestas editorias, funcionando como um ‘chama’ inicial do interesse. Após se formar, Verônica trabalhou na TV Cabo Branco, atuando como produtora. Depois disso, começou a trabalhar na TV Tambaú e, até o momento, não tinha tido um contato direto com a editoria de política. Foi na TV O Norte que Verônica Guerra começou a mergulhar de cabeça na pauta política: “a gente brincava muito que chamava A Casa das Sete Mulheres. Menina, a gente pintou o sete!”. Quando a emissora decidiu encerrar a programação jornalística para terceirizar o produto, todas sentiram bastante, já que vinham crescendo na audiência e também no conhecimento.

Pouco depois, Verônica recebeu convite do Sistema Correio para trabalhar em rádio, um veículo que ela, até então, nunca tinha tido experiência. Ela conta que lá foi realmente a sua escola no Jornalismo Político, já que a rádio sempre teve uma veia política muito forte, trazendo os assuntos da pauta do dia e os bastidores do poder na Paraíba. Foi lá que ela desenvolveu um intenso e custoso trabalho, o de formatar e alinhar todas as rádios integrantes do Sistema Correio na Paraíba. Depois da primeira experiência com rádio e a paixão a florada, Verônica voltou para o Sistema Paraíba, da TV Cabo Branco e começou a trabalhar na rádio CBN. Em meados de 2017 Verônica deixou mais uma vez o Sistema Paraíba e voltou para trabalhar na rádio do Sistema Correio, onde permaneceu por um ano e quatro meses, até pedir demissão por questões políticas, como ela mesma conta. Além dos empregos nos veículos de comunicação, Verônica sempre acumulou alguns trabalhos de assessoria de imprensa para políticos e órgãos de Governo. Ela também já assumiu o cargo de Gerente de Rádio e Televisão na Secretaria de Comunicação do Estado da Paraíba durante a gestão do governador José Maranhão.

A última demissão de Verônica Guerra aconteceu após um desentendimento devido a um comentário que ela fez durante programa de rádio. No ano de 2019, a Polícia Militar de Pernambuco e Paraíba havia cercado um grupo suspeito de assalto a estabelecimentos bancários e matado oito pessoas. Após o confronto, que aconteceu na cidade de Barra de São

Miguel, os corpos dos mortos foram colocados nas carrocerias das viaturas da polícia e exibidos em via pública, como em um desfile. Este fato gerou bastante repercussão e debates na época, quando já estavam sendo feitos debates mais acirrados devido ao processo político. Na rádio, Verônica comentou que a ciência e tecnologia vão evoluindo com o passar dos anos ao mesmo passo em que o ser humano está retroagindo. O comentário da jornalista foi lido como uma crítica à polícia e ao que dita a lógica 'bolsonarista'. Por esse motivo, Verônica recebeu o comunicado de que seria suspensa da apresentação do programa. A jornalista, não aceitou ser penalizada por um comentário que considerava adequado, pedindo sua demissão logo em seguida e saindo ressentida do veículo de comunicação. É um arrependimento que ela guarda até hoje, como confessou em entrevista. “Eu não deveria ter voltado ao Correio. Por que? Eu passei sete anos no Correio, fui muito feliz. Saí. Voltei. Esse um ano e quatro meses destruiu toda a imagem que eu tinha do Correio da Paraíba. Eu detestei a volta”.

Essa experiência ruim na carreira de Verônica Guerra a fez se afastar bastante dos veículos de comunicação. Desde a sua demissão não retornou ao mercado de trabalho e reitera que pretende pensar duas vezes antes de aceitar alguma proposta de emprego. O impacto desse episódio foi tão forte que desistir da carreira é o que a jornalista mais pensa no momento. Ela não enxerga um cenário bom e adequado para trabalhar na área de comunicação, nem na Paraíba, nem no Brasil. Para voltar às redações, somente uma proposta muito tentadora seria suficiente para Verônica. Dentre as metas elencadas por ela, estão um blog, alguns trabalhos em comunicação e a possibilidade de ensinar o ofício, passar os conhecimentos que adquiriu durante tantos anos respirando o Jornalismo paraibano.

Verônica gosta de compartilhar o que sabe, conta que quando percebia um alto potencial em alguém, decidia que precisava investir naquela pessoa, dar atenção e uma assistência adequada para proporcionar o desenvolvimento e mostrar uma possibilidade de caminho para seguir. A jornalista tem bastante orgulho de poder ver aqueles que “passaram pelas suas mãos” se destacando na profissão e o quanto evoluíram durante a convivência. Ela ainda conta que, por todas as redações que já passou, sempre fez questão de transmitir para as pessoas a necessidade de trabalhar com paixão, “porque, Jornalismo, ou você vai com muita paixão para que ele dê certo, para você fazer a diferença, para você não ser mais um na multidão, ou então não rola”.

Ainda assim, com toda essa experiência e fervor pelo fazer jornalístico, Verônica acredita que o mercado de trabalho não é amigável com as mulheres jornalistas que se propõem a trabalhar com política. Reconhecida por sua personalidade forte e muitas vezes intitulada como 'braba', Verônica diz que mesmo se impondo, o fato de ser mulher fazia os

homens pensarem que sua própria opinião poderia prevalecer. Mas a jornalista não se dobrava as vontades dos outros e sempre lutou até o fim pelas suas convicções. De acordo com ela, foi aprendendo com o tempo as estratégias ideais para conseguir sempre se sair bem das situações que apareciam. “E você tem que ser assim. Você tem que ser durona, porque senão, eles passam por cima. Entendeu? A gente sabe, né? A gente vive esse universo. Jornalismo tem muita mulher trabalhando, mas é um universo muito masculino”, comentou.

Para além dos pontos positivos da carreira, são inúmeras as dificuldades que a jornalista precisa enfrentar para permanecer de pé exercendo sua profissão. Verônica foi processada duas vezes devido a comentários tecidos durante programas de rádio e chegou a receber ameaças de morte em um período. Ela chegou a procurar a delegacia de polícia, após uma série de ligações anônimas no seu local de trabalho. A jornalista relembra que esse momento foi bem atribulado em sua vida e chegou a evitar até mesmo sair sozinha. Depois de algum tempo as ameaças cessaram, mas a opinião de Verônica seguiu forte sem se abater mesmo assim.

Com tantas responsabilidades e sempre priorizando o seu trabalho, a rotina de Verônica Guerra sempre foi bastante ocupada e com pouco tempo de respiro. Assim que abria os olhos ao acordar, já ligava o rádio e via notícias na internet. “Quando eu me levantava da cama, eu já sabia mais ou menos o que estava acontecendo no mundo”, afirma a jornalista, que ao mesmo tempo em que se inteirava do que acontece no mundo já ia formulando e pensando em pautas para levar ao ar e comentários para fazer. Durante o dia, o ritmo frenético das atualizações e das notícias também preenchia sua rotina e a jornalista não parava um segundo. Já à noite, antes de dormir, o vício pela informação a mantinha assistindo os últimos noticiários da televisão, buscando sempre e cada vez mais informações novas e as atualizações do dia. Nem nos fins de semana, feriados e dias de folga ela conseguia descansar plenamente, já que o costume era bastante difícil de desfazer. “É a história de você não conseguir descansar quando está com a família, nem sábado, nem domingo, nem feriado. Não existe isso, você é um robô, você é uma máquina e precisa absorver tudo”.

O resultado dessa vida intensa com rotina acelerada e sempre ocupada, de acordo com ela, foi um estado de permanente alerta e dois anos de análise com um psicanalista. Verônica se percebeu muito acelerada e ansiosa devido à sua rotina sem pausas e bastante dinâmica. Agora, nesse momento de sua vida, ela sente que ainda está despressurizando e, aos poucos, tirando o pé do acelerador, conseguindo alcançar um ritmo mais saudável. A pressão para que tudo saísse perfeito e o excesso de trabalho eram tantos na vida da jornalista que, durante a gravidez do seu segundo filho, teve até mesmo ameaça de aborto. Além disso, também teve

pneumonia durante o trabalho e já teve que trabalhar rouca, sendo dispensada somente depois de perder 100% da voz.

Com o dia-a-dia sempre ocupado e em velocidade acelerada, vários momentos acabaram passando batidos por Verônica. Ela lamenta que a profissão a tenha levado a abdicar de vários momentos em família e até mesmo da sua vida pessoal. Além disso, o mestrado e uma vida acadêmica acabaram ficando de lado porque ela teve que priorizar o trabalho. Os momentos perdidos junto aos seus filhos faziam com que ela se sentisse culpada por estar ausente e, por muitas vezes, chegava atrasada no trabalho para atender a algum pedido das crianças, já que estaria fora o dia inteiro.

Verônica é uma mulher que emana energia, uma verdadeira usina energética e sente a necessidade de canalizar toda a disposição que tem. O hábito de fazer sempre mais de uma coisa ao mesmo tempo e acumular funções no trabalho já se alastrou em todas as esferas de sua vida e, mesmo em tarefas simples, como fazer um café da manhã, se tornam complexas e executadas com perfeição. “Eu nunca boto uma panela só no fogo. O hábito. Eu boto duas, três e fico coordenando as duas, três e fazendo sempre uma quarta coisa. Eu vou fazer uma tapioca. Nunca ligo só a tapioca. Eu ligo o fogo da tapioca, ligo o fogo de fritar o ovo, e vou fazendo as coisas tudinho de uma vez e ainda vou botando a mesa. Porque é a manifestação de tudo o que vivi que eu percebo hoje”, analisa a jornalista. Diante de toda essa intensidade, Verônica decidiu começar a se espiritualizar mais, até para conseguir se entender. Atualmente ela frequenta um Centro Espírita e percebe que a experiência a ajudou a comandar a energia que é ela própria, uma mente sempre ativa e ainda com muito o que viver pela frente. Certamente, ainda, com muito o que ensinar, buscando sempre espalhar o seu ideal de fazer Jornalismo com tesão, com paixão em busca de um bom resultado.

4. “VOCÊ TEM QUE SER DURONA, PORQUE SENÃO, ELES PASSAM POR CIMA” - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

4.1 Perfil das entrevistadas

Para auxiliar no desenvolvimento desta pesquisa e buscar um panorama amplo sobre as mulheres jornalistas que atuam na editoria de Política em João Pessoa, foi proposta uma entrevista aberta, buscando proporcionar também a interação com estas mulheres em busca das melhores respostas possíveis para os apontamentos, além de gerar reflexão sobre as suas trajetórias. As respostas serão aqui postas a fim de verificar discrepâncias e similaridades entre as vivências, assim como buscar traçar um retrato das mulheres que fazem o Jornalismo Político na Paraíba.

As cinco mulheres que aceitaram o convite para participar da pesquisa que propõe esta dissertação de mestrado já possuem um posicionamento marcado no mercado de trabalho e um certo destaque nos campos onde atuam. Todas as cinco também atuam ou já tiveram passagens por emissoras de rádio em João Pessoa. Quatro delas já atuaram em programas de televisão, sendo uma nos bastidores, como produtora e editora, e as outras três já trabalharam como comentaristas de política ou apresentadoras de noticiário, acumulando também os cargos de edição. Todas elas possuem experiência com Jornalismo Digital, somando passagens em portais, sites e blogs, próprios ou de outras pessoas.

A mais jovem entrevistada tem 33 anos de idade, enquanto que a mais velha tem 49 anos, constituindo uma faixa etária com 16 anos de diferença entre as idades da mais nova e da mais experiente. As outras três entrevistadas tem mais de 40 anos, sendo apenas uma com idade inferior aos 40. A média de idade aqui verificada não corresponde, no entanto, ao que é verificado em algumas das mais abrangentes pesquisas que ajudam a construir o perfil de jornalistas. A pesquisa Gênero e Número, realizada pela Abraji no ano de 2018 e disponibilizada online no endereço <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf>, detalha que a idade média das mulheres jornalistas no Brasil é de 31 anos. A maioria delas está concentrada na faixa etária de 25 a 34 anos (50,9%), enquanto que 21,4% têm até 24 anos, 21% 35 a 44 anos de idade e apenas 6,3% possuem mais de 45 anos. Esta pesquisa citada foi feita com base em um número total de 477 respondentes, todas elas, mulheres jornalistas de vários estados do país.

4.1.1 “No Jornalismo, se você não casar logo, esqueça. Depois você não casa mais não” – Estado civil, formação de família e origem.

Dentre as entrevistadas, apenas duas têm filhos. Estas duas também são as únicas casadas, atualmente vivendo em uma relação estável. As outras três entrevistadas são solteiras e sem filhos até o momento em que a entrevista foi realizada. As três jornalistas solteiras vivem sozinhas em suas residências, enquanto que as duas jornalistas casadas e com filhos vivem com suas respectivas famílias.

Neste quesito, nosso panorama de observação coincide com o perfil traçado em outras pesquisas. Os dados da pesquisa Gênero e Número informam que a maioria das mulheres jornalistas (58,1%) são solteiras, refletindo o quadro encontrado por esta pesquisadora. As jornalistas que são casadas ou vivem em união estável representam 36,1% do total, enquanto que separadas ou divorciadas são 5,5% e 0,4% não sabem ou não responderam.

O estigma de que a dedicação ao Jornalismo permite pouca interação social e, não apenas isso, impossibilita uma convivência saudável e com o cuidado que uma família necessita faz com que o pensamento seja realmente incrustado nas mentes das pessoas. A percepção de Sony Lacerda, uma das solteiras listadas nesta pesquisa, é a de que: “**porque Jornalismo, minha filha, se você não casar logo, esqueça, depois você não casa mais não.** Tô logo avisando (risos)”.

Estudos que refletem sobre a atividade profissional da mulher jornalista (Santos e Temer, 2016) consideram que, mesmo com a crescente e visível feminização dos profissionais da imprensa, na visão dos empregadores a mulher segue sendo a responsável pelo lar e trabalhos domésticos. Portanto, por este ponto de vista, estaria sendo promovida uma discriminação diante da preferência na escolha por mulheres solteiras e sem filhos, já que a disponibilidade voltada ao emprego seria feita de forma mais ampla e irrestrita. Os processos de escolha dos profissionais para trabalhar em determinada empresa e o seu quadro de funcionários ajuda a entender a situação e os motivos que levam, por muitas vezes, as mulheres casadas e com filhos a serem preteridas dos cargos almejados.

Outro traço que podemos delimitar dentre as participantes da pesquisa é a origem de cada uma delas, sendo que a maioria é natural da cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. As outras duas entrevistadas nasceram no interior do estado e se mudaram para a capital principalmente para se dedicar aos estudos. Ívyna nasceu em Campina Grande, mas passou

uma parte da infância na cidade de Soledade, mudando-se posteriormente com toda a família para Santa Rita, região metropolitana de João Pessoa. “Além da seca lá em Soledade, sempre foi muito seco, e uma situação muito complicada”, recorda. A caçula de uma família de cinco filhos migrou cedo, ainda com dez anos de idade. Seus irmãos mais velhos já estavam perto de concluir o Ensino Médio e a mãe deles decidiu se mudar tendo em vista que o pai já trabalhava na capital. Já a segunda entrevistada do interior do estado, Sony, nasceu na cidade de Piancó, mas viveu até a adolescência em Patos, no Sertão da Paraíba, deixando o local para estudar Jornalismo em João Pessoa, onde fixou residência.

As outras três jornalistas, Cláudia, Rejane e Verônica são naturais de João Pessoa. Verônica destaca muito, e faz questão de contar, a sua infância no bairro de Jaguaribe, um dos mais tradicionais da capital, que sempre abrigou personalidades marcantes do estado. Sua vivência e ligação com o bairro são marcantes até hoje e ela ainda recorda da caminhada semanal que fazia com sua mãe e irmãos até a Biblioteca para escolher um livro para empréstimo. Sua vida escolar, sempre em colégios de freiras, a estimulou também a desenvolver sua aptidão pelas palavras em razão, principalmente, das várias aulas de redação e caligrafia que assistia durante a semana. O pai de Rejane, além de ter trabalho no Jornal da Paraíba, chegou a possuir dois jornais impressos, que eram publicados no interior do Estado, a Tribuna Puxinanãense e a Gazeta do Sertão. Apesar de ter perdido o pai aos dez anos de idade, Rejane acredita que herdou dele o gosto pelo Jornalismo. Já a história de Cláudia em João Pessoa é muito marcada pelas passagens que ela tem nos veículos de comunicação onde trabalhou, considerando que foram vários. Construir um trajeto estável no Jornalismo local, de uma forma ou de outra, também significa auxiliar na estruturação de uma comunidade e na percepção de sua própria identidade.

A espacialidade que ajuda a construir cada uma dessas jornalistas também auxilia no desenvolvimento de suas próprias identidades. Cada uma carrega consigo marcas registradas em sua história e que, por muitas vezes, remetem a lembranças de locais, momentos e situações de caráter pessoal ou coletivo. A bagagem que cada uma carrega ajuda ainda a enriquecer o seu exercício profissional e aprofundar o compartilhamento de experiências com o público.

4.2 “Contínuo aprendendo sempre que eu posso” - A formação acadêmica e profissional

Todas as entrevistadas desta pesquisa tiveram vivência acadêmica e cursaram a graduação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), instituição pública de ensino. Enquanto que três delas conseguiram prosseguir na vida acadêmica em busca de especialização profissional, as outras duas, mesmo tendo vontade de seguir este caminho, não encontraram o tempo ideal para se dedicar aos estudos. A pós-graduação é, praticamente, uma unanimidade na formação das jornalistas entrevistadas. Apenas uma delas não citou, durante a entrevista, possuir algum curso de pós-graduação. Já as demais têm cursos de pós-graduação, MBA e mestrado, em andamento ou concluído, demonstrando o interesse, ou necessidade, de se qualificar para exercer a profissão. Sony Lacerda demonstra essa necessidade extrema de buscar aperfeiçoamento na profissão: “Eu tenho pós-graduação em Comunicação e Marketing e Mídias Digitais. Tenho cursos de gestão de crise, enfim. **O que eu pude aprender**, e continuo aprendendo sempre que eu posso para, enfim, me atualizar. Eu sempre fui de impresso, mas quando veio a internet eu decidi me atualizar, porque a gente sabe...” As reticências do discurso de Sony Lacerda mostram a apreensão da categoria diante de tantas mudanças no cenário do Jornalismo e a permanente ameaça do desemprego.

Essa é uma tendência nacionalmente observada. Em pesquisa realizada, em 2018, pela *Comunique-se e APEX Conteúdo Estratégico*, disponível em <<https://conteudo.apexconteudo.com.br/perfil-do-jornalista-brasileiro-download>>, acesso em dez/2020, mais da metade (51,6%) dos jornalistas são pós-graduados, sendo que 41,4% deles concluíram ao menos uma especialização, 8,3% têm mestrado e 1,9% são doutores.

Ivyna, que ainda não fez pós-graduação, diz que quer muito fazer mestrado. Mas, não definiu em qual área, embora acredite que “não será na área de Jornalismo. Porque a gente estuda como fazer Jornalismo naturalmente. A gente já se atualiza nisso naturalmente” Além disso, ela já percebeu que no Programa de Pós-Graduação de Jornalismo da UFPB, não existe uma linha de pesquisa especializada em política e seu desejo é “trabalhar política, análise política”. Mas ressalta que não é para “sair do Jornalismo, acho que para acrescentar mais ao trabalho que eu já faço”.

Verônica fez duas pós-graduações, uma em Marketing e outra em Redação Jornalística, “porque tinha a ver com o meu dia a dia”. Verônica sente que o curso em Marketing pode lhe oferecer novas oportunidades, ela tem “feito alguns trabalhos de

comunicação” e tem tido vontade de “sair um pouquinho da área” do Jornalismo, do batente. Ela sente vontade de lecionar, mas conta que quando começou o curso de Mestrado Profissional na UFPB, estava trabalhando dois expedientes na redação de uma rádio e combinou com os colegas da equipe que seguraria a barra e, quando terminassem, eles iriam retribuir e segurar a barra para ela fazer o mestrado, já que o referido curso, quando começou, funcionava nos fins de semana e parecia plausível a combinação. **“Eu oportunistei, eu ficava no lugar dos meninos, enfim. Eu rebolava para que eles fizessem e terminassem”**. Porém, não houve tempo hábil para que a equipe pudesse cumprir o acordo e os colegas “segurarem a barra” “porque eu fui demitida, (...) por conta de crise econômica e tal. E pronto, acabei sem fazer o mestrado”.

É interessante observar que as mulheres costumam justificar certas escolhas em função de terceiros que relatam abrir mão de oportunidades em favor de familiares e colegas. Em alguns estudos sobre a participação política das mulheres (RABAY, 2018) se constata que as mulheres no mundo público muitas vezes assumem compromissos ou sacrificam seus projetos em nome de outros e, raramente, se colocam à frente de alguma disputa, prática considerada como masculina. Bourdieu (2004^a, p.191) fala de disposições encarnadas pelo sujeito que os fazem agir de acordo com um conjunto de práticas e ideologias características de seu grupo. Não importa se pela equipe ou pela família, as mulheres aceitam mais facilmente o sacrifício de serem preteridas, deixadas para depois, às vezes por iniciativa própria e em nome de algo maior.

4.3 “O Jornalismo é uma cachaça”: o amor, o vício e a escolha pela profissão

A idealização feita em torno da profissão de jornalista é perceptível em vários momentos e difundida em vários contextos da sociedade. É uma questão subjetiva, mas que possui um imaginário idealizado muito bem delimitado. Até mesmo as entrevistas feitas com as jornalistas é possível perceber em suas falas os traços que reforçam o estereótipo de dedicação à vocação e o cumprimento de uma missão a partir da profissão, buscando oferecer respostas à sociedade sobre os temas mais urgentes, atuando como porta-voz e ao mesmo tempo como fiscal. Não é difícil ter acesso a relatos de pessoas que iniciaram sua vida no Jornalismo a partir do sentimento de “missão”, como foi evidenciado nos estudos de Travancas (1993), por exemplo, quando ficou perceptível o reforço de estereótipos acerca da

rotina incansável de prestação de serviços do jornalista, sempre a postos para dar sentido ao seu chamamento inicial.

Verônica cita que “desde sempre” teve ligação com o Jornalismo em sua vida, mas dois fatores foram determinantes para a escolha da profissão: o gosto pela leitura e, conseqüentemente pela escrita, e a valorização que sempre existiu em sua casa pelo exercício do jornalista, já que suas memórias de infância são permeadas por alguns símbolos, como o rádio sempre ligado no noticiário, sendo desligado somente para a exibição do telejornal na televisão.

O rádio estava ligado 24 horas por dia. Eu não me recordo, acho que só desligava à noite, **quando** se ligava a televisão para ver o Jornal Nacional. (...) Então, toda a minha vida foi sempre ouvindo rádio. A gente ficava ali na cozinha, pequena ainda, brincando, que era muito grande a cozinha da minha casa. Minha mãe estava ouvindo rádio a manhã inteira e a tarde toda. E à noite, a gente sempre estava ali por perto. Ela sempre gostou, ela e meu avô, gostavam muito de noticiário. E eu acho que isso foi uma coisa que... Eu acredito... Quer dizer, **é a explicação que eu dou, é que foi o hábito mesmo.** (VERÔNICA GUERRA. Entrevista cedida à pesquisadora em 10 de agosto de 2020)

Outro fato também a que ela atribui a sua escolha pela profissão é a facilidade que tinha com o desenvolvimento da escrita. Por ter sempre estudado em colégio de freiras, a caligrafia e a redação eram bastante exigidos, com mais de duas aulas semanais.

Quando eu me peguei, eu tinha muita facilidade em escrever e gostava muito de ler. E sempre me comuniquei muito, falava demais, gostava de aparecer, gostava de, se tivesse uma festa eu gostava de cantar, de conversar, de recitar. **Eu acho que juntou uma coisa com a outra e eu acabei fazendo Jornalismo.** Pelo menos eu acho que foi isso. (VERÔNICA GUERRA. Entrevista cedida à pesquisadora em 10 de agosto de 2020)

Ívyna também considera que as influências jornalísticas que carrega desde a infância foram fundamentais para a sua escolha profissional na vida adulta. “Antes dos dez anos de idade, eu lembro de brincar que estava fazendo programa de TV e de rádio. No Ensino Médio já criava projetos para a escola nesse sentido”, recorda a jornalista demonstrando que já sentia ligação com o ato de comunicar. Ao escolher cursar Comunicação Social, ela começou a se dedicar bastante a estudar e aprender como realmente exercer da melhor maneira a sua profissão, desde a parte da reportagem até a produção e edição do material. Ela considera que sua experiência no decorrer da vida também é fundamental para o seu trabalho, que foi

justamente quando ela percebeu a aptidão para o Jornalismo. Outro fato citado por Ívyna em sua relação com o Jornalismo é a influência de seu avô e a importância que ele dava ao Jornalismo.

Meu avô materno, ele era enlouquecido por rádio e eu aprendi a gostar de rádio com ele. Aprendi a gostar com ele, sempre falei muito, desde criança, saio falando por horas. E aí, teve um dia que ele fez... **Eu falava em ser professora, de criança, e ele disse: ‘você vai ser jornalista, vai trabalhar com comunicação que eu quero lhe ouvir no rádio’.** Pronto! É isso mesmo. **Comecei a levar a sério o que meu avô me disse.** (ÍVYNA SOUTO. Entrevista cedida à pesquisadora em 18 de maio de 2020)

A partir desta ‘profecia’ feita por seu avô, Ívyna realmente começou a se dedicar e tomou como meta de sua vida a profissão de jornalista. “E uma das minhas alegrias é que, tipo, os meus avós puderam me ouvir no rádio. Esse meu avô materno já é falecido, mas ele me ouviu no rádio. Então eu fico bem feliz de ter conseguido fazer, porque é algo que ele gostava muito e que eu gosto muito”. Outro fato familiar que também serve de apoio e incentivo à sua carreira é a audiência fiel de sua mãe. “A minha mãe escuta o programa todos os dias. Ouvinte fiel. E fica comentando as coisas”, comenta com alegria a jornalista.

Rejane também remete muito a escolha de sua profissão à herança genética, já que seu pai foi jornalista, atuando no Jornal da Paraíba e teve dois jornais no interior do estado, o Tribuna Puxinanãense e o Gazeta do Sertão.

Ele era empreendedor por natureza e também era um comunicador por natureza. É interessante porque ele morreu, eu tinha 10 anos. Eu não bebi muito dessa fonte. Mas eu acho que **eu trouxe no sangue a paixão que eu tenho pela comunicação.** Eu tenho sete irmãos. E de todos, a única que mergulhou na profissão fui eu. (REJANE NEGREIROS. Entrevista cedida à pesquisadora em 18 de maio de 2020)

Outro fato que influenciou esta escolha de Rejane foi o seu próprio sonho, a idealização de sua vocação como jornalista e a busca pela profissão. “Eu sempre me vi sendo jornalista. Então, no colégio, sempre que os professores mandavam ler em voz alta, eu dizia ‘eu quero ler’ porque eu gostava, queria treinar, queria falar. Sempre fui muito expansiva. Gostava de trabalhos de seminários, de se apresentar lá na frente, de falar”. Quando foi prestar vestibular, não teve dúvidas e escolheu Jornalismo para cursar. “Então já tinha muito certo o que eu queria. Eu acho que assim, a gente precisa muito de paixão e de respeito pelo que a gente faz. Essa paixão e respeito pelo Jornalismo eu sempre tive”.

Para Sony, o seu gatilho inicial para a profissão de jornalista veio na inscrição para o vestibular. Apesar de dizer que sempre quis ser arquiteta, e de ter passado no vestibular para o curso, foi nessa situação que surgiu um ímpeto que a direcionou para o Jornalismo.

Não tem aqueles cinco minutos de rebeldia?... Que eu acho que o que não tive na vida inteira, tive nesse vestibular que eu passei. E aí eu resolvi não fazer matrícula. Minha mãe ficou hiper-chateada. E aí de repente eu vi lá: Comunicação Social. (...) Quando você começa a estudar, você vê a importância do que é a Comunicação Social. E aí, óbvio, me ajudou também com essa parte de ser mais extrovertida e tal, mas como eu sempre gostei de contar histórias, então, eu acho que casou bem aí. Então eu me apaixonei pelo Jornalismo. (SONY LACERDA. Entrevista cedida à pesquisadora em 16 de outubro de 2020)

Foi a partir de sua formação na universidade e na experiência que teve em redação que Sony se reconheceu como jornalista e se consolidou na profissão, percebendo a sua ligação com a área.

Cláudia carregava a certeza de sua escolha profissional desde a adolescência. **“Desde a adolescência eu já tinha decidido que o que eu queria era ser jornalista.** Eu queria muito trabalhar no rádio”. Ao buscar qualificação profissional no curso de Radialismo da Escola Técnica, ela conseguiu uma vaga de estágio e posteriormente foi contratada pela Cabo Branco FM. “Eu já sabia desde a adolescência o que eu queria. Quando eu comecei a trabalhar, então, eu fiquei deslumbrada e tive certeza absoluta que era isso mesmo”.

Mesmo com a idealização da profissão, podemos perceber que o amor e a dedicação ao Jornalismo mantêm estes/as trabalhadores/as fascinados/as e inebriados/as mesmo após muitos anos de exercício da função. Todas as jornalistas entrevistadas possuem mais de dez anos de profissão e, ainda assim, seguem relatando paixão e amor, mesmo não disfarçando os incômodos gerados, as pressões que são sentidas e a rotina sufocante. Nas falas de nossas entrevistadas facilmente dá para encontrar indícios que comprovam a permanência da chama acesa tal qual é vista nos jovens apaixonados.

“Como dizem que o Jornalismo é uma cacheça, eu já tava viciada nisso”, relata Cláudia sobre a sua vivência no Jornalismo. “Quando meu pai me perguntou por que eu ia fazer Jornalismo, eu disse que acho que não serviria para outra coisa. É isso que eu gosto de fazer e acho que sei fazer. Eu tenho uma relação de afeto pelo Jornalismo em si, mas hoje em dia, de muita frustração pelo cenário que a gente vive”. Mesmo citando todas as dificuldades que são enfrentadas pelos jornalistas durante o exercício de sua profissão, ela não deixa de citar que “a minha relação com o Jornalismo é de muito afeto, de muita fé no Jornalismo,

apesar de tudo isso”. Ela ainda reforça a sua percepção e diz que “para alguém se graduar hoje em Jornalismo, eu acho que tem que ter muito amor realmente pela profissão, porque não é nada fácil. Eu quero crer que a gente vai encontrar um caminho para valorizar mais os jornalistas profissionais, até como fontes confiáveis, para se livrar de fake news, mas hoje nossa classe sofre muito”.

Verônica, mais intensa, expressa que sua relação com o Jornalismo se baseia justamente no amor. “**É um tesão.** É... deixe eu te dizer. Tudo o que eu faço, eu faço com muita intensidade. (...) Então, minha relação com o Jornalismo, primordialmente, é uma relação de amor muito grande”. Ela também relata que a profissão de jornalista fortalece o sentimento de ajudar a melhorar o mundo a partir de sua contribuição. “Eu, de fato me sinto um agente social, uma pessoa que pode melhorar as coisas, pode esclarecer as coisas através do Jornalismo. Então, assim, eu levo muito, muito a sério. A relação é uma relação de amor muito grande. E aí o fato de ter, da vida ter me levado para o Jornalismo Político, me fez desenvolver um feeling muito grande”. A jornalista também faz questão de dizer que a profissão não é feita somente de coisas boas. “Me deu muitos sabores, mas me deu muitos dissabores. Porque, quando a gente começa a conhecer a verdade das coisas, a sentir as armações, a ver um político hoje de um lado, amanhã do outro. É meio doloroso”. Para Verônica, a profissão proporciona a possibilidade de promover mudanças na sociedade.

Sony também se diz completamente apaixonada pelo Jornalismo e relata que a profissão “sequestrou” a sua vida inteira, ocupando as 24 horas disponíveis em seu dia. “**O Jornalismo para mim é tudo**”. Ívyna também reforça que a vocação é um fator determinante para a escolha da profissão de jornalista, além do amor ao ofício.

Eu não acredito que alguém escolha fazer Jornalismo para ganhar dinheiro. Eu acho que, a maioria pelo menos, vai trabalhar com Jornalismo porque gosta e porque vê o Jornalismo como uma **missão**. E eu tenho visto isso cada vez mais presente nisso de cobrir a pandemia porque não é fácil passar o dia acompanhando números e vendo histórias de pessoas que estão morrendo com a doença. (...) A relação com o Jornalismo é muito maior. É de gostar mesmo, é de fazer por amor. O dinheiro é bom porque paga as contas e os boletos chegam, mas não é só isso. (ÍVYNA SOUTO. Entrevista cedida à pesquisadora em 18 de maio de 2020)

Rejane evoca a necessidade de respeito ao Jornalismo pelo profissional e a necessidade de responsabilidade por parte dele.

A minha posição é de respeito e entendo que não apenas contamos, produzimos aquela notícia, mas entendo que nós também construímos realidade a partir do olhar que a gente lança sobre aquela informação. **Falam**

muito em imparcialidade, mas imparcialidade não existe em lugar nenhum, em profissão nenhuma no mundo. A gente pode ouvir diferentes fontes, mas quando a gente conta uma história, a gente dá a nossa visão. (REJANE NEGREIROS. Entrevista cedida à pesquisadora em 18 de maio de 2020)

A reflexão feita por Rejane condiz também com o estereótipo e a visão do Jornalismo como uma missão cujo objetivo principal é cumprir o papel junto à sociedade de informar e manter a fiscalização.

Eu entendo que essa profissão é muito vital para qualquer país que respeita a democracia. Eu entendo também que a informação, o direito e acesso à informação é um direito humano e que, portanto, isso aumenta, sem dúvida a nossa responsabilidade perante a população. Porque se não formos nós a contar as **histórias**, não só a dizer o que está acontecendo, nós viveríamos em um mundo de completa ignorância. Informação, a gente sabe, que é poder. Não é à toa que a imprensa é tratada como o quarto poder. Mas do ponto de vista de nós que estamos no batente, que estamos produzindo o conteúdo jornalístico, eu acho que é de uma responsabilidade absurda que exige muito comprometimento. (REJANE NEGREIROS. Entrevista cedida à pesquisadora em 18 de maio de 2020)

Essa vocação, dedicação e amor expressados pelas jornalistas podem funcionar também como uma forma de desumanizar estas mulheres em detrimento de sua profissão, uma vez que a individualidade de cada uma delas vai sendo suprimida pelo cargo que ocupam e pela função na sociedade, que lhes é sobreposta. Apesar disso, a vaidade e alimento para o ego, além do inegável amor à profissão é o que mantém a dedicação ao Jornalismo, o que proporciona ainda o prazer pelo ofício.

4.4 “Você é um robô, você é uma máquina e precisa absorver tudo” - Rotina no trabalho jornalístico

Tanto o Jornalismo quanto a atuação do jornalista passam por crises intensas no Brasil a partir da reabertura democrática, reposicionamento de papéis e modificações tecnológicas, o que influencia a rotina e modos de produção do jornalista. Estas crises proporcionam, ainda, uma reconfiguração intensa em vários aspectos, principalmente os que são relacionados ao trabalho propriamente dito. Os profissionais da área enfrentam desafios nos aspectos organizacionais, individuais e coletivos, como a maneira de se portar diante de uma informação e qual a melhor forma de repassar para o seu público até a necessidade de se

podar e adequar à empresa com o objetivo de manter o próprio emprego longe de ameaças de demissão. Para enfrentar o novo cenário que está sendo montado no panorama jornalístico, os profissionais tendem a se entregar com mais intensidade ao trabalho, chegando a sacrificar seus horários de descanso e lazer para priorizar a entrega e apuração de informações, exercendo um trabalho que, na maioria das vezes, não é remunerado.

O encolhimento do número de postos de trabalho em redações tradicionais e o aumento da carga horária dos jornalistas – resultado da “crise” dos processos de convergência – vêm acompanhados de uma desregulamentação dos contratos trabalhistas. Os empregos informais, como free-lancers ou os contratos como pessoa jurídica predominam nas redações brasileiras. A substituição de jornalistas veteranos por outros mais jovens é outra prática recorrente. O recém-formado é maleável e se adapta mais facilmente às normas político-editoriais e a salários mais baixos (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011, p. 48).

Poucos são os jornalistas que recebem o pagamento de hora-extra quando ultrapassam seu horário de expediente para continuar servindo ao veículo em que atuam. Pela minha experiência na área, posso relatar que o preciosismo e cuidado com a informação que é transmitida ao público ou ainda um esmero na tentativa para ter sua atuação destacada e posta em evidência são os principais fatores que levam aos excessos de trabalho. A pouca valorização do profissional em seu ambiente de trabalho faz com que ele precise se esforçar em dobro para conseguir chegar ao ponto que deseja na carreira profissional. Por outro lado,

a roupa de Super-Homem não serve mais. O jornalista prefere vestir a fantasia da circunstância, que lhe permite subir na vida profissional ou simplesmente sobreviver diante do desafio das ‘rotinas produtivas infernais’ às quais está submetido dentro de um mercado desconfigurado pelas tecnologias e pela legislação trabalhista (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011, p. 49).

São vários os relatos de acúmulo de empregos, cargos e funções para conseguir complementar a renda no fim do mês, ou até mesmo para aproveitar uma boa maré na carreira. Esse acúmulo também é um dos fatores que proporciona a exaustão relacionada ao trabalho, já que mal sobra tempo para dedicar a outras atividades. Todas as entrevistadas desta pesquisa relataram perceber que existe a necessidade de acumular empregos em algum momento da carreira como jornalista, sendo o motivo mais citado as baixas remunerações oferecidas. Verônica Guerra destaca um ponto importante sobre esta questão quando fala que teve a sorte de conseguir bons salários e não percebia tanta necessidade financeira de complementação de renda. **“Eu digo que é sorte, porque na profissão da gente, realmente, é sorte”**. No entanto, ainda assim, quando aparecia uma oportunidade nova de emprego, além

de aceitar o desafio de um cargo novo, ela costumava aceitar para proporcionar o alcance de uma meta, como uma viagem com seus filhos ou a troca do carro. “Enfim, a gente faz sim, faz e faz. No meu caso, às vezes por necessidade também, sabe? Tipo, eu estava em outro lugar e achava que meu salário não estava dando, e eu estou apertada e tal. Aparecia uma proposta, ou então eu procurava. E aí aparecia e eu pegava”.

Há também o relato de casos em que o acúmulo de funções e empregos chega a tomar todo o seu tempo disponível, restando, apenas o horário de descanso. Cláudia Carvalho diz que chegou a acumular quatro empregos ao mesmo tempo. “Era rádio e TV, que era no mesmo local, eu era colunista da União e tinha o meu site. E, efetivamente, eu trabalhava em todos os quatro. Mas é porque **a remuneração dos jornalistas, ainda que você tenha muito tempo já de estrada, as empresas não pagam tanto assim que você consiga ter um emprego apenas**”. Ela também diz que, mesmo quando a jornalista consegue um trabalho com boa e suficiente remuneração, nem sempre pode se dar ao luxo de escolher um em detrimento de outro. “Tem que pensar também em termos de planejamento, porque às vezes é necessário que você acumule sabendo que um deles não é... Na verdade nenhum deles é certo né, mas algum é mais fugaz do que os outros”.

Rejane Negreiros também relata que já experienciou o acúmulo de empregos, principalmente quando fazia parte do corpo docente de um curso de Jornalismo. “Eu trabalhava os três turnos, às vezes quatro turnos”. Além das aulas, e da preparação do material para lecionar, ela também atuava em rádio e televisão e, posteriormente, foi convidada a ter um blog no Sistema de Comunicação em que trabalhava. “Eu fiz porque eu sou bem *workaholic* mesmo. (...) Então, hoje, graças a Deus vivo com o que eu tenho, não tenho essa necessidade de complementar renda... **Seria até bom ganhar mais. Mas hoje eu priorizo a saúde, mental, meu bem estar físico**”. Ela também enxerga que os profissionais que atuam no Jornalismo são mal remunerados, o que pode influenciar nesta necessidade de acumular empregos, conforme demonstramos através das experiências relatadas. “A nossa profissão exige muito mentalmente e remunera muito mal. Eu tive sorte porque eu tenho dois empregos, tenho a rádio e a TV, os dois no mesmo turno. Então eu concilio bem os dois”.

É tão perceptível a necessidade de acumular mais de um emprego com o objetivo de conseguir complementar a renda que uma das entrevistadas relata ter precisado adequar sua vida e seus costumes. Ívyna relatou que “**a questão de ter dois empregos é importante para a renda**. Como eu estou com um só, eu tive que adaptar as minhas finanças ao valor que eu recebo hoje, de ter um emprego só e um salário. Eu tive que adaptar, enxugar muita coisa,

tanto de rotina, de hábitos que eu tinha antes, hábitos de lazer quanto de consumo. Tive que fazer uma adaptação porque a gente se adapta à renda que a gente tem”.

Por outro lado, há também quem não goste de acumular empregos, mas se adequou à situação também para garantir um conforto financeiro, como é o caso de Sony.

Quando eu comecei, eu ganhava um salário mínimo. E, assim, você como secretária, ganhava 76 reais, na época. Não dava pra nada não. E aí depois passei a ganhar, se eu não me engano, quando eu comecei, o piso era 800 e pouco. Mas eu ficava aperreada porque pensava assim: como é que esse povo consegue ter três, quatro empregos e dar conta. Eu não conseguia, sabe? **Eu não conseguia, apesar de precisar. Então, eu sempre tentei trabalhar com aquilo que eu tinha** (Sony Lacerda. Entrevista cedida à pesquisadora em 16 de outubro de 2020)

Mesmo com a rotina cansativa na redação, ela decidiu dar um gás a mais com o objetivo de comprar seu carro. Por não gostar tanto de trabalhar em mais de um emprego ao mesmo tempo, os cargos mais altos e com melhores remunerações lhe eram mais apazíveis, já que sua dedicação seria mais focada em um objetivo, além de garantir uma compensação financeira. Dentre tantas, esta foi mais uma estratégia desenvolvida, e observada nesta pesquisa, como forma de sobrevivência no meio organizacional do Jornalismo.

As rotinas das mulheres observadas nesta pesquisa são bem cheias e complexas. A precarização das relações de trabalho dos jornalistas, começando pela não obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão e prosseguindo com o fechamento de postos de trabalho, principalmente os que haviam em jornais impressos e, por fim, as mudanças na relação empregatícia a partir da Reforma Trabalhista levaram aqueles profissionais que já estão empregados a buscarem formas de se manter em atividade e, mais do que isso, ser valorizado para não ser preterido e acabar desempregado. Para se tornar um profissional valorizado no Jornalismo paraibano, além de ter contato próximo a boas fontes, também é necessária uma dedicação extrema ao trabalho, além de estar disponível sempre que for preciso, independente de ser ou não o horário especificado em contrato.

Um dos destaques nas conclusões da pesquisa feita por Heloani (2006), foi a deteriorização da qualidade de vida no trabalho que acabou se tornando algo banal, por ser tão comum. Mesmo percebendo a intensificação desta deterioração, a única alternativa para estes trabalhadores é a adaptação da forma como podem, ressaltando que não enxergam saídas saudáveis para a situação, apegando-se ainda à ilusão de que o sofrimento é uma questão temporária.

As práticas organizacionais trouxeram, como efeito colateral danoso, não apenas a corrosão de certos valores básicos, mas, principalmente, a cisão da ideia de qualidade de vida e excelência no trabalho. Assim, a felicidade é sempre postergada, e, em decorrência disso, também o tempo para a família, para os filhos, para o lazer e para o amor. Alguns chegam a alegar que fora do ambiente de trabalho só fazem o imprescindível, faltando tempo para namorar. (HELOANI, 2006, p. 194)

“Eu **passei muito tempo, mais de 15 anos sem almoçar em casa**, sem ter contato com os filhos. Eles arengavam por telefone, eu resolvia por telefone”. Verônica Guerra exemplifica a situação de ter uma rotina sempre cheia, a tal ponto que os afazeres do trabalho com o Jornalismo se sobrepõem aos seus compromissos junto à família. Ela diz ainda que sempre foi muito difícil conseguir dar conta do trabalho e dos filhos ao mesmo tempo, detalhando que vivia em um corre-corre, usando horário de almoço e negociando com os chefes como era possível atender os “chamados surpresas” vindos das crianças, como febres, doenças, reuniões da escola. “Uma vez minha mãe me ligou: ‘Verônica, Pedro está com 41 de febre’. E eu: como? O JPB2 ia pro ar. Faltava tipo, meia hora. Aí eu disse: como? Ela me disse, ‘olhe, não é 40.1 não, é 41’. Aí eu falei com meu chefe, ele disse: espere o jornal ir pro ar. E aí eu esperei o jornal ir pro ar, para sair correndo, para socorrer meu filho. E isso foi a vida toda, esse trabalho”.

Além do horário normal de expediente, as jornalistas não conseguem se desligar de suas atividades nem sequer no fim de semana ou feriados, já que sentem a obrigação de estar sempre à disposição dos seus superiores na empresa. Segundo Verônica, todos os seus chefes a ligavam em qualquer horário que fosse, sem diferenciar os dias de semana e os fins de semana.

É a história de você não conseguir descansar quando está com a família, nem sábado, nem domingo, nem feriado. Não existe isso, **você é um robô, você é uma máquina e precisa absorver tudo**. Então eu me levantava, minha rotina era acordar de manhã, liga o rádio, o velho e bom rádio. Antes de eu me levantar, eu ligava o rádio aqui na cabeceira da minha cama. Eu começava já a olhar a internet. Quando eu me levantava da cama, Camila, por Deus, eu já sabia mais ou menos o que estava acontecendo no mundo. Porque eu já tinha ouvido rádio e porque já tinha visto algumas notícias da internet. (Verônica Guerra. Entrevista cedida à pesquisadora em 10 de agosto de 2020)

O mito do jornalista 24 horas permanece permeando a experiência profissional das jornalistas, que já abrem os olhos após o sono e iniciam suas buscas por informações e vão

repousar no fim do dia pensando já no que poderão usar como pauta na manhã seguinte. Os novos modelos organizacionais adotados pelas empresas de comunicação refletem diretamente no

aumento no número de atribuições dos jornalistas, com a concentração de processos como pesquisa, redação, edição, ilustração, publicação e pós-publicação em um único profissional (Steensen, 2009). E também nas exigências de se produzir um mesmo conteúdo para vários formatos midiáticos (impresso, TV, rádio, on-line), o que exige dos jornalistas o desenvolvimento de novas competências e uma sobrecarga de trabalho (GARCÍA AVILLÉS & CARVAJAL 2008) que dificilmente é remunerada. Situação que as empresas adotam e vendem com orgulho, levando o profissional a assumir o slogan de 'jornalista 24 horas' (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011, p. 47).

A experiência de Sony Lacerda, no jornal impresso, como ela mesma conta, era a de respirar o Jornalismo durante as 24 horas do dia. **“O jornal impresso, as pessoas pensam que não, mas é uma escravidão no sentido que você tem que se dedicar 24 horas.** Porque como o jornal tem 24 horas pra sair, você tem que trabalhar aquela informação 24 horas”. Sua folga do trabalho só seria possível depois da tarde dos sábados, já que precisava aguardar a capa do jornal para autorizar a publicação. Aos domingos também precisava estar disponível a partir das 18 horas para trabalhar na edição do jornal e a jornalista reclama que não conseguia ter uma vida social saudável, já que seus dias de folga eram tomados pelo Jornalismo. “Todo dia tem que esperar a capa do jornal chegar, pra eu olhar, ler, às vezes tinha que corrigir, às vezes eu ia lá, pegava informação, retificava. Liga pra redação, não sei o que, e tal. Para poder você estar sossegado. **E no outro dia começava tudo de novo”**.

Cláudia Carvalho inicia seu dia de trabalho às 5h20 de todas as manhãs e só consegue parar por volta das 20 horas, sem qualquer respiro de descanso ou pausa durante o expediente, sempre em busca da informação.

Acordo às 5h20 e dou uma olhada no WhatsApp, que a gente recebe muita informação hoje pelo WhatsApp. Dou uma olhada, já vejo o que é que pode ser aproveitado ou que não... Já encaminho algumas coisas para a produção. (...) E por volta das 20 horas, 20 horas e 30 minutos, eu tô tentando encerrar. **Se não acontecer nenhuma catástrofe, consigo encerrar**, mas é isso. Começa às 5h20 da manhã e termina às 20h, 20h30, é puxado (Cláudia Carvalho. Entrevista cedida à pesquisadora em 19 de maio de 2020)

Da mesma forma, Ívyna Souto relata que “já venho acompanhando notícia desde que eu acordo, porque eu acordo, já ligo a TV para assistir o Hora 1. Aí quando dá seis horas da manhã, eu ligo o rádio e aí fico ouvindo o jornal da rádio e aí, vez por outra, eu assisto na TV também algum noticiário”. Rejane Negreiros compartilha da mesma condição de imersão nas notícias e busca por informações durante todo o seu dia de trabalho. Ela diz que procura organizar seu tempo para dar conta de tudo, já que acorda cedo e já começa a produzir, acompanhando o noticiário, se informando e formulando pautas para serem desenvolvidas.

Às 8h eu já estou na redação lendo os portais, vendo as últimas notícias, e aí eu começo a pensar no espelho da TV, o que vai servir, o que não vai servir, o que vai ser nota, o que vai ser coluna, de análise, o que não vai ser... A rádio começa 9h15, 9h20. Então mais ou menos 8h30 eu começo a pensar o que vou levar pra rádio. Normalmente eu tenho um assunto que puxa a conversa. Eu comento todos os assuntos. Faço uma pesquisa sobre o que vou falar, escolho os assuntos mais em pauta, aqueles que me dão capacidade de aprofundamento. E fico na rádio com o computador aberto no programa da TV. E aí eu fico passando texto do repórter, montando espelho, escrevendo nota, também as cabeças, às vezes resolvendo pepino. (...)

Agora, nesse processo todo, eu também estou ali no WhatsApp porque **a gente não desliga**, falando com as autoridades que tem que falar, checando as coisas. **E a gente vem pra casa e não descansa**. Aí eu venho pra casa, começo a enviar pautas para a produção. Então eu vou dizer o que eu quero, como a gente vai fazer, que matéria a gente pode fazer. Paro para fazer a coluna da BandNews da tarde, quando eu já não adianto lá na TV, quando não, eu faço em casa (Rejane Negreiros. Entrevista cedida à pesquisadora em 18 de maio de 2020)

Esse excesso de trabalho acaba gerando uma obsessão de, não apenas se manter atualizada sobre os principais fatos, como também de estar sempre alerta e como o ‘faro jornalístico’ apurado para captar com antecedência tudo o que for possível.

Eu vivia muito, em estado permanente de alerta, porque a qualquer momento poderia acontecer alguma coisa. eu tinha que ter uma tirada. Então eu ficava obcecada, assim, sabe? Aconteceu alguma coisa? De vez em quando eu entrava no celular, olhava se tinha fato novo, entrava nos portais nacionais, dava aquela vasculhada, isso várias vezes por dia estando na redação ou não. E isso me gerou uma certa ansiedade. Aquela coisa muito acelerada. Sempre você tá com o pé no acelerador porque, pela demanda, porque era necessário que você estivesse. Então, eu vou te dizer que agora, eu ainda estou, né, dois anos e meio longe da CBN. Eu ainda estou despressurizando (Verônica Guerra. Entrevista cedida à pesquisadora em 10 de agosto de 2020)

Pelas experiências relatadas, o esforço do jornalista em prestar um bom serviço, com doação de seu tempo integral no dia, já que não há remuneração para as 24 horas, nem sempre há retribuição e, por muitas vezes, só é encontrada mais cobrança por parte de seus superiores. Esses excessos e a própria exaustão mental proporcionada pela imersão no universo das informações, treina o cérebro e dificulta o descanso e repouso necessário, já que o cérebro se acostuma ao trabalho intenso.

4.5 “Não preciso mais provar para ninguém que eu entendo do metiê” - jornalistas com carreiras consolidadas e com metas ainda a serem perseguidas

Uma particularidade desta pesquisa que é interessante de ressaltar é o fato de que todas as entrevistadas possuem uma vasta experiência com o Jornalismo, tendo em vista que todas já seguem na profissão há mais de dez anos. A experiência na profissão, os conhecimentos adquiridos, as conquistas alcançadas e a notoriedade de cada uma delas, além do ponto de partida de onde se manifestam profissionalmente fazem com que elas passem a reconhecer os próprios méritos e se enxergar com base em uma boa percepção. As cinco jornalistas entrevistadas avaliam que têm sim uma carreira consolidada no Jornalismo Político paraibano. Elas entendem o significado desta classificação e traçam considerações bastante lúcidas acerca de suas trajetórias e as implicações que proporcionam alguns estereótipos.

Apesar de reconhecer que possui uma carreira consolidada no Jornalismo, Ívyna Sputo ressalta que **“nenhum jornalista hoje tem um espaço demarcado e certo em meios de comunicação, por assim dizer”**, recordando as demissões em massa que não poupam sequer os ‘dinossauros’ da imprensa, com trajetórias ímpares e longevas. Ela ainda destaca que não se vê mudando de profissão, mas que as adaptações são imprescindíveis em qualquer carreira, principalmente a do jornalista, que se depara com novas tecnologias e formas de lidar com os meios de comunicação. **“Não dá pra imaginar que a gente vá fazer rádio, vá fazer TV ou fazer webjornalismo hoje como a gente fazia antigamente porque o público mudou, o leitor mudou, o ouvinte mudou. Então a gente tem que se adaptar e criar novos caminhos, novas formas de tornar atrativo”**.

Rejane, que também crê possuir uma carreira consolidada no Jornalismo, percebe que o compromisso e o respeito que ela mantém com a profissão são os grandes responsáveis pela sua trajetória.

Você não consegue abrir caminhos sem compromisso. Eu estou nessa história há quase 20 anos. Então **acho que a gente vai abrindo caminhos, vai tentando encontrar soluções, construindo relações e a gente também vai construindo história, que pode ser de credibilidade.** Pelo respeito que eu tenho, pela responsabilidade com que eu trabalho, pelo respeito à ética que eu faço questão de sempre ouvir os mais diferentes lados, por mais que eu traga a minha opinião para o Jornalismo Político. (...)

Eu acredito que nesse sentido eu tenha uma carreira consolidada, que é respeitada no sentido de ser um nome lembrado muitas vezes. E eu não teria isso se não fosse a profissão. O Jornalismo me deu muitas coisas. Eu acho que nesse sentido eu consegui sim construir uma carreira consolidada na Paraíba (Rejane Negreiros. Entrevista cedida à pesquisadora em 18 de maio de 2020).

Sony Lacerda também considera o respeito como uma das bases para a sua trajetória no Jornalismo, ressaltando tudo o que já fez e o que pôde repassar e ensinar para os mais jovens, neófitos na profissão, ou demais colegas. Apesar disso, não deixa de dizer que mesmo sendo referência no Jornalismo, não é uma unanimidade entre os colegas de profissão.

Eu acho que a gente trabalha... Quando a gente faz um bom trabalho, a gente se consolida de alguma forma. Então, eu sempre primei pelo respeito às pessoas e que as pessoas também, e buscar o respeito das pessoas. Então, eu acho que hoje, pelo menos dizem por aí, que eu sou uma boa referência. E **eu me considero referência. Claro que ninguém é unanimidade, eu não sou.** Tem pessoas que me odeiam (risos) porque eu sou muito... Eu cobro muito as coisas (Sony Lacerda. Entrevista cedida à pesquisadora em 16 de outubro de 2020).

Já Cláudia Carvalho, que também vê o seu nome como consolidado no cenário do Jornalismo paraibano, explica que a sua capacidade de conhecer e dominar várias das técnicas da profissão a ajudaram a chegar neste estágio. Ela retorna a dizer, ainda, que quem está começando precisa de muito amor e resiliência para a profissão, já que o salário da categoria é bastante insatisfatório.

eu jogo em qualquer posição, o que me botar eu vou. Então acho que isso também me ajudou a manter um nível de empregabilidade. Porque eu nunca fiquei desempregada esse tempo inteiro. Porque eu trabalho no rádio, no jornal, no site, enfim. Acho que tem isso também, o fato de eu ter... **Hoje a gente tem que ser multiplataforma,** mas desde o início eu já procurei fazer isso, sabe? Transitar entre as diversas mídias. Acho que isso me ajudou. Isso aumentou o meu grau de empregabilidade (Cláudia Carvalho. Entrevista cedida à pesquisadora em 19 de maio de 2020).

“Eu me acho naquela fase de que eu não preciso mais provar para ninguém que eu entendo do metiê. Eu acho que, o tanto que eu já rodei nos veículos e tudo o mais, e o que eu já construí...”. Verônica também enxerga claramente o fato de ter um nome consolidado no

Jornalismo, mas percebe a situação como uma faca de dois gumes, uma vez que ao mesmo tempo em que se estabelece a boa sensação de ser tomada como referência na área, a profissional também fica visada a partir da valorização que recebe, inclusive monetária.

“você começa a ficar cara para o mercado. O mercado entende, não é que você está dando seu preço, mas é que as pessoas, as chefias, os donos de veículos de comunicação, que aqui são pouquíssimos, eles começam a achar que você está cara. ‘Ah, não, fulana é cara demais porque já tem uma carreira consolidada’. E você sofre um pouco com isso. **Eu estou nessa fase de sofrer um pouco por isso.** Porque eu já ouvi várias pessoas me dizendo: ‘ah, eu tenho tanta vontade de lhe chamar, mas eu não posso pagar seu salário’. Você nem sugeriu nada, você não sabe nem que salário eu aceitaria. De repente, se o trabalho fosse legal e se o horário não fosse carregado, eu aceitaria até um piso, sei lá. De repente, uma coisa bacana, uma coisa que me arrebatava, eu vou. Porque eu só vou se eu for arrebatada (Verônica Guerra. Entrevista cedida à pesquisadora em 10 de agosto de 2020).

Estabelecidas em suas carreiras, essas mulheres não se permitem estagnar e continuam traçando projetos e metas não somente para si mesmas, mas para o que consideram ser necessário de existir enquanto sociedade, buscando a prestação de um ou mais serviços relevantes. Mesmo com sonhos e metas, outros pontos de suas vidas pessoais não passam despercebidos, já que o ideal para elas é a qualificação profissional através de cursos de pós-graduação e uma merecida ampliação do descanso dos afazeres que possibilite tempo maior para outras prioridades, como a família, os amigos, o lazer e até elas próprias.

“Minha meta profissional é trabalhar menos. Eu gostaria muito. Eu acho que para o jornalista isso é um grande desafio. É você ter um horário e dizer: vou trabalhar de tal hora até tal hora e depois disso eu não vou mais trabalhar. Essa é a minha grande meta”. Para Cláudia, o excesso de trabalho e a rotina sem pausas são grandes fatores para provocar a exaustão da jornalista.

Ívyna Lacerda detalha que tem um projeto de *podcast* que precisa ainda ser colocado em prática. Além disso, sua grande meta no momento é a continuidade de sua vida acadêmica e o ingresso em um mestrado.

Eu não sei ainda, mas acredito que não será na área de Jornalismo. Porque a gente estuda como fazer Jornalismo naturalmente. A gente já se atualiza nisso naturalmente. Eu digo a gente que quer fazer um bom Jornalismo, a gente já procura saber como é que tá, quem são os pensadores. Então, eu acho que fazer mestrado na área não é o que encaixa no que eu gosto como política. (...) Mas não para sair do Jornalismo, acho que para acrescentar mais ao trabalho que eu já faço. Esses dias, semana passada eu tava olhando os programas de mestrado e tal, e o de Jornalismo não tem uma linha

direcionada para a área política. É possível fazer o projeto na área de política mas não tem uma linha direcionada para isso. Aí estou ainda pensando sobre isso, mas provavelmente vou para uma outra linha, que não seja Jornalismo (Ívyna Souto. Entrevista cedida à pesquisadora em 18 de maio de 2020)

Apesar de estar no auge de sua vida produtiva no trabalho, como ela mesma considera, Sony Lacerda não deixa de sonhar já com o descanso da aposentadoria. Ela declara que a sua intenção de se aposentar, na verdade, se refere às redações e suas rotinas tão excessivamente desgastantes. Outra meta é a de lecionar, ensinar Jornalismo para as turmas jovens que ingressam no curso. O único fator que barra a jornalista na realização de seu projeto é a relação com a academia e as suas formalidades, já que ela não avançou nos cursos de pós-graduação que lhe credenciarão para o cargo.

Então, é isso que eu quero. É me dedicar ao blog. O blog pra mim é meu futuro. O blog e produzir conteúdo, tanto pro IGTV, quanto pro blog, enfim. Eu tô começando aí, organizando tudo direitinho, enfim, não quero ser a rainha do Instagram nem do blog, acho que cada um tem seu espaço, enfim, cada um tem seu público, acho que dá pra todo mundo. A única coisa que eu tenho certeza na minha vida que eu sempre vou prezar, é pela qualidade do conteúdo que eu produzo. Só isso que eu quero (Sony Lacerda. Entrevista cedida à pesquisadora em 16 de outubro de 2020)

Rejane Negreiros, por sua vez, afirma com bastante convicção que não quer continuar por muito tempo aparecendo na frente das câmeras. Ela diz que sua imagem precisa descansar do tempo que já esteve presente na televisão.

todo mundo diz que TV tem tempo, né?! **E eu já estou envelhecendo, há muito tempo no vídeo, quase 30 anos de vídeo... Eu não pretendo ficar muito tempo mais na TV fazendo o que eu faço hoje.** Eu tenho a vontade de me tornar, de fato, não uma apresentadora de programa, mas uma comentarista, de uma editoria. (...)

Hoje eu faço mestrado também. Meu mestrado é em Ciência Política, em Relações Internacionais. Eu estou procurando exatamente me inserir nisso, aprender mais disso para que eu seja uma comentarista, analista, com conteúdo. Para que não fique nas análises rasas, partidárias. Eu tenho uma formação acadêmica, tenho uma pegada acadêmica mais forte, então eu gosto de aprofundar os debates, gosto de explicar contextos, gosto de falar de cenário nacional, de fazer acontecimentos internacionais... Sinceramente, eu acho que hoje poucos fazem isso. Porque hoje você tem cientistas políticos fazendo isso. São raros os jornalistas que de fato fazem análise. O meu projeto de vida é esse. Eu tenho muita vontade de... o mercado me absorveu muito. (...)

Eu cheguei ao mercado e deixei de estudar. Mas eu comecei a dar aula de Jornalismo e isso surgiu em mim a vontade de estudar e voltar pra academia.

Eu não queria mais me especializar no Jornalismo. Eu queria migrar para outra área. E já que o Jornalismo Político me absorveu, então eu quero agora também, aprender mais. Para poder trabalhar com mais conteúdo, sabe? Com uma visão mais conceitual mesmo da coisa. Se, porventura, eu permanecer na tela por mais algum tempo, quero muito que seja assim, trazer mais essa experiência que a vivência tem me dado. (...)

Agora a rádio, acredito que eu tenha vida mais longa na rádio. O estilo da BandNews eu gosto e me apetece muito, muito me anima. (Rejane Negreiros. Entrevista cedida à pesquisadora em 18 de maio de 2020)

Já Verônica Guerra conta que faz parte de um projeto que colocou no ar um blog voltado a temas femininos, o M de Marias. Ela ressalta que a equipe busca conteúdos diversificados sobre todos os temas possíveis e dá uma nova perspectiva para as pautas de política, diferente do usual adotado pelos principais meios de comunicação, já que ela prioriza políticas públicas e outros detalhes pertinentes sem haver a necessidade de se apegar ao personalismo dos agentes políticos. Ela também não acredita que deverá continuar no batente, atuando efetivamente no Jornalismo e nas redações.

‘quem é que me obriga a viver... eu já fui jornalista, já trabalhei no Jornalismo, no batente, mais de 20 anos, quem é que disse que eu tenho que terminar no batente?’ Não sei se eu quero terminar no batente. Eu gostaria de ensinar, sem dúvidas, seria meu objetivo. (...) Mas eu tenho vontade de dar aula, muita vontade. E eu quero ter outra coisa. Não sei, eu tenho vontade de ter alguma coisa na área de comunicação, eu penso em ter um café com um local para um sarau poético, para leitura, para apresentações culturais. Eu não sei se vou poder porque não fiz dinheiro como jornalista (risos). Mas é isso. **Eu acho difícil, Camila, eu voltar ao batente mesmo.** (Verônica Guerra. Entrevista cedida à pesquisadora em 10 de agosto de 2020)

Mesmo com a vontade de seguir a carreira acadêmica, Verônica entende que possivelmente não conseguirá, já que não possui títulos de mestrado e doutorado, por exemplo, para concorrer a uma vaga no quadro docente da universidade. Apesar de todo o excesso de trabalho e da rotina esmagada que as jornalistas vivenciam, a sua dedicação ao Jornalismo supera muitos obstáculos e faz com que elas continuem buscando formas de continuar em atividade. Seriam elas quem precisa do Jornalismo ou o Jornalismo é que precisa delas? O fato é que a dedicação destas profissionais prestigia ainda mais as suas trajetórias. Se a aposentadoria coloca um ponto final em uma carreira profissional, a destas jornalistas com uma grande bagagem acumulada em suas trajetórias, parece ainda distante, já que a busca por se aprimorar permanece.

4.6 “Política é como novela, se você não acompanha os capítulos você não vai entender” - A experiência na área e o campo do Jornalismo Político

Todas as jornalistas entrevistadas nesta pesquisa possuem mais de 10 anos de experiência e mantêm com o Jornalismo uma relação de total entrega, às vezes definida como uma “cachaça” que vicia, ou mesmo como a própria vida.

A entrada no Jornalismo aconteceu para quatro das entrevistadas nos últimos anos da graduação, correspondendo a uma cultura empresarial e profissional generalizada por todo o país. Essa prática de se inserir nas atividades profissionais antes de concluir o curso ou mesmo antes de ingressar nos cursos de Jornalismo é comum na carreira, algumas pesquisas (PETRARCA, 2007) demonstram que quase 70% dos profissionais começam a exercer a profissão antes de concluírem seus estudos. O que em geral é valorizado pelos profissionais, já que percebem como uma oportunidade de fazer contatos, conhecer as pessoas e adquirir um conhecimento que julgam não conseguir na universidade. A pesquisa de Fernanda Petrarca realizada em 2007, ainda atual, demonstrou que “a forma mais comum de entrada na profissão e possíveis crescimentos na hierarquia ocorrem através de ‘indicações’ e dos ‘conhecidos’” (op.cit. p.186). Quem não tiver contatos, conhecidos e “sorte” de estar no lugar certo na hora certa vai encontrar o “mercado fechado”. Práticas semelhantes foram relatadas pelas entrevistadas.

Eu tinha dois colegas de universidade, (...), que já trabalhavam como jornalistas, estavam apenas complementando aí para ter realmente a questão do diploma, que passou a ser uma exigência na (empresa). E aí fiquei muito amiga dos dois, e tal. Um belo dia, a gente estava prestes a se formar, e aí (...) me disse assim: “tem uma vaga na (empresa), mas é de assistente administrativo. **Então, uma vez lá dentro, fica mais fácil de você tentar**”. E aí eu disse: “eu topo”. Porque você sabe que, na universidade, a gente aprende, mas... (...) **E eu aprendi isso no dia a dia com esses meninos**, mesmo sendo secretária. (...) E eu digo: bom, **eu tô aqui pra aprender**. Não ‘tô’ perdendo nada. Eu não tenho menino, não tenho marido, não tenho ninguém pra me preocupar. Eu só tinha 22 anos quando eu comecei, então eu disse: eu vou me jogar aqui! (Sony Lacerda. Entrevista cedida à pesquisadora em 16 de outubro de 2020)

O meu primeiro contato, eu não era jornalista ainda. (...) eu era locutora, não redigia aquilo ali. Mas aí aconteceu de alguém, um redator, tirar férias e aí, eu já estava na faculdade, e aí eu fui tirar as férias dessa pessoa que redigia as notícias. Meu primeiro contato foi esse. Redigindo as notas para o (...) que eu também apresentava. Comecei em 97 ou 98, não tenho muita certeza. (Cláudia Entrevista cedida à pesquisadora em 19 de maio de 2020)

Eu estava fazendo o curso de Jornalismo e eu escrevia para uma revista do (...). Não era toda semana, era quando a edição saía. Mas eu sempre escrevia (Verônica. Entrevista cedida à pesquisadora em 10 de agosto de 2020).

Apesar da busca constante por qualificação e atualização, dos inúmeros cursos realizados pela categoria sacrificando horas de lazer e descanso, os critérios de recrutamento, admissão e progressão na carreira depende de outros critérios que não os acadêmicos, sobretudo de uma “rede consistente de relações sociais e contatos que permitem entrar e manter-se no meio jornalístico” (PETRARCA, 2007, p. 187).

Ao relatarem sua entrada no Jornalismo, nenhuma fala de um desejo explícito de atuar no Jornalismo Político, para elas a oportunidade surgiu como decorrência de sua atuação em campos mais difusos, como cidade, cultura ou geral. Apenas Sony Lacerda relata o gosto e envolvimento com o debate político antes de atuar na editoria, um gosto nascido ainda na infância. A janela da casa dos pais, na rua principal de uma cidade do interior do estado, lhe permitiu assistir a movimentação política local de palanque e desenvolver o gosto pelo assunto.

Os comícios sempre aconteciam lá. Então, a minha janela ficava de frente. E aí eu lembro que minha mãe ia dormir, meu irmão ia dormir e eu lá sentada na janela ouvindo os caqueados. Que era a melhor parte, os comícios e tal (Sony Lacerda. Entrevista cedida à pesquisadora em 16 de outubro de 2020)

Bourdieu (1998, p.189), em *A ilusão biográfica*, nos alerta para o fato de que os relatos de vida, como os tomados nesta pesquisa, são sempre influenciados pelas circunstâncias do presente, o que dá sentido aos eventos do presente e do passado. As lembranças de Sony Lacerda a respeito dos comícios vividos na infância são apresentadas como justificativa para seu gosto e inserção no campo do Jornalismo Político. Para Bourdieu (op.cit), essa estratégia que estabelece conexão entre passado e presente busca dar sentido à trajetória vivida por qualquer indivíduo e isso não precisa ser a “realidade”, a “verdade” para explicar gostos, atitudes, desejos, mas são conexões importantes para o sujeito da fala que busca explicar e se entender neste processo de se contar.

Todos os relatos, no entanto, inclusive o de Sony Lacerda, contam dos desafios representados pela entrada no Jornalismo Político. As entrevistadas, que ressaltam não terem escolhido trabalhar neste campo, relatam as circunstâncias que as fizeram atuar no espaço. Todas elas ao iniciarem as atividades na editoria de política perceberam-se diante de um

desafio. Para as jornalistas essa editoria exige maior preparação que as demais. Cláudia Carvalho contou que no início teve muita dificuldade. Para ela,

política é como novela. Se você não acompanha os capítulos você não vai entender porque é que está acontecendo determinada coisa. Você se perde. Por obrigação eu comecei a prestar atenção e perguntar às pessoas quem era fulano no jogo do bicho, e juntar para entender o cenário. Porque, por exemplo, você vai pra editoria policial, você pode cobrir sem saber de nada sobre crime nenhum. Você consegue redigir uma notícia inteligível. Mas na política, não é tão simples assim. Às vezes você precisa saber o que aconteceu antes, quais as implicações que os atores têm naquele cenário, porque senão, nem você entende o que você está dizendo (Cláudia Carvalho. Entrevista cedida à pesquisadora em 19 de maio de 2020).

Para Cláudia Carvalho esse diferencial que exige mais preparação e experiência do jornalista é também uma oportunidade “porque eu precisava entender para poder trabalhar. E, depois, eu vi que não tinha muita gente que fizesse trabalhos com política. As oportunidades foram aparecendo a partir daí”. A atuação da jornalista ficou marcada pela editoria e as oportunidades de trabalho acabaram se concentrando neste tema. “Como eu já estava trabalhando nessa área, foram surgindo outras oportunidades e, enfim, nunca mais deixei.”

Ívyna teve durante pouco mais de um mês uma experiência com assessoria parlamentar, mas para ela foi num programa de rádio que, de fato, se aproximou do Jornalismo Político. Ela também relata as exigências da editoria de política que a torna um local de atuação mais qualificada. A jornalista que cursou algumas disciplinas de Direito antes de definir que o Jornalismo seria seu campo de atuação, teve que “voltar às leituras que fazia no curso de Direito, de Ciência Política, o que estudava em relação à formação do Estado, divisão de poderes, etc.”. Para Ívyna, o embasamento teórico permite que se perceba a disparidade entre o modo como “a política deveria ser, como foi pensada e como ela é feita na prática (...) é uma das coisas que eu mais gosto de fazer são essas análises”. Somada à fundamentação teórica, a jornalista assegura que é apenas com o tempo que se adquire “maturidade para fazer análise política”.

Naquele primeiro momento, trabalhando no (...), eu não tinha essa maturidade ainda, mas com o tempo... já são dez anos trabalhando mais com política do que com outras editorias. Então, hoje eu já posso dizer que tenho maturidade para fazer uma análise de um discurso, de posturas políticas também. Mas leva realmente tempo (Ívyna Souto. Entrevista cedida à pesquisadora em 18 de maio de 2020)

Embora estar preparado devesse ser uma exigência de todas as editorias, Ívyna diz que é preciso, quando se trata de política, “mais cuidado para fazer as análises porque está

mexendo com mais ego do que as outras editorias”. Para a jornalista “a política se diferencia de outras editorias porque gera uma comoção muito maior. E, hoje em dia principalmente. É um negócio que a gente não via há dez anos esse tipo de situação tão polarizada como a gente tem hoje e tão violenta também”.

Com experiência em esporte e cultura, Rejane Negreiros considerou que para fazer Jornalismo Político tivesse que se podar, mas conta que fez um texto mais criativo e “acabou que gostaram”. Quando relata seu aprendizado no Jornalismo Político, ela referencia o jornalista Sílvio Osias dizendo que devia muito do que era profissionalmente a ele que, na ocasião, era seu chefe de redação. “Ele sempre fazia questão de passar os textos e eu sempre fazia questão que ele passasse. Porque ele era duro. ‘Tem que ser assim, corte isso’. Mas ele era um duro que tinha preocupação de fazer você crescer”.

Sílvio Osias não foi o único lembrado como um/a jornalista inspirador/a, instrutor/a no campo da editoria de política, também aparecem Arimatea Souza, Adelson Barbosa, Fernando Rodrigues, Clilson Júnior e as jornalistas Lena Guimarães, Danielle Uebra e Nelma Figueiredo, mostrando que nesta seara também existem, há alguns anos, referências femininas.

No início de sua atuação em política, Rejane Negreiros, ainda insegura, dizia: “**eu engano bem pra caramba** - porque eu não entendia nada. As pessoas diziam: ‘ah, eu aprendo política, porque você explica’. E eu dizia: ‘**meu Deus, eu não sei de nada, então eu tô enganando**’”. Esse sentimento, de ser uma fraude, tem sido estudado desde os anos 2000, no contexto universitário. O principal foco destes estudos, conhecido como fenômeno impostor (FI), está no comportamento de docentes e discentes relacionado ao rendimento acadêmico e a autopercepção dos indivíduos sobre o sucesso ou fracasso escolar. O “FI é utilizado para definir pessoas inseguras em relação à sua competência, visto que essas tendem a atribuir seu sucesso à sorte ou a outras variáveis aquém das suas habilidades” (MEURER; COSTA, 2020, p. 349). Rafa Brites (2020), em seu livro recém lançado, Síndrome da Impostora: por que nunca nos achamos boas o suficiente?, sugere que este fenômeno é mais comum em mulheres, habituadas a serem tratadas como menos capazes, internalizam essa concepção e duvidam das próprias capacidades.

Rejane Negreiros superou essa crença de ser uma ‘impostora’, “de tanto fazer, a gente vai mesmo aprendendo, se familiarizando com os termos, né?”. Seu pertencimento ao campo do Jornalismo Político se fortaleceu quando a editora regional da maior TV da cidade lhe comunicou que iria criar um quadro de política no jornal matinal da emissora e queria que ela

coordenasse o quadro. “Isso era só um bloco, depois foi crescendo, crescendo e daí a pouco política estava em todos os blocos”. A experiência da jornalista na editoria de política foi consolidada quando atuou na TV Bandeirantes local para chefiar e apresentar o Primeiro Plano, jornal de conteúdo político e como comentarista de política na rádio Band News FM Manaíra.

E aí não teve mais jeito. **Eu tive que parar, estudar e foi um desafio! Porque tinha que fazer análise política**. Eu disse: ‘meu Deus’!. Eu estava falando pra telespectadores, para entendedores, então, isso me forçou a estudar muito. Eu comecei a estudar de tudo um pouco. **Além de Jornalismo, comecei a estudar Direito também para entender o que era a Constituição, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Constitucional, o que é improbidade. Então, esse processo de amadurecimento foi acontecendo gradativamente** (Rejane Negreiros. Entrevista cedida à pesquisadora em 18 de maio de 2020).

Verônica Guerra, ainda estava fazendo a graduação quando começou a escrever numa revista e “**aqui e acolá eu me pegava dando opinião**”. Eram assuntos políticos e “para você entender daquele assunto, que não era um assunto do dia a dia, você tinha que se inteirar um pouco da conjuntura, do cenário”. Foi assim que Verônica conta o modo que se deu sua entrada no Jornalismo Político. Depois desta experiência, a jornalista começou a atuar na TV afiliada da Globo, na cidade, mas na avaliação dela esta emissora “**blindava muito as questões políticas**”, não permitindo o desenvolvimento da editoria. Tendo trabalhado muito tempo nesta empresa Verônica se afastou do Jornalismo Político até sua próxima experiência, em outra empresa. No novo emprego, Verônica participou de uma equipe formada por “**sete mulheres, sete jornalistas. Menina, a gente pintou o sete! Foi aí que eu realmente tive contato com política. Porque a minha editora chefe era Nelma Figueiredo**”⁸. E Nelma sempre manjou muito de política”. Foi Nelma quem convidou Verônica para ser editora adjunta na TV O Norte, ocasião na qual Verônica diz ter tido, de fato, contato com a editoria de política.

Eu comecei a entender o mundo político. (...) Era uma TV menor, com muito menos audiência, mas que você podia fazer muito mais esse tipo de Jornalismo. Então eu comecei aí a fazer um pouco de política. (...). Meu primeiro contato com o Jornalismo Político foi na TV O Norte. Outra coisa, a gente circulava muito. Nelma circulava muito e eu circulava muito com ela. Para eventos, por exemplo, eleições... Quando ninguém fazia. Hoje todo mundo faz telejornal do TRE. Nós fomos pioneiras. Montamos um estúdio lá

⁸ A jornalista Nelma Figueiredo, com 30 anos de experiência em vários veículos de comunicação na Paraíba, faleceu aos 53 anos em março de 2018.

e fizemos (Verônica Guerra. Entrevista cedida à pesquisadora em 10 de agosto de 2020)

Apesar da importância atribuída a esta experiência inaugural no Jornalismo Político, Verônica considera que sua “escola no Jornalismo Político” aconteceu quando Adelson Barbosa⁹ lhe convidou para trabalhar na Rádio Correio da Paraíba, da qual a jornalista tinha ressalvas quanto ao estilo, pois “achava político demais, politiqueiro demais”, mas depois se apaixonou. “Amei o que eu estava fazendo, fui muito feliz lá porque eu tive muita liberdade (...). Então, eu fui apresentada de fato ao Jornalismo Político no Correio da Paraíba”.

Apesar de Sony Lacerda sempre ter gostado de política, sua chegada neste campo no Jornalismo aconteceu em 2006 quando a editora de política do jornal onde trabalhava se afastou do cargo para fazer a campanha de um candidato paraibano ao Senado e ela foi quase que intimada a assumir o cargo. Sony conta que se perguntou: “e agora? Faço o que da minha vida? Eu nunca disse não, certo? Eu costumo dizer sim aos desafios. Eu sou assim, mãe diz que eu não tenho um pinga de juízo, mas eu vou em frente, porque acho que a gente precisa, na vida, arriscar algumas coisas”.

Diante do compromisso, Sony Lacerda decidiu estudar e se preparar para o desafio. Pegou, com a editora que estava se afastando, “todas as páginas do jornal. Então ela tinha uns cadernões. Eram dessa grossura. Peguei todos de um ano. (...) e comecei. De janeiro até dezembro”. Convidou um colega para ser editor adjunto com ela e passou um ano como interina. Depois desta experiência, Sony considera que começou “realmente a acompanhar a política de dentro”. Quando foi demitida, depois de oito anos e meio, sua antiga editora chefe, que havia assumido a Secretaria de Comunicação do Estado, lhe convidou para ser repórter especial do Governo. Sony considera que isso deu um “*up*” na vida profissional, pois a “melhor coisa para quem trabalha com política, é você ver os dois lados”. Nesta ocasião, ela conta que conheceu a Paraíba inteira. “Eu conheci os 223 municípios da Paraíba, eu conhecia cabo eleitoral e prefeito do interior”. O mercado de trabalho no Jornalismo na Paraíba é restrito, sendo comum a circulação dos repórteres entre as poucas empresas. Após esse tempo no Governo do Estado, Sony retorna ao Sistema Correio, para a editoria de política. “Voltei para o Correio numa outra condição. Saí uma menina, amadureci, cresci, aprendi mais e voltei, acho que voltei em 2011, janeiro de 2011”. Em 2012 assumiu a coordenação de política do Sistema inteiro. E ficou até abril de 2020, quando o jornal fechou.

⁹ Referência no Jornalismo Político de João Pessoa com larga experiência em vários veículos. Faleceu em 2020.

4.7 “Eu saía de noite da minha casa, deixava meus filhos pequenos” - Além do trabalho jornalístico, a vida familiar e doméstica

Entre nossas entrevistadas, três mulheres são solteiras e não têm filhos, as duas são casadas e tiveram filhos, que já são adolescentes, durante o exercício da profissão. Apesar deste trabalho não ter caráter quantitativo, neste aspecto, ele está em harmonia com levantamentos de âmbito nacional. A pesquisa “Mulheres no Jornalismo Brasileiro” (ABRAJI, GÊNERO E NÚMERO, 2017), de abrangência nacional, mostra que apenas 36,1% das mulheres no Jornalismo no país são casadas.

Segundo os dados da pesquisa de Mick e Lima (2013), 59% dos jornalistas brasileiros são jovens de até 30 anos, nesta faixa etária as mulheres são mais de 69% da categoria (p. 33). Os dados indicam que em faixa com maior idade esse percentual de mulheres diminui consideravelmente. Na pesquisa realizada pela Abraji e Gênero e Número (2017), as mulheres pesquisadas com menos de 35 correspondiam a 72,3% do universo. 21% tinham entre 35 e 44 anos e apenas 6,3% tinham mais de 45 anos de idade.

Destes dados pode-se inferir que muitas mulheres abandonam a profissão por não conseguirem conciliar os afazeres domésticos, que se avolumam com o casamento e o nascimento de filhos, com a profissão, que como vimos não tem uma rotina de trabalho leve. Embora este fenômeno de abandono da profissão seja recorrente no Jornalismo independente da idade. A pesquisa de Mick e Lima (op. cit.) mostra que os profissionais entre 31 e 40 anos eram 21,9% da categoria. A partir daí os números decrescem significativamente a cada faixa: 11,1% entre 41 e 50 anos; 7,6% entre 51 e 64 anos e apenas 0,4 acima de 64 anos. Os dados da referida pesquisa não cruzam as informações idade e sexo. A juvenização da categoria é resultado, segundo Mick e Lima (op. cit.),

do crescimento acelerado na oferta de vagas e cursos superiores de Jornalismo. Parcela expressiva dos estudantes se engaja desde cedo na vida profissional, como estagiários em em funções de baixa remuneração, com ou sem carteira assinada: esta é a principal dinâmica de acesso ao mercado de trabalho. (p.33)

As entrevistadas solteiras, sem filhos, não relatam sobrecarga em função das obrigações domésticas. As casadas tiveram que lidar com insatisfações do marido em função das exigências profissionais, apesar de relatarem compartilhamento nas funções domésticas. “Eu saía de noite da minha casa, deixava meus filhos pequenos com meu marido, que, às

vezes, ia para casa sozinho, puto! porque eu ia para a redação” (VERONICA GUERRA, 2020).

Embora saibamos que a participação dos homens no serviço doméstico vem crescendo, em geral, o tempo dedicado a esta tarefa é quase a metade do tempo dedicado pelas mulheres à execução das tarefas do lar¹⁰ e, em geral, compreendido por homens e mulheres como uma ajuda. “Meu marido me ajuda, lava louça, faz uma coisa ou outra na cozinha, às vezes passa aspirador aqui em casa, me ajuda. Não é uma divisão do trabalho, mas ele me ajuda bastante” (REJANE NEGREIROS, 2020).

O esposo e companheiros participam muito pouco das atividades domésticas, o que evidencia indícios flagrantes da naturalização e da divisão sexual de papéis, existindo algo relacionado, acima de tudo, com a imagem de que as mulheres ainda são os principais agentes da criação dos filhos e das tarefas domésticas (CRUZ, 2012, p. 170).

Não temos dúvida que os afazeres domésticos e de cuidado para com crianças, enfermos e idosos ainda são prioritariamente responsabilidades femininas, com as quais as mulheres acumulam o trabalho fora do lar, constituindo o que se convencionou chamar dupla ou tripla jornada de trabalho da mulher. Esta sobrecarga sempre significa um grande desgaste emocional e físico para atender a demandas de duas esferas tão distintas que impõem mais obstáculos ao acesso e permanência das mulheres no mercado de trabalho, bem como a sua ascensão profissional e consolidação da carreira.

A mulher jornalista na contemporaneidade está dividida entre os afazeres da profissão e a vida doméstica, ao tradicional e ao novo, ao público e ao privado. São as características da “terceira mulher”, expressão cunhada por Lipovetsky (2000), usada para definir a mulher contemporânea, que “precisa” corresponder a todas as expectativas nos âmbitos familiar e profissional (SANTOS; MATEOS. 2019, p. 132).

Esse excesso de trabalho quando num ambiente de mudanças tecnológicas permanentes -, que obriga constantes atualizações técnicas dos profissionais; de pressão; de prazos curtíssimos, e outras características do fazer jornalístico da atualidade resultam inevitavelmente em estresse, com fortes reflexos na saúde física (não é à toa os relatos de adoecimentos já vistos) e mental, além de planos de mudança e ou abandono da carreira.

¹⁰ Em pesquisa divulgada pelo IBGE as mulheres dedicam, em média, 21 horas por semana aos cuidados da casa, quase o dobro do tempo dos homens. Informação disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/26/participacao-dos-homens-nas-tarefas-domesticas-crece-u-diz-ibge.ghtml> Acesso em jan de 2020.

4.8 “Os jornalistas, eles são muito competitivos” - A relação com os colegas de redação

A pressão do fazer jornalístico é naturalizada, tida como própria do campo, já que é uma atividade que trabalha com prazos sempre muito curtos, ainda que a pressão por “furos” tenha diminuído com o Jornalismo Digital, ela não desapareceu, afinal ninguém quer ler “notícia velha”, um contrassenso já que se é velho não é notícia. Essa permanente necessidade pelo novo resulta numa constante disputa entre as diversas empresas e mesmo entre os/as profissionais da mesma empresa. “Eu acho que essa história de concorrência existe, mas já foi mais forte. A gente vive num cenário onde a informação circula tão rápido que não existe mais o que a gente chamava de furo. O furo é uma coisa extraordinária, raríssima hoje em dia” (Rejane Negreiros, 2020)

Como diz Cláudia Carvalho, **os jornalistas, eles são muito competitivos**”. Esse, além de outros fatores, de toda ordem, inclusive subjetivas, transformam as relações pessoais nas redações bastante seletivas, posto que é um campo onde as ideias e ideologias de cada componente estão sempre às vistas a partir das pautas, focos, fontes que cada profissional elege para suas publicações. A disputa por “furos” ou mesmo por espaço pode ser desleal Verônica Guerra conta um episódio destes:

Um colega meu, um colega de bancada que eu não vou citar o nome, distribuiu umas fotos minhas... Há muitos anos atrás, quando Lula ainda era presidente da República e, já saindo da presidência, ele veio fazer uma visita ao túnel da Transposição, o túnel Cuncas I, que fica lá em São José de Piranhas. E eu fui. Eu era editora do Correio. Eu fui como repórter. E eu consegui uma entrevista com Lula. Estava todo mundo lá, imprensa toda, imprensa nacional, Folha de São Paulo e tudo mais. Mas eu consegui primeiro uma entrevista, tem isso registrado em fotos. E, os anos passaram e esse colega de bancada pegou minhas fotos com Lula (...) e distribuiu para Pernambuco, Alagoas e Bahia... quase eu fui execrada, massacrada. Eu já tinha pedido demissão. Eu não pedi demissão por causa disso. Mas **ele foi de uma maldade absurda comigo**. Nada aconteceu a ele. (Verônica Guerra. Entrevista cedida à pesquisadora em 10 de agosto de 2020)

Cláudia Carvalho considera que “na área política é muito comum você querer cativar mais fontes para você ter mais notícias exclusivas, para você ter mais furo. (...) Acho que há, nesse sentido, uma competição saudável de você estabelecer vínculos fortes, de confiança”. Também para Sony Lacerda, a concorrência “é saudável, ela precisa existir, mas **você também não pode querer o dano do outro**, prejudicando até a informação” e, na opinião da jornalista, é possível manter o clima de cooperação apesar da concorrência, de outra forma “a gente não consegue ter nenhuma relação”, diz a jornalista. Rejane Medeiros também pontua a

importância da cooperação: “Acho que tem que entender que aqui **somos colegas dentro de uma profissão que é muito difícil**. E, se a gente não se ajudar, quem vai ajudar a gente? Então, acho que a gente tem que construir pontes”. Ívyna Souto corrobora com esta percepção: “Se a gente for olhar para o colega como concorrente, meu Deus do céu! ... A gente não consegue ter nenhuma relação, porque **a gente acaba ficando mais amigo de jornalista**, pela convivência do dia a dia mesmo”.

4.9 “Foi uma questão de subestimar a minha capacidade” - Ser mulher no Jornalismo, ser trabalhadora

As situações de constrangimento, pressão, “passadas de perna” como a que Verônica Guerra relatou acima, nem sempre são percebidas, ou podem ser consideradas como tendo ocorrido em função do gênero das profissionais, mas nos resta sempre questionar se teriam ocorrido caso não fossem mulheres. Afinal, não apenas no Jornalismo, mas espalhadas por toda a sociedade não faltam casos explícitos e implícitos de discriminação contra as mulheres.

Embora a maioria dos casos seja protagonizada por homens, as mulheres também discriminam outras mulheres, já que receberam a mesma formação que os homens e naturalizaram o aprendizado destas diferenças que

foram organizadas de forma hierárquica, ou seja, as qualidades atribuídas ao gênero masculino foram valorizadas em detrimento das qualidades tidas como femininas, as mulheres foram percebidas como sujeitos com menos capacidades e com menos direitos, podendo ser tuteladas e subjugadas pelos homens, da mesma forma tudo o que foi atribuído ao universo feminino é tido como menos importante que o atribuído ao masculino (RABAY; SILVA. 2018, p. 202)

Cláudia Carvalho relatou diversas experiências, mas uma lhe chamou atenção porque, além de ter sido, para ela, um dos mais grosseiros, “**foi com uma mulher**”.

Ela era entrevistada num programa que eu estava apresentando com meu colega homem. Naquele dia ele não estava no estúdio. Eu notei que ela estava desconfortável porque ele não estava e perguntei: ‘a senhora prefere voltar quando o colega estiver?’. Ela ficou naquela situação, constrangida, mas eu notando que ela queria, disse: ‘não tem problema. (...) Mas achei que foi muito... **Foi uma questão assim de subestimar realmente a minha capacidade**. E é uma mulher que hoje defende os direitos das mulheres, empoderamento, e não sei o que, mas na prática a gente vai ver que o

discurso é uma coisa e a prática é outra (CLAUDIA CARVALHO. Entrevista cedida à pesquisadora em 19 de maio de 2020)

A experiência de Cláudia Carvalho faz ela considerar que “as fontes têm mais isso”, de discriminar as mulheres, e relata que uma vez, trabalhando no rádio, em um programa político, “um determinado político chegou para dar entrevista, estávamos eu e mais dois apresentadores. Ele cumprimentou apenas os dois. E eu, foi como se eu fosse, sei lá... a atendente que estava ali. Mas mesmo assim, por educação, ele teria que ter cumprimentado”. A jornalista relata que estes episódios eram “um tanto comum. Quando chegava o entrevistado, ele se dirigia aos entrevistadores homens. Como se eu estivesse ali e não fosse para dar opinião, fosse menor”.

Às vezes, de tanto acontecer, as próprias mulheres não recordam de imediato as situações de discriminação. Ívyna Souto começa a responder esta questão dizendo que não tinha sofrido nenhum episódio desrespeitoso por parte das fontes, mas logo em seguida, ela conta que “trabalhando com homem, o homem tem nome e eu sou a menina”. Sem dúvida esta é uma forma de infantilizar, invisibilizar, não dar crédito a profissional. E é uma das formas mais comuns pelas quais o preconceito no campo profissional se manifesta.

Quando é um homem, é tão natural buscar o nome do homem, por isso que eu digo que não é algo ofensivo. **Mas quando é mulher: ‘ah, a menina, a moça’**; fica tão impessoal Eu não me sinto ofendida, porque eu sei que a pessoa não tem a má intenção. Mas eu sei que é uma **forma do machismo estrutural presente**. Por que com o homem a pessoa vai lá e sabe o nome? Por que não ter o mesmo esforço quando é uma mulher? Então assim, eu presto atenção nisso. (ÍVYNA SOUTO. Entrevista cedida à pesquisadora em 19 de maio de 2020)

Rejane Negreiros quando perguntada sobre situações de preconceito, se refere ao início da carreira, mas de imediato também percebe que não estava tão distante. “No início, bem no início. Não!, nem tão início assim. Eu já estava na Correio”. De um modo geral, é comum se atribuir situações de discriminação à própria vítima, sempre buscando justificativa em seu comportamento, de forma que se “explica” as situações como decorrentes de uma roupa ou comportamento inadequado, da falta de experiência, e as mulheres buscam distância destas prerrogativas e acreditam que dependem de sua atitude não ser importunada. Rejane Negreiros acredita que a mulher “precisa se impor muitas vezes. E eu aprendi a me impor na labuta diária mesmo”.

Tudo é uma questão de comportamento, claro! Óbvio que você não vai com uma minissaia para a Assembleia Legislativa, né. Que é formada por homens. **Acho que é uma questão de postura**. Eu não tô condenando aqui

nem... Isso com o tempo as mulheres foram aprendendo (SONY LACERDA. Entrevista cedida à pesquisadora em 16 de outubro de 2020).

Sony Lacerda considera que quando a mulher ocupa um cargo de chefia o preconceito é mais sentido. Sobre ter sido discriminada, ela diz que não sentiu “diretamente por ser mulher”, mas pelo fato de ocupar cargos de comando “nessa posição, eu já senti sim. De políticos. Várias vezes. De deputados. Várias vezes. Entendeu? É comum”. Ou seja, quanto mais alto o cargo, mais explícita fica a desconfiança quanto a competência da mulher.

4.10 “Meu chefe uma vez me agarrou” – O assédio sexual na prática do Jornalismo

As discriminações de gênero contra a mulher acontecem de várias formas no ambiente do Jornalismo e são perpetradas por diversificados agentes: chefes, colegas, fontes e até mesmo por parte da audiência e receptores. No entanto, o tema que mais foi mencionado e comentado pelas participantes dos grupos focais da pesquisa da Abraj e Gênero e Número (2017) foi o assédio sexual. Nesta pesquisa, também as entrevistadas relataram diversos episódios, originadas de fontes, ouvintes/receptoras, colegas e chefes.

Sofri. Um determinado agente político mandou um recado através de um colega **perguntando se eu não queria dar uma volta de avião com ele**. Eu não tinha nenhuma proximidade com essa criatura. Enfim... Mas eu acho que é muito raro. Que eu me lembre, teve essa vez. Enfim, foi menos constrangedor porque a abordagem não partiu dele. Assim, ele mandou o recado através de outra pessoa. Foi menos constrangedor, mas ainda foi bem embaraçoso. O poder né... Porque ah, o avião, não sei o que. Que nojento! (CLÁUDIA CARVALHO. Entrevista cedida à pesquisadora em 19 de maio de 2020)

A situação do assédio sexual é considerada “muito embaraçosa”, nem sempre o assédio é evidente, pode passar por “mal entendido” da “brincadeira” e as mulheres muitas vezes não sabem o que fazer, nem a quem recorrer. Rejane Negreiros compreende que isso faz parte do “o machismo estrutural que a gente vive coloca as coisas no campo das brincadeiras. ‘Ah, foi brincadeira’, ‘ah, é uma gracinha’. Não, não é! Me respeite! Sabe? **Respeito é bom e eu gosto**”.

Ívyna Souto conta que já viu colegas serem assediadas por outros colegas de trabalho. “E é complicado, sabe? Porque muitas vezes a pessoa fica sem saber o que fazer na hora. E, **para muitos homens que fazem esse tipo de coisa, à medida que a mulher não xinga, não grita, ela está permitindo**. E aí vai criando uma situação mais complicada”. A jornalista se felicita por não ter enfrentado essa situação com colegas de trabalho, depois lembra de uma

situação que resultou em assédio por parte dos ouvintes da rádio onde trabalhava. Ela conta que por causa de um problema técnico com o telefone da empresa passou o número pessoal do WhatsApp no ar para os ouvintes poderem entrar em contato. Os ouvintes, além de assediarem de diversas formas, pediam fotos e insistiram por um tempo considerável. Outras situações que a jornalista lembrou durante a entrevista, ela ressaltou que não podia contar, mas disse que tinha a ver com discriminação de gênero, e de idade.

Porque, na comunicação, a questão de vaidade... Tem muito disso. Os homens vão ficando mais velhos e eles acham que estão certos em tudo. Então, se vem alguém para dizer: ‘Não, você está equivocado nisso aqui, e é uma mulher, e é jovem, então eu acabo não sabendo se é mais por gênero ou se é mais por idade. A pessoa responde: ‘eu estou nessa profissão há 30 anos’. Certo, meu filho, então você está há 30 anos fazendo errado..... Então, ninguém está isento de errar (ÍYNA SOUTO. Entrevista cedida à pesquisadora em 18 de maio de 2020).

O processo de esquecer e lembrar é seletivo, frequentemente precisa ser provocado, pois nem sempre é conveniente lembrar e falar. Neste ponto da entrevista, considerado um dos mais sensíveis e mesmo um tabu, todas as entrevistadas deram uma pausa para responder a questão do assédio, ponderar para responder e claramente ocultar nomes e situações.

Ah, lembrei de uma coisa. Meu Deus! Não posso dizer o nome da pessoa. Eu fui fazer a cobertura de um evento. Desses eventos assim mais institucionais. Tem um cidadão que é da imprensa, eu nunca trabalhei com ele, chegou ao meu lado, conversando, muito simpático e tal. E aí ele fez: ‘**você já tem dono?**’ Eu fiquei tipo: É uma cantada? Eu tenho dono? Eu disse: ‘não moço, tenho dono não, (...)’. Aproveitei que ele ficou desconcertado, saí de perto para não ser grosseira. Porque o natural, num momento como esses, era a pessoa, sabe? Reclamar logo. E seria natural para mim também. Mas, enfim, saí de perto. (ÍYNA SOUTO. Entrevista cedida à pesquisadora em 18 de maio de 2020)

“Vááááááááárias vezes. Vááááááááárias vezes. Várias vezes!”. É com ênfase que Verônica Guerra conta dos inúmeros convites para sair, jantar. Das vezes que o assédio vem disfarçado de perguntas sobre como mantém a forma, o que toma para se conservar jovem. “Olhe... Várias vezes. Já fui agarrada. Quando eu era assessora de imprensa na (...), o meu chefe uma vez me agarrou. Várias vezes. Quer dizer, eu não estou dizendo que ele me agarrou muitas vezes, mas que isso já aconteceu algumas vezes”. Verônica Guerra diz que esta é uma prática “muito comum, inclusive. E eu já vi acontecer com colegas. Teve uma colega que colocou um colega na justiça e eu fui testemunha”. Numa das poucas vezes que as mulheres recorrem à justiça o colega assediador perdeu o cargo no Jornal A União, o jornal estatal da Paraíba.

Rejane Negreiros relata que já passou “por uma situação muito, muito constrangedora. Tinha **um governador aqui, que ele adorava dar em cima de jornalistas**”. Essa personalidade, durante um evento importante, se dirigiu à jornalista “com uma intimidade que eu nunca tinha dado”.

Pegou no meu rosto, assim [faz o gesto com as mãos], se aproximou. E aí, a única coisa que eu pude fazer foi: colocar a mão no peito e afastá-lo. Na frente de todo mundo. E ele não gostou. E aí ele ficou fugindo da imprensa, sem querer dar entrevista. Mas chegou a hora em que nós o acuamos. Aí ele olhou pra mim e fez... eu fiz uma pergunta... ‘governador’... Aí ele disse: ‘eu conheço o seu passado’. Eu respondi: ‘eu também conheço. E se tiver qualquer novidade que eu não saiba, pode falar’. **Então ele quis me desvirtuar, quis me humilhar, como mulher... E me colocou em uma situação extremamente constrangedora**, da qual eu jamais dei passividade para isso. E, muitas vezes, confunde a simpatia com algo que não existe. Eu era bem mais simpática, eu acho. ‘Oi, oi’, ‘ingenuasinha, bobinha’... Depois ele entendeu, foi a primeira e última vez. Ele se colocou no lugar dele e nunca mais agiu de uma forma desrespeitosa. Mas eu acho que **às vezes as situações são muito sutis**. E, **às vezes a gente não pensa sobre isso** (REJANE NEGREIROS. Entrevista cedida à pesquisadora em 18 de maio de 2020)

A pesquisa da Abraj e Gênero e Número (2017) mostra que 70,2% das respondentes afirmaram ainda que já presenciaram ou tomaram conhecimento de uma colega sendo assediada em seu ambiente de trabalho, seja por colegas ou superiores. Além dos danos de ordem emocional e psicológica resultante deste tipo de situação “as mulheres jornalistas sofrem um ônus profissional. Elas tentam se proteger do assédio das fontes, evitando estar sozinhas com seus informantes, recusando convites para cafés, jantares etc e, enfim, restringindo o contato ao essencial e evitando ambientes hostis” (p.17) com evidentes prejuízos em sua rede de contatos, instrumento fundamental na carreira profissional jornalística.

4.11 “Os homens falam alto e eles te atropelam” – O machismo discursivo no Jornalismo

Nos últimos anos o feminismo cunhou novas expressões para explicar os diversos tipos de comportamento sofridos pela mulher, especialmente no âmbito político ou profissional que visam calar a voz delas, cunhados em língua inglesa o *Maninterrupting*, *Bropriating*, *Mansplaining*, *Gaslighting*, ajudam a explicar algumas situações vividas pelas jornalistas.

O termo *maninterrupting* é usado por esses autores como uma típica modalidade de machismo expressivo que consiste no hábito corriqueiro e recorrente dos homens de interromperem a fala das mulheres, seja nas

conversas informais seja nas manifestações em espaços públicos. Já o *bropropriatin* consiste em se apropriar das ideias das mulheres que surgem nesses debates e assumir como se fossem de autoria dos homens, sem a preocupação em conceder o crédito às respectivas autoras dessas ideias. O *mansplaining* consiste em um modo de explicação tipicamente machista, em que os homens costumam explicar algo às mulheres de forma infantilizada, como se elas fossem incapazes de compreendê-los em uma linguagem formal e erudita. (BARROS; BUSANELLO, 2019, p.4)

O *Gaslighting* é considerado um tipo de intervenção linguística e abuso psicológico, comumente usado em casos de assédio sexual no qual quer se fazer crer que a mulher está julgando errado a realidade, que ela é estressada, nervosa, exagerada que inventa coisas que não aconteceram, enfim uma maneira de fazer a própria mulher duvidar de seu senso de percepção. Neste trabalho, aportuguesamos o modo de pensar estas situações na vida das jornalistas entrevistadas, compreendendo que são comportamentos generalizados.

Quando perguntadas se eram interrompidas (*Maninterrupting*) pelos colegas, ou fontes com frequência, Cláudia Carvalho é enfática e diz que “Não. Já recebi resposta atravessada. Mas interrompida não”. A experiência de Ívina Souto é diferente, além de ter sido interrompida, também viveu a experiência do ‘*mansplaining*’

eu já tive na apresentação de programas de rádio. Nesses anos todos que eu tenho, já teve ocasiões em que eu estava falando e aí vem o cara, **fala por cima e aí vai tentar me explicar um negócio que eu já estou dizendo**, sabe? E aí eu paro e digo: ‘olhe, eu tô falando, e quando eu terminar você faz a sua fala. Mas não venha me explicar um negócio que eu estou dizendo’. Já aconteceu, infelizmente. **Porque parece que é natural do homem querer sobrepor a opinião dele ou querer saber de tudo**, sabe? Você está falando de uma coisa com propriedade porque você estudou aquilo ou porque vivenciou aquilo. E vem a pessoa querer te explicar um negócio que, enfim, que não é da vivência dela, por exemplo. (ÍVYNA SOUTO. Entrevista cedida à pesquisadora em 18 de maio de 2020)

Rejane Negreiros também relata tentativas de interrupção por parte de políticos, “Ahhh, demais. O tempo inteiro. Nossa! Você já foi pra Assembleia? Ali onde ficam os jornalistas? Às vezes você tá num ambiente masculino, **os homens falam alto, você vai falar e eles te atropelam. Não te deixam falar**. Isso é apropriação do espaço”. Ela diz que muitas vezes tem que questionar: “Ué, por que eu não posso falar? Porque eu sou mulher? Me respeite!”. Rejane relata que sempre percebeu essa tentativa de silenciamento, “quando eu ia

fazer uma pergunta, e vinha um outro com a pergunta em cima. E eu continuava com minha pergunta firme e aumentava até o tom de voz, para aprender a respeitar”.

Rejane Negreiros é uma jornalista experiente, empoderada e, como outras entrevistadas, sabe brigar pelo seu lugar de fala, ela conta que “às vezes, mesmo na rádio, eu vou falar alguma coisa, vem o colega e começa a falar e eu digo: deixe eu terminar. Vai haver sua vez. Então, meu lugar de fala eu não deixo que seja roubado”. A jornalista deseja que outras mulheres façam isso, que para ela “não é tratar o outro com desrespeito ou com falta de educação, pelo contrário, é cobrar educação. ‘Espere a sua vez de falar. Deixe terminar a minha fala’”. Nesse sentido, Rejane diz que é “**bem chata**”. Pois “na hora de brigar pelo local de fala, eu brigo mesmo. Por mim e por outras!”

Além de serem interrompidas, as mulheres também relatam experiências de terem a pauta tomada por colegas. É o *bropropriatin*, quando as ideias das mulheres são apropriadas. Rejane Negreiros diz que “acontece. Às vezes a gente joga uma ideia e, de repente, quando a gente viu, está sendo feita para outro programa. Eu brigo, viu?! ‘A pauta era minha, o que aconteceu?’ ‘Não, é porque fulano precisou...’” Rejane se diz “brigona” porque defende suas pautas. Cláudia Carvalho conta que não passou por essa situação, mas lembra que passou “muito mais tempo no Jornalismo sendo editora. Então, se um subordinado fosse roubar minha ideia, acho que iria dar ruim pra ele”.

Quando perguntada sobre essa questão, Ívyna Souto responde que sim, já teve a ideia de uma pauta apropriada por colega. Colegas homens? – “**Homens. Tem que ser, né?! Mulher é mais sensível nesse tipo de coisa. Mais respeitosa, pelo menos. Homem parece que é natural, sabe? Já teve, mas eu lembrei na hora: ‘eu acabei de sugerir isso, antes de você!’**” A jornalista diz que quem faz isso ainda fica chateado, mas ela argumenta: “Se você tá na mesma reunião de pauta, eu sugiro uma coisa, e você repete o que eu sugeri, a ideia foi minha, não foi sua. Então, eu lembro na mesma hora!” por causa desta posição assertiva há que a considere “briguenta, arengueira, encrenqueira. Mas, não posso fazer nada, desculpe”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o trabalho de pesquisa, conseguimos perceber os conflitos que existem na rotina jornalística das mulheres que atuam na editoria de política em João Pessoa. A partir desta observação mais aprofundada, a preocupação da pesquisa se deu em compreender de que forma as problemáticas encontradas na rotina jornalística são influenciadas por questões de gênero. Através das entrevistas realizadas e da análise de conteúdo feita posteriormente, foram detectados pontos em comum que indicam semelhanças e repetição de um padrão de comportamento. Acredito que até mesmo as entrevistadas conseguiram refletir de uma maneira diferente acerca de suas rotinas jornalísticas e sobre toda a carreira, lançando luz para a incidência de uma perspectiva de gênero.

O objetivo geral da presente pesquisa foi compreender e analisar como as rotinas jornalísticas das mulheres que atuam na editoria de política em João Pessoa são atravessadas pela perspectiva de gênero. Diante disso, através da aplicação de métodos como a entrevista e a análise de conteúdo, se tornou possível demonstrar algumas das formas que a vida e rotina produtiva das mulheres jornalistas encontram adversidades provocadas pelo gênero para somar aos já conhecidos desafios da profissão, como a fidelização das fontes, a apuração de informações, negociações para emplacar uma boa matéria, entre outros.

Foram entrevistadas cinco mulheres jornalistas que atuam na editoria de política em João Pessoa. Elas possuem vasta experiência em diversos meios de comunicação, já tendo trabalhado nos principais veículos de comunicação, no rádio, televisão, internet e jornal impresso. Não à toa, estas mulheres que contribuíram com a pesquisa têm uma carreira respeitada e longa, com histórias de pelo menos dez anos na profissão, o torna possível a observação mais ampla da escalada de cada uma delas, buscando similaridades e traçando correspondências entre as experiências. As cinco jornalistas possuem curso superior de Jornalismo, com graduação obtida na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Duas delas são casadas e têm filhos e as outras três são solteiras sem filhos e permanecem morando sozinhas.

Com a pesquisa pudemos perceber que todas as jornalistas entrevistadas consideram que têm uma carreira consolidada. No entanto, a maioria delas lida ainda com o fato de terem embarcado na editoria de política de forma ‘acidental’, já que acabaram assumindo o papel muitas vezes por convite, exigência para algum emprego, determinação de outro profissional ou até mesmo em razão do horário de trabalho.

A rotina causticante imposta pelo Jornalismo é detalhada por cada uma das entrevistadas, que especificam ainda as dificuldades e até mesmo problemas de saúde ocasionados pela pressão do trabalho e dedicação extrema à ocupação. As entrevistadas desenvolveram no decorrer de suas carreiras algum tipo de doença ou enfermidade relacionado ao trabalho, desde problemas psicológicos, como ansiedade e insônia, até doenças como gastrite, fibromialgia e pneumonia. Uma das entrevistadas revelou que durante sua segunda gravidez sofreu uma ameaça de aborto devido ao excesso de trabalho. Também por estes motivos e problemáticas ligadas à saúde física e emocional, as metas profissionais dessas jornalistas é conseguir trabalhar cada vez menos e até fazer uma migração paulatina para a sua saída das redações. Algumas elencam a grande vontade de uma carreira acadêmica que possibilite o compartilhamento de seus conhecimentos e ensino dos jovens jornalistas. Porém, adversidades são encontradas pelo caminho, como é o caso de Verônica Guerra, que, apesar de possuir especialização na área, não conseguiu ingressar em um mestrado da área por falta de tempo e por ter perdido oportunidade e cedido a vez a outros colegas de trabalho, já que nem todos poderiam fazer o curso ao mesmo tempo e deixar a redação vazia. Ainda sobre as metas profissionais, estão outros projetos jornalísticos, como *podcast* e *blogs* jornalísticos.

Mesmo tendo a consciência sobre as condições geralmente desconfortáveis de trabalho e produção jornalística, é possível perceber que a idealização da profissão ainda permanece, além do amor pela vocação que elas descobriram ainda jovens, cada uma de uma forma diferente. A dedicação excessiva pode ser vista como um dos fatores que proporciona o grande volume de demandas e a sensação de exaustão, além de ser um dos principais motivos de sacrifício de momentos de lazer, em família, com amigos e do próprio descanso destas trabalhadoras.

Outra problemática encontrada nas entrevistas são os relatos de assédio durante a prática do exercício jornalístico. Estes assédios, morais ou até mesmo sexuais, são provenientes de colegas de trabalho até fontes e entrevistados. A presença da mulher em um ambiente profissional, por vezes provoca desconforto a alguns homens, levando-os a buscar uma forma equivocada de reverter a situação e de lidar com o estranhamento. Por vezes, as mulheres são menosprezadas enquanto trabalham ou ainda vítimas de piadas, cantadas e assédio. Essa tentativa de demonstração de força do homem sobre a mulher acontece para alimentar o ego de quem ofende e impor estereótipos e embaraço a vítima. Por considerar que estas mulheres estão presentes em um universo que não lhes pertence, sempre existe a rejeição a elas.

Possivelmente por estes motivos, estas mulheres desenvolveram estratégias de sobrevivência no meio jornalístico, assim como na vida, para não serem ‘engolidas’ pelo sistema. A necessidade de se impor perante os demais é evidente e muito relacionada à conquista de autoridade perante os subordinados. Por vezes, a ‘fama de má’ e impetuosa é até uma conquista para as mulheres em cargos de liderança no Jornalismo, já que se acredita que assim consegue controlar todos os subordinados e impor os limites necessários. No entanto, esse comportamento pode ser visto também como uma tentativa de sobrevivência no meio e de disputa de forças. A afronta e falta de temor que estas mulheres se orgulham em exhibir são traços evidentes da necessidade de imposição de sua autoridade.

Portanto, estes são alguns dos exemplos do que a presente pesquisa buscou contribuir nos estudos sobre a perspectiva de gênero, desta feita, abordando as relações presentes na rotina de mulheres jornalistas que atuam na editoria de política em João Pessoa. Estudos mais amplos e pesquisas sobre as rotinas de profissionais de outras editorias ou de determinados meios de comunicação também podem apontar resultados interessantes para contribuir no debate sobre gênero e trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAJI; GÊNERO E NÚMERO. **Mulheres no jornalismo Brasileiro**. Relatório, 2017. Disponível em: <http://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf>. Acesso em junho de 2019.
- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária, 1978.
- ARAÚJO, Rose Mary de Souza; SOUZA, Thiago Oliveira de. **Imprensa e Instrução pública na Paraíba do Norte (1858-1889)**. Jundiá, SP. Paco, 2018.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Série Filosofar. Trad. Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala Educacional, 2006.
- AVELAR, Lúcia. **Mulheres na Elite Política Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer. Editora UNESP, 2001.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição revista e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARRETO, Emanuel. **Jornalismo e política: a construção do poder**. In: Estudos em Jornalismo e Mídia. Florianópolis: Insular, 2006, p. 11-22.
- BARROS, Antonio Teixeira de; BUSANELLO, Elisabete. **Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 27, n. 2, e53771, 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000200219&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Feb. 2021.
- BELTRÃO, Luiz. **A imprensa informativa**, São Paulo, Folco Masucci, 1969.
- BERGAMO, Alexandre; MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Núcleo de Estudos sobre Transformações no Mundo do Trabalho, Universidade Federal de Santa Catarina; FENAJ– Federação Nacional dos Jornalistas. Disponível em: <<https://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>>. Acesso em maio de 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica in Amado, J. e Ferreira, M.M. (coord.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Summus, 2009.
- BRITES, Rafa. **Síndrome da impostora: por que nunca nos achamos boas o suficiente?** São Paulo: Planeta.2020
- CARVALHO, Mª Eulina P.; RABAY, Gloria. **Gênero e educação superior: Apontamentos sobre o tema**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

_____. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Revista Estudos Femininos**, Florianópolis, v. 23, n. 1, janeiro-abril de 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v23n1/0104-026X-ref-23-01-00119.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLETIVO DE MULHERES JORNALISTAS DO SJPDF. **Desigualdade de gênero no jornalismo**

COOK, Timothy E. O jornalismo político. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.6, Brasília jul./dez. 2011. p. 203-247.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Mapeando diferenças de gênero no ensino superior da Universidade Federal de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, volume 17, número 49, São Paulo, 2003.

FÍGARO, R; LIMA, C.; GROHMANN, R. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Salta/Atlas, 2013.

FIGARO, Roseli. **Jornalimos e Trabalho de Jornalistas: desafios para as novas gerações nos século XXI**. Revista Parágrafo. V. 2, n. 2, p. 23-37, jul/dez 2014.

GÊNERO E NÚMERO; ABRÁJI. **Mulheres no jornalismo brasileiro**. 2018. Disponível em https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf. Acesso em 3 out 2020.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HELOANI, R. O trabalho do jornalista: estresse e qualidade de vida. **Interações**, São Paulo, v. 12, n. 22, p. 171-198, jul./dez. 2006.

HIRATA, Helena. **A nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Outras Formas de Trabalho. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101650_informativo.pdf>. Acesso em abril de 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatísticas de gênero. Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_notas_tecnicas.pdf>

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, revista feminina. **Projeto História**, número 35, São Paulo, 2007.

MAINENTI, Geraldo Márcio Peres. **O jornalismo como quarto poder: a liberdade de imprensa e a proteção aos direitos da personalidade**. In ALCEU v.14 n.28, jan./jun.2014. Disponível em: <<http://revistaalceu-acervo.com.pucpr.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=500&sid=40>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MARQUES DE MELO, José. Os primórdios do ensino de jornalismo. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis: Insular, 2004, p.73-83.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo político: Democracia, Cidadania, Anomia**. Revista Famecos. Porto Alegre, n. 35, p. 90-94, abril de 2008.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

MC COMBS, M; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media, **The Public Opinion Quartely**, vol. 36, no. 2. 1972.

MEDINA, Cremilda. Lugar do jornalismo: no centro das tensões. In: SEABRA & SOUZA, (org.). **Jornalismo político – teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 23-36.

MEURER, Alison Martins; COSTA, Flaviano. Eis o melhor e o pior de mim: fenômeno impostor e comportamento acadêmico na área de negócios,. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo , v. 31, n. 83, p. 348-363, Aug. 2020 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772020000200348&lng=en&nrm=iso>. access on 28 nov. 2020. Epub Mar 02, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201910370>.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação. Territórios em disputa**. Editora Unesp, São Paulo, 2014.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**, Florianópolis: Insular, 2013.

MORAES, Maria L. Quartim de. **Mulheres em movimento: o balanço da década de mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política**. São Paulo: Nobel/CECF, 1985, p. 51.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAVLIK, John. Ubiquidade: o 7º princípio do jornalismo na era digital. In: CANAVILHAS, João (Org). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: LabCom, 2014.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo em tempos de mudanças estruturais. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 24, p. 38-57, janeiro/junho 2011.

PETRARCA, Fernanda Rios. **O jornalismo como profissão: Recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. PPG Sociologia. UFRGS. 2007. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10761/000601473.pdf> . Acesso em 18/ nov/ 2020

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. (Série Documentos)

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos, civis e políticos: a conquista da cidadania feminina. In: **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e do feminismo. In: COSTA, Claudia Lima e SCHMIDT, Simone P. **Poéticas e Políticas Feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**[S.l: s.n.], 1988.

RABAY, Glória. **Mulheres na Política e Autonomia**. Tese de doutorado PPGCS/UFRN Natal, RN, 2008.

RABAY, Gloria; SILVA, Lucimeiry Batista da. Educação em Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual. In Alexandre Antônio Gíli Náder, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Marlene Helena de Oliveira França (Orgs). **Diversidades e cidadania: a educação em direitos humanos na escola**. João Pessoa: CCTA, 2018.

RABAY, Gloria; SILVA, Lucimeiry Batista da. **Educação em Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual**. In Alexandre Antônio Gíli Náder, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Marlene Helena de Oliveira França (Orgs). **Diversidades e cidadania: a educação em direitos humanos na escola**. João Pessoa: CCTA, 2018.

RAMOS, José Nabantino. **Jornalismo, dicionário enciclopédico**. São Paulo, Ibrasa, 1970.

ROCHA, Paula Melani. **As mulheres jornalistas no estado de São Paulo: O processo de profissionalização e feminização da carreira**. São Carlos/SP, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M.; TEMER, A. Jornalismo no feminino: a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional. In: **Comunicação & Sociedade**, v.38, n.3, 2016, p.35-58.

SANTOS, Marli; MATEOS, Jéssica Oliveira Collado. Mulheres no jornalismo contemporâneo: desafios das tecnologias digitais. In **Comunicação e Inovação**, V.4 Nº 42. PPGCOM/USCS. Janabr 2019. Disponível em <https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/5264> Acesso em 20.nov.2020

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3ª edição. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1994.

TEMER, Ana Carolina; MORAIS, Ana. Telejornalistas mulheres e as desigualdades de gênero. In. **Mulheres no Jornalismo. Práticas profissionais e emancipação social**. São Paulo. Editora Cásper Líbero. UFC/FIC. 2018

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. Volume II: A Tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Questionário

Entrevista semiestruturada:

- *Dados Pessoais*

Nome; Idade; Estado civil; Naturalidade; Formação;

- *Relação pessoal com o Jornalismo Político*

1 - Qual seu primeiro contato com o Jornalismo e como decidiu que seguiria a carreira?

2 - Como aconteceu a sua inserção na editoria de política? Foi vontade própria, oportunidade, ou imposição?

3 - Como você define a sua relação com o Jornalismo? E com o Jornalismo Político?

4 - Em quais áreas ou editorias você desempenha ou já desempenhou o seu trabalho? Qual sua experiência no Jornalismo? Quais veículos por onde passou e há quantos anos já trabalha?

5- Você considera que tem uma carreira consolidada no Jornalismo? Por que?

6- Quais são suas metas profissionais?

7- Descreva a sua rotina de produção;

8- Você acumula empregos, funções ou cargos? Sente necessidade em acumular trabalhos para complementar a renda no fim do mês?

9- Você já pensou em desistir da carreira? Por que?

10- Como se dá a sua relação com a empresa onde trabalha?

11- Já se sentiu tolhida diante dos princípios editoriais do lugar onde trabalha? Já sofreu censura prévia, expressa ou subliminar, com relação a publicação de conteúdos?

12- Já conseguiu driblar alguma vez o impedimento em executar uma pauta que considerou relevante?

13- O mercado de trabalho é “amigável” às mulheres jornalistas que estão na editoria de política?

14 - Você possui liberdade em sugerir pautas e buscar informações exclusivas para possível veiculação?

15- Percebe influência de agentes políticos na edição, apuração ou redação do material jornalístico publicado?

- *Rotina na redação e relações com colegas de trabalho e fontes*

16 - Como você constrói seus relacionamentos com os colegas de trabalho, sejam eles do mesmo veículo ou de diferentes? Predomina a cumplicidade ou concorrência?

17 - Como você define a sua relação com os colegas de trabalho?

18 - Já vivenciou alguma situação constrangedora durante a prática jornalística em razão do seu gênero? É possível que o seu gênero possa influenciar no tratamento que dispensam a você, sejam colegas de trabalho, superiores ou fontes?

19 - Já sofreu assédio enquanto trabalhava, mesmo que tenha sido dentro ou fora da redação?

20 - Alguma situação constrangedora que tenha passado poderia ser atribuída ao seu gênero?

21 - Já foi interrompida ao tentar fazer uma pergunta durante coletiva de imprensa?

22 - Já teve alguma ideia ou pauta apropriada por um colega de trabalho durante reunião de pauta ou diálogos com colegas?

23 - Como você classifica sua relação com os colegas de trabalho que atuam no mesmo veículo? E os colegas que atuam em veículos/editorias diferentes?

24 - Existe muita competitividade entre colegas no âmbito do Jornalismo? Até que ponto é saudável essa competitividade?

25 - Como é a sua relação com as fontes?

26 - Percebe prestígio de alguns jornalistas em obter informações com fontes em detrimento de outros? A que atribui isso?

- *Fora da redação*

27- Já sentiu a necessidade de abdicar de algo para poder continuar o exercício pleno de sua profissão? O que?

28- Já desenvolveu algum tipo de doença ou problema de saúde em decorrência da profissão?

29- No seu cotidiano doméstico, costuma exercer trabalho com afazeres domésticos? Quais? Na sua residência existe divisão do trabalho doméstico?

30- A sua rotina de afazeres domésticos afeta o seu lazer ou a sua produtividade no trabalho que exerce fora de casa? Sente que poderia ter uma qualidade de vida melhor caso não precisasse acumular tantas funções, no que diz respeito ao trabalho doméstico e trabalho externo?